

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO PUC-SP**

Christiane Shoihi Sato

Subjetividade das lésbicas idosas na sociabilidade do capital.

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Christiane Shoihi Sato

Subjetividade das lésbicas idosas na sociabilidade do capital.

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Silva Barroco.

São Paulo

2023

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho às lésbicas idosas, pelo Brasil afora.
À minha mãe Vania Tadeu Pinho e à minha irmã caçula Ana Julia Tadeu de Souza.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Davi.

À minha mãe que não está mais aqui, mas que me ensinou tanto quanto os livros.

Aos meus irmãos, Vicente, Carolina, Lucas e Ana Júlia (in memória), grandes incentivadores.

À minha sobrinha, Sophia, que veio para alegrar mais as nossas vidas.

Aos meus amigos, pelas brincadeiras nas horas de descanso que me fizeram muito feliz.

Ao colegiado e coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Guarulhos (UNG) que tanto me apoiaram.

Aos companheiros do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (NEPEDH) com quem tive o prazer de compartilhar conhecimentos, saberes e trocar solidariedade.

Às amigas Josiane, Juliana, Karina, Mariana, Najila, Silvana, e aos amigos Wagner e Valmir com quem conversei sobre a temática da pesquisa e aflições da vida.

Aos tantos colegas que conheci e com quem tive o prazer de estudar na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em especial Camila, Fernanda e Luiza.

Aos meus queridos alunos e alunas que fazem eu voltar para casa, depois de um dia de trabalho, cheia de reflexões.

A todos os professores da PUC-SP, da pós-graduação em Serviço Social que, certamente, marcam a minha trajetória acadêmica.

Às admiráveis professoras que aceitaram compor a Banca Examinadora desta tese de doutorado, Prof.^a Dr.^a Ilka Custodio, Prof.^a Dr.^a Amanda Eufrasio, Prof.^a Carola Arregui e Prof.^a Maria Carmelita Yazbek .

Às Prof.^a Dr.^a Silvana Mara dos Santos e Maria Lucia Martinelli, com quem muito aprendi nas intervenções desde o Exame de Qualificação.

À minha querida Maria Lúcia Silva Barroco que, além de orientar a elaboração desta tese, me tornou mais humana. O seu carinho e respeito por nós são confortantes.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa.

A todos e todas que, mesmo indiretamente, fizeram parte dessa etapa da minha vida.

SATO, Christiane. **Subjetividade das lésbicas na sociabilidade do capital**. 2023. 1 v. Tese (Doutorado) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMO

A investigação sobre a constituição da subjetividade das lésbicas na sociabilidade do capital, constitui o foco da presente pesquisa. Foi com base no pressuposto de que a expansão do conservadorismo na sociedade resultou em manifestações cotidianas, baseadas no moralismo, com relação às pessoas que possuem orientação sexual diferente da heteronormatividade, que tivemos como objetivo nesta pesquisa identificar e analisar os elementos ontológicos que constituem a individualidade dos sujeitos coletivos LGBTQIAP+ no sentido de apreender a construção da subjetividade das lésbicas idosas. Buscamos, ainda, perceber como as conquistas dos movimentos sociais que surgiram na década de 1960, voltados para a defesa da livre orientação sexual estão contribuindo para a visibilidade e não discriminação dessas mulheres na atualidade. Chegamos, então, ao conservadorismo moral presente nesses conteúdos e que, de maneira direta influencia na constituição desses sujeitos. Além da pesquisa bibliográfica realizada sobre a temática, utilizamos, também, a metodologia qualitativa de coleta de dados por meio de entrevistas em grupo focal com as lésbicas idosas da cidade de São Paulo. Os dados foram selecionados entre o primeiro e segundo semestres de 2023, participaram do grupo cinco lésbicas idosas do município metropolitano. A partir disso, inferimos a correspondência do material coletado com estereótipos/estigmas que, frequentemente, são atribuídos a elas. No primeiro capítulo, conceituamos as categorias ontológicas que constroem a subjetividade humana, especialmente, a individualidade, a subjetividade e a diversidade. Também fizemos um breve percurso histórico acerca da construção da velhice na sociabilidade do capital. No segundo capítulo, situamos alguns marcos históricos importantes do processo de desenvolvimento da luta das lésbicas no Brasil e a força da ideologia conservadora nesse processo através, principalmente, da religião. No terceiro e último capítulo, realizamos a apresentação e análise dos dados. Confirmamos a nossa hipótese de pesquisa, segundo a qual, grande parte das lésbicas idosas, ainda, enfrentam a invisibilidade, estigmas, preconceito e discriminação em decorrência do conservadorismo presente na sociedade brasileira, essencialmente por serem: mulher, lésbica e idosa.

PALAVRAS-CHAVE: Lésbicas idosas. Subjetividade. Envelhecimento. Conservadorismo Moral.

SATO, Christiane. Subjectivity of lesbians in the sociability of capital. Program. 2019. 1 Thesis (Doctorate)- Social Work Course, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2023.

ABSTRACT

The investigation into the constitution of lesbian subjectivity in the sociability of capital constitutes the focus of this research. It was based on the assumption that the expansion of conservatism in society resulted in daily manifestations, based on moralism, in relation to people who have a sexual orientation different from heteromativity, that our objective in this research was to identify and analyze the ontological elements that constitute individuality of LGBTQIA+ collective subjects. We then arrive at the moral conservatism present in these contents. For this research, in addition to the bibliographical research carried out on the subject, the qualitative methodology included data collection through semi-structured interviews with elderly lesbians in the city of São Paulo. The data was selected between the first and second semesters of 2023, we selected six elderly lesbians from the city of São Paulo. From this, we inferred the correspondence of the collected material with stereotypes/stigmas that are often attributed to elderly lesbians. In the first chapter, we conceptualize the ontological categories that construct human subjectivity, especially individuality, subjectivity and diversity. We also made a brief historical journey about the construction of old age in the sociability of capital. In the second chapter, we situate some important historical milestones in the development process of the lesbian struggle in Brazil and the strength of conservative ideology in this process. In the third and last chapter, we present and analyze the data. We confirm our research hypothesis according to which a large proportion of elderly lesbians still face invisibility, stigma, prejudice and discrimination as a result of the conservatism present in Brazilian society.

KEY-WORDS: Aging; lesbian; moral conservatism.

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo I: Individualidade, Subjetividade e Envelhecimento das lésbicas idosas na sociabilidade do capital.....	22
1.1 A estruturação da individualidade na sociabilidade do capital.....	23
1.1.2 O indivíduo na modernidade e seus reflexos no envelhecimento da população.....	38
1.2 Relação entre objetividade/subjetividade e envelhecimento.....	51
1.3 Diversidade.....	58
Capítulo II: Envelhecimento das Lésbicas Idosas no Brasil: Conservadorismo e Invisibilidade.....	85
2.1 Conservadorismo e a população LGBTQIA+ no Brasil.....	86
2.2 O conservadorismo e as mulheres na velhice.....	94
2.3 Resistência e inserção cotidiana: lésbicas em busca de espaço político e reconhecimento social.....	108
Capítulo III: Impressões e Considerações.....	113
Referências.....	147

LISTA DE SIGLAS:

- 1 – CFES – Conselho Federal de Serviço Social.
- 2 – CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.
- 3 – CRESS – Conselho Regional de Serviço Social.
- 4 – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 5 - GGB – Grupo Gay da Bahia
- 6 – LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgênero, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual e Pansexual.
- 7 – NEPEDH – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos.
- 8 – NUCRESS/MG – Núcleo de Base do CRESS (MG).
- 9 - OMS – Organização Mundial da Saúde.
- 10 – ONG – Organização Não Governamental.
- 11 – PNAS – Política Nacional de Assistência Social.
- 12 – PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- 13 – UNG – Universidade de Guarulhos.
- 14- UNIS – Centro Universitário do Sul de Minas.
- 15 – TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
- 16 – USP – Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

O tema que escolhemos tratar nesta tese para a obtenção do título de doutoramento em Serviço Social tem como finalidade analisar “a construção da subjetividade das lésbicas idosas no tempo histórico do capital”, objeto que possui um grau de complexidade que exige uma análise profunda e minuciosa dos seus significados. Na tentativa de apreender o processo de constituição dessas mulheres, recorreremos a duas categorias ontológicas do ser social: a individualidade e a subjetividade. Pois, nossa análise recai sobre a questão da orientação sexual, que neste trabalho é compreendida enquanto uma dimensão constitutiva da individualidade humana que se caracteriza, conforme Santos (2005), como sendo uma identidade que é atribuída a alguém em função da direção de seu desejo e/ou conduta sexual.

É tendência em todo o mundo um atraso profundo no reconhecimento dos direitos da população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgênero e Travestis, Queer, Intersexo, Assexual e Pansexual (LGBTQIAP+) que após décadas de lutas, apenas no final dos anos de 1980, conseguiram conquistar ganhos legais. Os direitos civis são um exemplo, até a data deste trabalho existem diversos países que não reconhecem o casamento de pessoas do mesmo sexo, a saber: Croácia, Eslovênia, Grécia, Hungria entre outros. O Brasil apenas legalizou a união de homossexuais com a Resolução nº 175 em 2013. E que hoje está sofrendo uma enxurrada de ataques da extrema direita que tem enviado, desde 2018, diversos projetos de lei contra o casamento de pessoas do mesmo sexo. Na maioria dos lugares e, especialmente, nos países periféricos, como é a situação brasileira, os processos são ainda mais demorados devido às particularidades socioculturais ancoradas no conservadorismo como maneira de pensar e agir de determinados grupos que além de não reconhecerem os direitos LGBTQIAP+, cometem diversas formas de discriminação e preconceito. O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, por exemplo, em entrevista para vários canais de comunicação durante campanha eleitoral em 2018, afirmou que preferia ter um filho morto a homossexual.

O cenário mundial no que diz respeito ao protagonismo dos sujeitos coletivos¹ LGBTQIAP+ indica, considerando as particularidades de cada país, um caminho trilhado com bastante capacidade de articulação e luta, num universo permeado por um conjunto de polêmicas, controvérsias e dificuldades ideológicas no trato dado à questão. E nessa esteira vão construindo

¹ De acordo com Santos (2005), os sujeitos coletivos se caracterizam pelas variadas instituições e movimentos sociais que atuam diretamente na defesa da liberdade de orientação sexual.

suas lutas e estratégias, com atuação direta na luta pela liberdade de orientação sexual, entretanto esbarram, muitas vezes, na incapacidade ou ausência de vontade do Estado para regular os seus direitos, tendo como alternativa a mobilização da opinião pública e dos movimentos sociais no sentido de pressionar o reconhecimento social de que a heterossexualidade não é a única orientação sexual existente.

No caso brasileiro, há décadas, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais têm se organizado na luta pela defesa de seus direitos, todavia, como ensina Santos (2005), existe no país uma compreensão economicista da vida social e de não valorização das questões voltadas à individualidade por considerá-las como questões menores, infelizmente, esse legado insiste em se reproduzir e, por seu intermédio, a exploração e a opressão acabam sendo identificadas de modo separado, logo, pensar numa dessas modalidades significa desvalorizar a outra. O que leva as estruturas sociais, em muitos momentos históricos, a ancorar as suas lutas numa objetividade economicista separada e, em determinadas conjunturas, em aberta oposição à subjetividade e à cultura.

As formas de opressão caracterizam situações particulares em que determinados segmentos só aparentemente estão incluídos no circuito de direitos supostamente universais, mas, na realidade cotidiana, são alvo de discriminação, de preconceito e de violação de direitos, em face da não aceitação social da diversidade que, dentre outras situações, se manifesta na vida dos indivíduos em aspectos, tais como raça/etnia; identidade de gênero; orientação sexual; geração e no campo das relações reprodutoras do patriarcado, da misoginia e do machismo que violam os direitos das mulheres. (SANTOS, 2005, p. 19).

Com a modernidade, que se concretizou por meio do declínio do feudalismo, se configurou na sociedade do capital um novo tipo de individualidade, na qual os indivíduos, guiados pela ideologia burguesa, vão se tornando cada vez mais avessos às diferenças, com apelo exacerbado pelo individualismo em detrimento do coletivo, vão aderindo comportamentos competitivos e autônomos, o que altera de maneira substancial o modo de viver das pessoas e da própria vida social. Exigindo a compreensão da forma como ocorre a estruturação dos sujeitos burgueses, no sentido de entender como suas implicações recaem sob a construção da subjetividade das lésbicas idosas brasileiras. Sempre na contra mão da ideia de que a sociedade se forja por meio de várias individualidades isoladas, ao contrário disso, nossa perspectiva é a de que ela se estrutura através da totalidade das relações e das interações entre homens e mulheres, que não são indiferentes uns aos outros, essencialmente, por não mais viverem em pleno estado natural.

Compreendemos também nesta pesquisa, como Santos (2005) ensina, que a diversidade, não se opõe ao gênero humano, diferente disso, ela tem a potência de fortalecer o intercâmbio social, pois expõe o carecimento radical de que cada pessoa, com o objetivo de produzir a sua existência, necessita da produção do outro. Pois ela é elemento constituinte da individualidade humana, sendo nas interações dos seres humanos, em determinado momento histórico que se localizam as relações sociais. Portanto, a identidade das lésbicas idosas, sua socialização, seus espaços de decisões, a construção de sua subjetividade no tempo histórico do capital, estão totalmente atrelados aos processos de produção e reprodução burgueses.

Sabemos que há séculos as mulheres trabalham e produzem tanto para o mercado interno como para o externo, essenciais ao processo de acumulação primitiva de capital, o qual, como caracterizado por Marx (2011, p. 1010), vem banhado em violência, “escorrendo sangue e lama por todos os poros” sangue tanto de camponesas expropriadas na Europa, de africanas sequestradas na margem do Atlântico ou de indígenas no interior do Brasil. Federici (2017), diz que os alvos da violência que faz nascer o capitalismo foram também femininos, não sendo possível, apreender este processo, como igual para trabalhadores e trabalhadoras, haja vista que a condição social de sexo se juntou a maneira como determinados grupos tiveram suas forças de trabalho apropriadas pelo modo de produção novo.

Já foi observado anteriormente, que para as mulheres de diversas sociedades foram atribuídas tarefas do trabalho reprodutivo, portanto, um incremento da exploração feminina mundialmente se dá a partir do século XVI, com a escravidão, na qual as mulheres não brancas eram levadas de um continente para o outro para serem mercantilizadas enquanto escravas. No contexto de globalização, datado entre os fins do século XX e início do XXI, em conjuntura muito diferenciada daquela da escravidão, ocorre a dispersão de milhares de africanas e africanos pelo mundo, sendo a força de trabalho de imigrantes já muito significava em países europeus, com muitas faces femininas. A condição de migrantes trata-se de uma maneira de apreender o que é ser mulher num contexto mundial de globalização neoliberal, afirma Federici (2017), pois as incitam à clandestinidade e a ilegalidade, o que as precariza e empurra a trabalhos menos remunerados e com poucas garantias legais.

A escritora francesa Flora Tristan afirmava que “a mulher é a proletária do proletário”. A autora indagava acerca de como a exploração do trabalho afetava em especial as mulheres: “mesmo o homem mais oprimido pode oprimir outro ser, a sua esposa (TRISTAN, 1993, p.77). O fato é que

as mulheres trabalhadoras além de exploradas em seus empregos, eram, ainda, exploradas em seus próprios lares, a trabalhar gratuitamente para o seu marido e família. A trabalhadora, ao retornar das atividades remuneradas ao seu lar, continuava a trabalhar, enquanto o seu esposo voltava a trabalhar apenas no dia seguinte, garantindo a ele o retorno ao seu trabalho com roupas lavadas, alimentação pronta e casa arrumada. Resta-nos a indagação de que dos tempos de Flora Tristan que datam meados do século de 1900 até a atualidade, essa realidade, de dupla ou tripla jornada se modificou de fato às trabalhadoras do Brasil e do mundo?

Na segunda metade do século XX essas atividades passam a ser denominadas de trabalho reprodutivo, incluindo aí uma série de tarefas domésticas que dizem respeito à manutenção de condições possíveis para criar trabalhadores – e futuros trabalhadores e trabalhadoras – como mão de obra para a produção de bens e serviços. O costurar, cozinhar, passar, cuidar de crianças, limpar fazem parte desse trabalho, necessário para a reprodução, o qual é feito em enorme parte pelas mulheres e suas famílias, de forma gratuita, ou por trabalhadoras domésticas remuneradas. No Brasil, como identifica a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE no ano de 2019, 90% da totalidade de mulheres a partir de 15 anos afirmam realizar afazeres domésticos, enquanto somente 51% dos homens o fazem. Dentre eles, 48% ocupam até 10 horas semanais nessas atividades, enquanto aproximadamente 76% das mulheres ocupam mais que o dobro dessa quantia, aumentando substancialmente suas horas de trabalho por semana – por vezes muito maior que às 40 horas assinaladas em suas carteiras, quando assinadas.

Com o longo percurso escravista brasileiro em que cabiam essencialmente às mulheres negras os estigmas associados ao trabalho doméstico, visto muitas vezes como algo sujo e degradante, nos deparamos na atualidade com poucos avanços, pois como demonstram os dados 61% das empregadas domésticas do país são negras, e entre o total das que trabalham com carteira assinada, são 62%². Silva (2016), refere que o desvalorizado trabalho reprodutivo das mulheres em suas unidades familiares é naturalizado enquanto dever constituinte da sua condição biológica, sendo, na verdade uma construção social de longa data que se relaciona com uma suposta predisposição ao cuidado e a reprodução da ordem familiar e que, na sociedade de classes, está subalternizada em relação ao trabalho e ao poder masculino. Afinal, a gratuidade do trabalho feminino continua na contemporaneidade garantida e institucionalizada, tanto que em consonância

² Retiradas da pesquisa Emprego Doméstico do Brasil, do DIEESE, publicada em agosto de 2019. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2019/estPesq68empregodomestico.pdf> Acesso em 04 set.2021.

com os mesmos dados do Dieese de 2019, dentre os indivíduos classificados como “pessoas sem rendimento”, 32% são trabalhadoras do campo, em sua maioria trabalhadoras rurais não registradas; o que indica também que o trabalho de colher, plantar e cuidar de animais em suas próprias casas, bem como trabalhar no lar para que os maridos e filhos sejam produtivos, não são vistos de fato como trabalho.

Assim como a desvalorização do trabalho produtivo das mulheres é naturalizado enquanto algo inerente a elas, devido à sua condição biológica, o envelhecimento e a sexualidade são também, muitas vezes, pensados e analisados, pelo prisma, apenas, da biologia. Ignorando o fato de que suas constituições são totalmente influenciadas pela cultura, política, ideologia e moral de cada momento histórico.

São inúmeros os desafios trazidos pela modernidade, como a urbanização e a industrialização, que acarretaram transformações importantes e decisivas no mundo do trabalho, causando consequências nas mais diferentes instâncias da vida social da população. Os trabalhadores e trabalhadoras que não acompanham tais mudanças e que não se têm como preparar para responder às necessidades impostas por esta nova ordem estão automaticamente desligados e fora do mercado de trabalho. Neste sentido, as implicações tendem a se avolumar na medida em que essa pessoa é idosa e mulher.

O Brasil vem mostrando, nos últimos anos, uma transformação em sua composição populacional. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), até o ano de 2025, a população idosa do país sofrerá um acréscimo de dezesseis vezes, contra cinco vezes da população total. Esse fato classifica o país como a sexta população do mundo em idosos, o que corresponde há mais de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Diante disso, não dá mais para dizer que o Brasil é uma nação de jovens. Em 1900, a expectativa de vida dos brasileiros não ultrapassava os 33,7 anos; em 1940 alcançou os 39 anos; em 1950 chegou há 43,2 anos; em 1960 já era de 55,9 anos; entre as décadas de 60 e 80 alcançamos os 63,4 anos; em 2010 era 68 anos; sendo até 2025 esperado os 80 anos.

Teixeira (2008) mostra que as quedas de fecundidade e de mortalidade são as responsáveis por essas mudanças. Em relação à fecundidade, estudos demográficos demonstram que as mulheres têm a cada dia um número menor de filhos. Essa taxa vem caindo exponencialmente, passando de 6,2 nos anos de 1950 para 2,1 em 2005, número esse considerado o mínimo para que uma população possa ser reposta. Dessa forma, a população aumenta a sua expectativa de vida,

essencialmente devido aos avanços da medicina e diminuiu substancialmente a quantidade de nascimentos, sendo este um elemento crucial para a compreensão do envelhecimento brasileiro na contemporaneidade. Pois o grupo etário de 60 anos ou mais é o que mais cresce no Brasil em relação aos outros grupos.

É necessário ressaltar que as transformações específicas da modernidade, a globalização e a industrialização, trouxeram nova roupagem ao mercado e às relações de trabalho em geral. Na atualidade nos deparamos com um mercado bem mais competitivo, exigente e fechado. Percebe-se que a busca por melhores condições de vida e de algumas formas de acesso ao ganho, é uma constante. Entretanto, com a modernidade o que vemos são os postos de trabalho cada vez mais diminuídos e precários e as condições de trabalho se encontram cada dia piores e excludentes. Teixeira (2008) informa que existe uma forte tendência na atualidade em ocorrer demissões de pessoas com mais de 40 anos, pois o mercado as considera com idade avançada e, por isso, suas capacidades laborativas diminuem. Fato que corrobora com a ideia de descarte do que é velho muito difundida na contemporaneidade, gerando uma série de desigualdades, preconceitos e discriminação em torna da velhice.

O censo 2010, realizado pelo IBGE, aponta que existe um nítido crescimento da participação de pessoas mais velhas na população em idade ativa. Fazendo um recorte por idade e sexo do chefe da família, os dados nos indicam que 27,7% de mulheres entre 15 a 19 anos são responsáveis pela residência. 16,6% são as que se encontram na faixa etária dos 20 aos 29; 18,7% de 30 a 39; 23,8% entre 40 a 49, 32,8% de 60 a 64 anos e; acima de 65 anos, 39,8% das mulheres são responsáveis pelo domicílio. Os dados revelam a localização da mulher idosa nos domicílios e a feminização do envelhecimento, haja vista que um terço das mulheres responsáveis pelas residências possui mais de 60 anos de idade, o que pode ser explicado devido ao fato de que a expectativa de vida feminina ser mais elevada que a do sexo masculino.

É sabido que desde a década de 1980, a taxa anual de empregos das mulheres mostra-se mais elevada que a masculina, momento em que ocorre um forte aumento do sexo feminino entre os ocupados. Lavinias (2001) refere que a absorção da mão-de-obra das mulheres tem sido superior a masculina em todas as fases recentes da economia brasileira. Todavia, não podemos deixar de considerar que são explicações também causais para o aumento do trabalho feminino na atualidade, a maior flexibilização do mercado de trabalho e a precarização das relações de trabalho, com o aumento da ocupação por conta própria e da informalidade em geral. Beauvoir, em seu livro “a

velhice”, publicado em 1970, ensina que, a relação estabelecida entre gênero e envelhecimento baseia-se nas mudanças sociais ocorridas ao longo dos tempos e nos acontecimentos que perpassam os ciclos de vida. Dessa forma, a maior longevidade das mulheres sugere transformações nas diversas esferas da vida social, uma vez que o significado da idade está profundamente ligado ao gênero.

Uma característica importante e que deve ser considerada é que no Brasil as mulheres não tiveram, em muitos casos ao longo de sua vida, trabalho remunerado, noutros, essas mulheres eram trabalhadoras domésticas ou fruto do mercado informal, deixando de ter garantidos todos os seus direitos trabalhistas, inclusive, a aposentadoria. Ainda é preciso considerar o fato de que as mulheres historicamente recebem salários menores que o dos homens.

Entendemos neste trabalho que analisar a visibilidade das lésbicas idosas perpassa, também, pela apreensão, da participação delas nos diversos setores da sociedade, inclusive no mercado de trabalho. De acordo com os dados de um estudo feito pelo Censo Multisetorial de Gestão Kairós³, em 2022, realizado com mais de 26.000 respondentes entre 2019 e 2021, as lésbicas brasileiras representam apenas 1% nos quadros gerais das empresas. As mulheres bissexuais correspondem a 1,4%, enquanto mulheres heterossexuais são 29,5%, frente a 64,8% de homens heterossexuais.

Ainda de acordo com a pesquisa, 33% dos casos de discriminação e preconceito relatados pelas entrevistadas estão relacionados à diversidade sexual (orientação sexual e identidade de gênero). Este cenário dialoga diretamente com a baixa representatividade e a baixa taxa de autodeclaração quando falamos de sexualidade de mulheres que sentem desejo por outras mulheres ou, ainda, aquelas mulheres que não possuem características femininas. Sendo os homossexuais, de acordo com o Dieese (2021), pelo menos 3,1 milhões de brasileiros. Onde estão as lésbicas dentro desta população? O Censo Multisetorial refere que embora as empresas estejam mais atentas para as questões do público LGBTQIAP+, parte das políticas de inclusão encontram-se focadas em ações para as outras letras da sigla.

Como se o preconceito e a discriminação por si só já não se configurassem como problemas suficientes para as lésbicas, elas, ainda, precisam lidar com questões como menores possibilidades de crescimento e até mesmo barreiras em relação, por exemplo, a licença-maternidade, que esbarra na Constituição de 1988, que não abrange casais homoafetivos e casos de adoção de crianças. Assim, os casos de dupla maternidade acaba sendo levados à justiça. Do nosso ponto de vista,

³ A Gestão Kairós é uma consultoria especializada em Sustentabilidade e Diversidade para grandes empresas.

existe um impacto direto na saúde mental ao enfrentar discriminações, dificuldade de crescimento e necessidade de aprovação constante. Um misto de julgamentos e opiniões sobre como as lésbicas devem ou não agir e sentir, o que devem ou não vestir, o cabelo que devem usar, a maquiagem, os saltos, mesmo sem se sentirem à vontade e serem verdadeiramente quem são. Quais os impactos dessas imposições no processo de construção da subjetividade das lésbicas idosas?

Quando se pensa na população idosa do país, existe uma tendência em colocar todos em um mesmo nicho, mas é necessário que haja um recorte, ao analisarmos o envelhecimento da população LGBTQIAP+, pois ela precisa lidar não apenas com uma problemática social, mas com três: ser idoso e LGBTQIAP+, no que diz respeito às lésbicas idosas podemos afirmar que existem três problemáticas: ser mulher, idosa e lésbica.

Envelhecer não se trata de um processo fácil para ninguém, ainda mais em uma sociedade que cultua a juventude. Com o passar do tempo o corpo vai exigindo mais cuidados, começa-se a se desenvolver doenças, exaustão, o que acarreta, muitas vezes, o afastamento de amigos e familiares. Sendo então, necessário lidar com as mudanças deste processo.

Poucos são os estudos realizados acerca da homossexualidade em interface com o envelhecimento, quando se trata das mulheres velhas e homossexuais é mais escasso ainda. Esse fenômeno pode ser um indicador de como a sociedade entende e observa a complexidade do tema. O que, de certa maneira, pode ser justificado pela supervalorização da população jovem heterossexual, remetendo questões sobre a velhice LGBTQIAP+ a ausência de visibilidade. De outro modo, pôde-se perceber que entre os estudos nacionais poucos possuem uma postura crítica diante do envelhecimento e da homossexualidade, podendo-se destacar que apesar de escassas as produções acadêmicas em torno desta temática, as existentes apresentam numerosas diferentes visões sobre esse assunto.

Um estudo realizado em 2019, intitulado “Representações Sociais a respeito da velhice LGBTQIAP+ sob a ótica de mulheres lésbicas brasileiras”, um trabalho de pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem quali e quantitativa, acerca das representações sociais de mulheres lésbicas brasileiras a respeito da velhice da população LGBTQIAP+, tendo como objetivo dar voz e conhecer como essas mulheres estão pensando o futuro. As ideias que uniram mulheres lésbicas de todo país giraram em torno de que a sociedade é preconceituosa; a naturalização do envelhecimento LGBTQIAP+ e a falta de reflexão e conhecimento sobre como e em que condições essa parcela jovem chegará até a fase da velhice.

Este mesmo estudo, revela por meio de narrativas de homossexuais idosos, algumas de suas principais dificuldades em torno do envelhecimento LGBTQIAP+. A única lésbica idosa encontrada nesta pesquisa, uma mulher de 69 anos, professora aposentada refere que a sociedade ainda é muito preconceituosa e discriminatória e que, cabe aos homossexuais à batalha para isso findar. Ela diz também que hoje conseguiu se afirmar enquanto lésbica e idosa e é feliz, entretanto não foi um caminho fácil de ser traçado. A entrevistada relata que, ainda hoje, tem medo de andar nas ruas de mãos dadas ou beijar a sua companheira; não apenas por ser lésbica, mas também por ser idosa.

Apreendemos neste trabalho, como já dito antes, que as maneiras de agir e pensar não são naturais, nem surgem por acaso, pois se tratam de relações sociais construídas por homens e mulheres num determinado tempo histórico. Entendemos que, muitas foram às mudanças sofridas na forma de pensar e agir em relação ao envelhecimento e a sexualidade na sociedade. Na atualidade, como em outros momentos históricos, o que presenciamos são expressões construídas em consonância com a ordem social estabelecida, de valores conservadores e tradicionais que não dialogam com qualquer ideia de progresso no sentido da emancipação dos seres humanos, uma ideologia que não é capaz de pautar o combate das profundas transformações que sustentam o modo de produção do capital.

Optamos pelo método qualitativo de pesquisa, por nos dar possibilidades de maior aproximação com o caráter complexo do envelhecimento, da sexualidade e da condição da lésbica idosa numa sociedade enraizada pelo patriarcado, os quais, dificilmente, podem ser compreendidos somente pela pesquisa quantitativa através da experimentação e análise circunscrita dos dados coletados. Martinelli (1999) ensina que, apesar da importância da pesquisa qualitativa no que diz respeito ao direcionamento dos problemas sociais enfrentados no cotidiano de trabalho do Serviço Social e à sua viabilidade para o delineamento de um mapa detalhado da realidade social na qual atuam os assistentes sociais, o método quantitativo não é suficiente para apreender “modos de ser conservador” nas relações que perpassam a construção da subjetividade das lésbicas no capitalismo. Conforme a autora explica: “O dado numérico em si nos instrumentaliza, mas não nos equipa para trabalhar com o real em movimento, na plenitude que buscamos”. (MARTINELLI, 1999, p.21). Além, ainda, do fato de que a pesquisa qualitativa privilegia o contato do pesquisador com os sujeitos de pesquisa e sua vivência cotidiana, movimento substancial no qual precisamos nos inserir para realizar a investigação do problema de pesquisa delimitado, todavia,

essencialmente para observarmos a sua dinâmica real e extrairmos dela as determinações fundamentais que as constituem.

Dessa maneira, realizaremos entrevista com cinco lésbicas idosas por meio da metodologia do grupo focal⁴, para confirmar ou não o pressuposto central desta pesquisa: O debate realizado em torno da liberdade de orientação sexual na contemporaneidade e as conquistas das lutas sociais travadas nas últimas décadas no que diz respeito à população LGBTQIAP+, estão contribuindo à construção de uma subjetividade das lésbicas idosas que dialogue com a sua realidade, pautada em seus desejos, necessidades e diversidades, na qual o seu reconhecimento social seja efetivado na vida social cotidiana da sociedade? A entrevista será parcialmente estruturada, direcionada para a hipótese e o problema de pesquisa, previamente elaborada, mas deixando espaço para a flexibilidade, permitindo o contato entre entrevistadas e entrevistadora que privilegie a exploração dos seus saberes, de suas experiências, de seus valores, em conformidade com os requisitos exigidos por uma pesquisa qualitativa. Depois do registro da entrevista em áudio, através de um gravador, transcreveremos fielmente as respostas e realizaremos a análise dos dados coletados, tendo em vista o nosso referencial teórico. O roteiro de entrevista será um misto de perguntas abertas e fechadas, acerca do problema de pesquisa, e vai ser elaborado em consonância com as diretrizes éticas e a legislação específica de ética na pesquisa, a partir das quais conduziremos as entrevistas e o tratamento dos dados. Em decorrência do curto espaço de tempo para a realização dessa pesquisa, devido à situação vivida pela pesquisadora, optamos por entrevistar cinco lésbicas idosas que serão melhores caracterizadas no decorrer do trabalho.

O capítulo I, intitulado, “Individualidade, subjetividade e envelhecimento das lésbicas na sociabilidade do capital” é composto por quatro tópicos. O primeiro tem como objetivo apreender a estruturação das categorias ontológicas da individualidade e da subjetividade nas relações sociais que surgiram após a ascensão da burguesia ao poder. Com a concretização do capitalismo, por meio da hegemonia da burguesia como classe social dominante, ocorreram transformações profundas e complexas na sociedade, essencialmente, porque essa nova conjuntura social altera de maneira substancial a vida individual e social. Surge, então, um outro tipo de sociabilidade, forjando um inédito tipo de racionalidade que se constituirá enquanto a direção ideológica que passa a estruturar

⁴ Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

as relações sociais, entranhando de forma gradual todos os âmbitos da vida social. Após a apreensão dessas categorias ontológicas, buscaremos localizar como tem se dado a estruturação do indivíduo burguês para, a partir daí, apreender quais os impactos desse processo na constituição da subjetividade das lésbicas idosas na atualidade. Para tanto, centramos nossa análise no campo complexo que é entender as relações contraditórias entre individualidade e sociabilidade.

No item 1.1.2, denominado, “O indivíduo na modernidade e seus reflexos no envelhecimento da população” buscamos dar luz ao processo de sociabilidade pautado nas relações sociais capitalistas, seus modos de ser na produção e reprodução social dos indivíduos da contemporaneidade. Partimos do pressuposto de que a vida social se constitui através de uma totalidade articulada entre as relações e as conexões que os homens desencadeiam entre si por meio da mediação de suas diferentes necessidades. Nos debruçamos em identificar as transformações centrais que perpassam o processo de construção da individualidade nos dias atuais. Para tanto, foi necessário desenvolver os elementos que constituem a sociabilidade do capital, que vem incentivando as pessoas à ausência de reflexão crítica, as tornando mera cumpridoras de tarefas, retirando-lhes qualquer poder de decisão acerca de sua própria existência. Discorremos brevemente sobre a categoria ideologia, pautados no autor húngaro George Lukács, por acreditarmos que ela atravessa de forma visceral o cotidiano de homens e mulheres na atualidade. Dessa forma, tal categoria interfere de modo profundo e direto no processo de construção da individualidade dos sujeitos modernos, influenciando diretamente na estruturação da objetividade/subjetividade dos sujeitos coletivos, aqui, mais especificamente, das lésbicas idosas.

No tópico 1.2, “Relação entre objetividade/subjetividade e envelhecimento” a finalidade foi tornar evidente que a objetividade/subjetividade tem raízes profundas na maneira como as pessoas se constituem e se revelam de diferentes formas, o que influencia diretamente na construção da identidade das lésbicas idosas. Identificamos, de acordo com Tonet (2001), que na sociabilidade do capital fundou-se a ausência de um fundamento objetivo absoluto à verdade, levando os pensadores modernos a fazer essa busca na subjetividade. Todavia, remeter a apreensão da realidade, através da perspectiva da subjetividade, faz com que seja atribuído ao indivíduo, à centralidade, ele se torna o polo determinante do conhecimento e da ação. Santos (2005) ensina sobre o perigo de apreender a realidade nesses moldes, por significar um intenso corte entre a consciência e a realidade, com resultados claros no aperfeiçoamento da ordem posta, que cultua o irracionalismo e as relativizações pós-modernas. Dessa forma, a relação objetividade/subjetividade

erguidas no capital reverbera na constituição das identidades das lésbicas idosas, já que a forma como os homens e as mulheres se socializam, em um determinado modo de produzir, vai recair diretamente em como eles vão lidar com a diversidade e se relacionar.

O item 1.3, chamado, “Diversidade”, traz o aprofundamento dessa categoria, pois sabemos que é por meio dela que os indivíduos revelam suas diferenças e suas maneiras de ser no mundo. Assim, ela potencializa o intercâmbio social, fortalecendo o desenvolvimento da sociabilidade ao desnudar de maneira radical o fato de que cada pessoa para reproduzir a sua própria existência necessita da produção do outro. Isso significa que a diversidade não se trata da expressão dos sujeitos desconectados e fragmentados, afastados de sua conjuntura social. Tomamos o conceito de diversidade em Santos (2005), que a apreende enquanto um elemento que constitui a individualidade do ser humano. A autora enfatiza que o reconhecimento da diversidade nada tem a ver com o abandono da dimensão genérica e da universalidade. Ao contrário, a autora explica que é na reciprocidade das conexões humanas que ela acha o seu grande potencial e capacidade de elaboração e autorrealização perante as necessidades e retornos dados para a satisfação das necessidades humanas, em um processo, que envolve a um só tempo, a ação sob algumas condições históricas concretas que viabilizam a busca pelo novo e o processo criativo. Todavia, a diversidade, na sociabilidade do capital é concebida pela apatia e resignação, afinal, esse modo de produzir revela uma verdadeira aversão ao diferente, um culto exacerbado ao individualismo e ao consumismo, levando para as arenas sociais demasiada intolerância ao que é diverso. A sociedade moderna alija as maiores capacidades de realização da diversidade, por reconhecer apenas aqueles indivíduos que contribuem para a acumulação e o lucro para os donos do capital, fato que, remete para a invisibilidade todos que não atendem aos interesses capitalistas, como por exemplo: as mulheres e os idosos.

O capítulo II: “Envelhecimento das lésbicas idosas no Brasil: Conservadorismo e invisibilidade” é composto por três tópicos. O primeiro, denominado, “Conservadorismo e a população LGBTQIAP+ no Brasil” tem como finalidade demarcar o avanço conservador da última década no país, tendo como expressão maior a eleição, em 2018, do ex presidente Jair Messias Bolsonaro que colocou a extrema direita no poder, acarretando, de acordo com Lowy (2020) e Rebuá (2019), um processo de fascistização no país. A retórica bolsonarista pautada na defesa da família tradicional e no retorno da ditadura civil militar vai tomando corpo no cenário político brasileiro, essencialmente, por meio de fake news através do whatsapp, financiado por grandes

empresários brasileiros. Em 2018, no processo eleitoral, vimos viralizar nos grupos de whatsapp a falaciosa ideia de que a esquerda havia criado o “kit gay”, que na verdade tratava-se de termo pejorativo para se referir ao projeto “Escola sem homofobia”, proposto pelo legislativo na direção da defesa da livre expressão da sexualidade. São inúmeros os episódios de ataque desse governo aos grupos mais vulnerabilizados, invisibilizados e estigmatizados, no entanto, as agressões à população LGBTQIAP+ se tornaram corriqueiras, bem como a hostilização e violências contra todas as mulheres que, segundo eles, não fossem: “belas, recatadas e do lar”.

Para o bolsonarismo, a defesa da família não diz respeito aos diversos arranjos de afeto e cuidados que uma família pode ter, pois o que esse grupo defende é um modelo familiar pautado nas bases da heterossexualidade. Dessa maneira, as investidas contra à livre expressão da orientação sexual não se trata de mera questão cultural, ou, ainda, um incômodo irracional. Na verdade, tem a ver, antes de mais nada, com a defesa intransigente da organização patriarcal da vida e da sociedade, ficando evidente, assim, que o conservadorismo fere de morte a existência das lésbicas, no momento em que considera que elas não devem existir, simplesmente por sentirem desejo por outras mulheres. O tripé que estrutura o conservadorismo: tradição, família e propriedade privada vai entranhando nas arenas sociais, difundindo a crença, por meio essencialmente da religião, de que a ordem social do patriarcado é imutável e mais, é preciso defendê-la para a manutenção da ordem vigente.

O tópico 2.2, “O conservadorismo e as mulheres na velhice”, vêm demonstrando como o conservadorismo, através da naturalização do papel feminino vai camuflando as desigualdades de gênero, no momento em que considera natural a maior carga de trabalhos domésticos e de cuidados destinados às mulheres. É preciso pontuar que essa naturalização das tarefas “femininas” estão sempre juntas com o sentimento de culpa por não conseguirem efetuar com maestria todas as tarefas que lhe são remetidas. Essa atmosfera fortalece a ideologia de que é a vontade do homem que deve prevalecer. A associação do conservadorismo aos valores tradicionais que geram normas sociais restritivas e demasiada resistência às mudanças, possui relevante influência na construção da subjetividade das lésbicas ao se depararem com um processo de estigmatização, discriminação, intolerância e preconceito que, muitas vezes, pode originar em um conflito entre sua identidade pessoal e as expectativas sociais esperadas delas.

Refletimos, ainda, acerca da influência religiosa em relação à homossexualidade, mais precisamente dentro da Igreja Católica que, historicamente perseguiu a população LGBTQIAP+,

contribuindo para que o país seja o mais homofóbico do planeta, pois é o campeão de assassinatos de homossexuais do mundo. Discutimos brevemente sobre as Igrejas Inclusivas, que surgiram nos EUA, possuindo a doutrina presbiteriana e que, vêm acolhendo gays, lésbicas, bissexuais e transsexuais que buscam exercer a sua fé. Por fim, debatemos o fato de que o preconceito em torno da velhice faz com que pouco ou nada seja debatido em relação a sexualidade e a orientação sexual das pessoas idosas, principalmente das mulheres.

No item 2.3, “Resistência e inserção cotidiana: lésbicas em busca de espaço político e reconhecimento social”, realizamos um breve percurso histórico das lésbicas no Brasil, com o objetivo de descortinar sobre o que é ser lésbica idosa no país e a importância da luta da população LGBTQIAP+ para o reconhecimento social desses sujeitos. Identificamos que apesar de existir bem mais estudos e pesquisas acerca da homossexualidade masculina, ela é escassa, quando se trata dos homens gays idosos. Mais escassa, ainda, quando se trata de mulheres lésbicas e, quase inexistente se o assunto for as lésbicas idosas.

VOU TERMINAR QUANDO REALIZAR AS ENTREVISTAS!

Capítulo 1:

Individualidade, subjetividade e envelhecimento das lésbicas idosas na
sociabilidade do capital

1.1 A estruturação da individualidade na sociabilidade do capital.

A finalidade deste capítulo é a de apreender algumas determinações ontológicas das categorias do ser social, entre as quais, levando em conta os propósitos deste trabalho, a subjetividade e a individualidade. Depois de configurar estas determinações mais gerais, vão ficar explícitos os pressupostos sobre os quais nos apoiamos, possibilitando, ainda, a superação de contradições na relação sociedade-indivíduo ou de análises simples na compreensão da individualidade, que será vista aqui, em uma relação recíproca com um determinado tipo de sociabilidade, a do capital.

De acordo com Netto (1994), para a abordagem marxiana, as categorias são determinações da existência, maneiras de ser de mulheres e homens, assim, não se constituem como produto do pensamento enquanto atividade autônoma, mas na forma de síntese e articulada de determinações, trazem a apreensão dos elementos nexos que exprimem idealmente o complexo real. Entretanto, não se trata de atribuir significados e articulações, mas de reconhecê-los na forma efetiva do ser, em sua diversidade, complexidade e, essencialmente, sua independência perante o sujeito. A categoria enquanto abstração nos permite compreender a universalidade e captar a particularidade dos fenômenos reais.

A reconstrução ideal da objetividade pela consciência dos homens é um árduo e laborioso trabalho, segundo o qual eles podem conhecer, mediatamente, o mundo de que são parte constitutiva – logo, entre a consciência e o mundo objetivo não há fratura ontológica. A implicação é uma unidade entre racionalidade objetiva (princípio inerente à realidade) e racionalidade subjetiva (reconstrução, na consciência, daquele princípio). Mas esta unidade é processual, e em dois sentidos: o mundo é pensado enquanto movimento dinamizado contraditoriamente, o ser tem sua efetividade no processo de colisões que é o seu modo específico de ser; e a consciência que reconstrói esse movimento (um auto movimento) procede, ela mesma, por aproximações. (NETTO, 1994, p. 28).

A modernidade, que se ergueu com o declínio da sociedade medieval, se estruturou por meio de um longo e curvo caminho vinculado à objetivação de um novo tipo de individualidade que é criadora e resultado do desenvolvimento das forças produtivas de um momento histórico determinado, quando a sociedade feudal se vê obrigada a realizar diversas mudanças estruturais. Com a ascensão do capitalismo ocorre a elaboração de um novo ideal, a dos indivíduos “empreendedores, autônomos e competitivos” (Santos, 2005, p. xx apud Konder, 2000, p.11). Essas transformações foram extremamente complexas e intensas pela abrangência e por alterar substancialmente a vida social e individual. Com o capitalismo surgiu um novo tipo de sociabilidade que, de acordo com os pressupostos deste estudo, se impôs a um só tempo como modo de produção e processo civilizatório. Essa delimitação serve, portanto, para entendermos a

capacidade ideológica da burguesia, a fim de mostrar como se dá um tipo de individualidade que corresponde à dinâmica societária que está inserida, sendo, por consequência, dali que se constituem os entraves e avanços ao pleno desenvolvimento humano daquela sociedade.

Naquele momento, vai se forjando um novo tipo de racionalidade que passará a constituir o horizonte ideológico que estrutura as relações sociais, atravessando gradativamente, todas as esferas da vida social. Dias (1997), diz que o capitalismo não apenas construiu as suas bases materiais de produção, mas, também, garantiu a consolidação de suas premissas ideológicas-políticas. Esse sistema aniquilou a forma como as sociedades anteriores compreendiam a vida, a história e o mundo.

Partindo dessas considerações, estudaremos como tem sido a estruturação do indivíduo burguês e suas implicações na constituição da subjetividade das lésbicas idosas na contemporaneidade. Para tanto, trataremos de explicitar alguns fundamentos ontológicos e ideológicos como condição para o entendimento das complexas relações contraditórias entre sociabilidade e individualidade.

De acordo Santos (2005), três elementos são definidores da categoria individualidade: a sociabilidade, a práxis e a relação objetividade-subjetividade. Esses conceitos nos levam à apreensão da constituição do ser social dos indivíduos, pois, o fato de que homens e mulheres começam a se individualizar no processo histórico contrapõe nitidamente, à ideia dos indivíduos isolados, indiferentes uns aos outros, como se vivessem em pleno estado natural.

Entendemos, portanto, que é na totalidade de convívio e relações que as pessoas estabelecem entre si que se estrutura a sociedade e não, um somatório aleatório de individualidades. Dessa maneira, em consonância com Santos (2005), a explicitação dos três elementos categoriais que formam e caracterizam o ser social da individualidade não são suficientes para capturar a sua particularidade, haja vista que ela só pode ser apreendida, em toda sua densidade histórica, se considerarmos, além das complexas relações sociais e interações que os indivíduos vivenciam na produção de sua existência, aspectos como: os locais de formação e socialização de valores referentes a uma determinada concepção de mundo; a partir de qual lugar entram em convívio com os outros na divisão social do trabalho e o fato de que as relações entre os homens não ocorrem enquanto opção ou de maneira acidental.

A autora, ainda, nos diz que o caráter social da individualidade consiste no fato de os indivíduos estabelecerem relações e nexos para a produção de suas necessidades, utilizando e

transformando os meios e as condições postas na natureza, tendo, como principal elemento, a ação de reciprocidade estabelecida neste intercâmbio, em que cada indivíduo necessita e se realiza por intermédio do outro. É nessa perspectiva que os indivíduos são, necessariamente, sociais e históricos; que suas ações e sentimentos não podem ser entendidos fora da vida social, de forma isolada e autônoma e que a substância do ato de individualizar-se é ser para si na medida em que se é para o outro. Mesmo na sociedade capitalista, “a reciprocidade se faz presente, embora assumindo característica própria desta formação societária, que se estrutura sobre a apropriação privada dos meios de produção e de subsistência, instituindo um determinado modo de exploração do trabalho”. (SANTOS, 2005, p.44).

Compõe-se uma espécie de necessidade radical de interação, já que os indivíduos não se constituem produtores autossuficientes. Da perspectiva ontológica, configura-se um aspecto fundamental que é o fato de que, por meio deste carecimento, se explicita a diversidade dos indivíduos como mais uma determinação da individualidade humana. “Pela dimensão da diversidade, os indivíduos revelam singularidades, apresentam diferenças em seu modo de ser, de se apropriar, de se adaptar e de transformar o mundo”. (Santos, 2005, p. 45).

A autora diz, ainda, que o contato social pressupõe exatamente aquela diversidade que coloca cada indivíduo para si mesmo como um fim particular, e imediatamente, para o outro, como um meio de satisfazer a carência particular deste último. Ser simultâneo em meio e fim é um dos aspectos mais importantes da individualidade. Assim, os indivíduos existem em sua multidiversidade uns em relação aos outros, com fins e necessidades diferentes, e interagem no interior deste status quo. “O caráter propriamente social, a sua personalidade, do indivíduo é dada exatamente por este jogo de tensão permanente entre ser, ao mesmo tempo, meio e fim, algo que só é possível e requerido pela crescente diversidade individual” (SANTOS, 2005, p. 46 apud ALVES, 2000, pp. 26-27).

Percebe-se, assim, que a diversidade não se opõe a genericidade humana, ao contrário, tem o poder de potencializar o intercâmbio social e fortalece, de acordo com Santos (2005), o desenvolvimento da sociabilidade ao expor o carecimento radical de cada indivíduo que, a fim de produzir sua existência, precisa da produção do outro. Portanto, muitos analistas de costas para a realidade social compreenderam a diversidade como a expressão de sujeitos descentrados e fragmentados, não entendendo a categoria diversidade enquanto um elemento constituinte da individualidade dos seres humanos.

Amparados pela perspectiva que considera os seres humanos como sujeitos relacionais, diversos e interdependentes compreendemos a assertiva de que a essência humana se localiza no conjunto das relações sociais, das relações que os homens e mulheres vivenciam entre si em um determinado momento histórico. Assim, não entendemos a vida humana como mera reposição ou explicitação de uma essência natural. Portanto, a identidade das mulheres lésbicas idosas, seus espaços de inserção política e de socialização, a constituição de sua subjetividade, sua classe social, sua invisibilidade encontram-se diretamente articulados aos processos de produção e reprodução burgueses. Significa dizer que a individualidade moderna se configurou a partir da sociabilidade do capital, veremos mais adiante quais são as implicações deste fato.

Desta maneira, sociabilidade e individualidade se afirmam reciprocamente em um processo abundante de mediações e contradições. Assim, a reprodução da sociedade e do indivíduo não pode ser analisada e nem capturada, em sua essência, se separarmos e fatiarmos a realidade em esferas estanques. Não existe qualquer traço de ruptura, em nível do ser, entre a reprodução da sociedade e a reprodução do indivíduo como um todo. Entretanto, “por serem ontologicamente indissociáveis, não significa que não possuam especificidades, que entre a reprodução do indivíduo e a da sociedade não haja desigualdades e contradições.” (LESSA, 1995, p. 87).

Santos (2005) refere que a práxis se constitui em outro elemento fundante da individualidade em termos categoriais mais gerais. Temos como pressuposto o reconhecimento de que o fio condutor que articula e funda qualquer sociabilidade diz respeito à autoconstrução humana a partir do trabalho. Ele se constitui na atividade que diferencia o homem dos animais por ser uma atividade pela qual o ser humano cria a si mesmo, diferente dos animais que produzem através do instinto. Assim, “pode-se distinguir os ‘homens’ dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida (...)” (SANTOS, 2005, p. xx apud MARX, 1986, p. 27).

Nesse sentido, a individualidade representa a vivência de indivíduos ativos que ao produzirem socialmente suas condições materiais de existência, produzem a si próprios. A propriedade fundamental deste processo de produzir a própria existência é que ele só pode existir em sociedade e, exatamente por isso, não existe o indivíduo fora da sociedade, alijado do conjunto das relações sociais. Este é o motivo pelo qual a sociabilidade, entendida como produção e

reprodução da vida social, constitui a determinação central da individualidade. Conforme Palangana (1998, p. 07):

O indivíduo se forma e se transforma no trabalho e nas relações sociais de trabalho. Somente na história de vida prática dos `homens` cabe pensar a individualidade, que constitui o indivíduo, que o singulariza, que o distingue, mas, ao mesmo tempo, não se encerra nele. Os traços, os caracteres físicos e psíquicos são deste ou daquele indivíduo, porque são sociais, ou seja, porque pertencem aos `homens` de uma determinada época e lugar. Assim sendo, a individualidade é, inseparavelmente, social e individual, objetiva e subjetiva, fundada no modo como a sociedade se organiza, produz, se relaciona e na espécie de poder instituído. Esta é a chave para se adentrar nas estruturas individuais.

Diz respeito, portanto, ao processo de individuação dos seres sociais, nele são postas e construídas as alternativas de desenvolvimento da individualidade, circunscritas e delimitadas pela sociabilidade. A divisão do trabalho, em suas dimensões diversas, constitui o solo mais profundo e geral da individuação. Para Lukács (1979), a divisão do trabalho desenvolve por sua própria dinâmica espontânea categorias sociais cada vez mais acentuadas. Ele se refere à troca de mercadorias e à relação econômica de valor que com ela entra em ação. Para o autor, a relação mercantil constitui o ponto de partida ontologicamente mais adequado para a exposição da economia capitalista, do mesmo modo o é o trabalho para o nosso discurso sobre o ser social em geral.

Desta forma, a práxis é o modo como os indivíduos se apropriam do mundo. É a humanização do mundo que se efetiva quando ocorre a socialização da sociedade, processo que consiste no crescente recuo das barreiras naturais, sem, no entanto, eliminá-las. De acordo com Barroco (1996), a práxis não tem como objeto somente a matéria, mas também supõe formas de interação entre `os homens`; para transformar a realidade produzindo um mundo histórico-social, `os homens` interagem entre si e tendem a influir uns sobre os outros, buscando produzir finalidades coletivas. A práxis interativa emerge como necessidade posta pelo desenvolvimento da sociabilidade; sua especificidade está no fato de objetivar uma transformação da realidade em sua dimensão consciente, valorativa, cognoscitiva, teleológica. Nesse sentido, “a vida social se constitui a partir de várias formas de práxis, cuja base ontológica primária é dada pela práxis produtiva que se realiza pelo trabalho – principal forma de práxis”. (BARROCO, 1996, p. 44).

Lukács (1979) refere que a estrutura do ser revela três grandes formas fundamentais, a saber: “a esfera inorgânica, cuja finalidade central é o incessante tornar-se o outro mineral; a esfera biológica que consiste em repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social que se particulariza pela incessante produção do novo, por meio da transformação do mundo que o cerca de modo

consciente, orientado, teleologicamente posta. O trabalho, teleologicamente, conscientemente posto, contém em si, desde o início, a possibilidade de produzir mais que o necessário para a simples reprodução daquele que realiza o processo de trabalho. Isto constitui a base objetiva-subjetiva de toda história humana. Sendo assim, o autor afirma que a totalidade do ser natural é a base ineliminável da reprodução social, não menos verdadeiro é que o momento determinante, na reprodução do mundo dos ‘homens’, seja dado pela sociabilidade, não pela natureza. O recuo das barreiras naturais configura-se como pressuposto para o desenvolvimento das capacidades fundamentais do ser social.

Para Marx (1986), a produção das pessoas isolada, fora da sociedade – uma raridade, que pode acontecer a um homem civilizado, transportado por acaso para um lugar selvagem, entretanto levando consigo, já, dinamicamente, as forças da sociedade – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si. Goldmann (1993, p.73), refere que “o homem é um ser vivo consciente, situado no mundo ambiente de realidades econômicas, sociais e políticas, intelectuais, religiosas, etc. Sofre a ação global deste mundo e, por sua vez, reage sobre ele. É o que chamamos de relação dialética”.

Esse momento de transformação do real com base em uma ideação, em si, singular e abstrata é entendida por Lukács como objetivação. Desta forma, ele refere que o nódulo essencial da objetivação, é o fato, de que nela, o previamente idealizado ganha uma existência objetiva, concreta, própria que, em escala variável caso a caso, independe dos desejos e das prévias ideações de seu criador.

Para Lessa (1992), a subjetividade e materialidade se tratam de dois momentos distintos, entretanto, ontologicamente articulados do mesmo ser. A materialidade dos homens não pode vir a ser sem o momento teleológico, mas este apenas se coloca enquanto resposta às situações concretas que a vida põe aos indivíduos e às formações sociais como um todo. Se a materialidade do mundo humano é a subjetividade objetivada, não menos verdadeiro é que a consciência dos homens somente existe como órgão e médium da continuidade do específico processo de acumulação que é a reprodução social. Neste sentido, o autor ressalta que a consciência, para Lukács, está longe de ser um mero epifenômeno da existência social, ao contrário, tem ela uma carga ontológica fundamental na determinação do mundo humano.

Vimos, então, que a sociabilidade opera de maneira a delimitar e definir as condições de possibilidade, quanto ao modo de ser da individualidade, evidenciando a particularidade enquanto

existência concreta. Importa ressaltar, que essa afirmação, não deve nos levar à falsa interpretação de que os homens estariam subordinados a uma vida social externa a eles, como se não tivessem responsabilidade em relação às suas escolhas e decisões. Santos (2005) diz que, ao considerar que a vida social delimita, determina e especifica as possibilidades históricas quanto ao desenvolvimento dos homens e sua forma de ser, não significa admitir nenhum tipo de externalidade nem de descaracterização da autoconsciência humana. A questão está em reconhecer que a sociedade não se trata de um somatório de indivíduos com suas experiências de vida. Diferente disso, a autora refere que a vida social se constitui numa totalidade articulada de nexos e relações que os homens estabelecem entre si pela mediação de diversas necessidades; sentimentos; interesses materiais e de diversos complexos sociais parciais.

Para a autora, a individualidade trata-se de um complexo social parcial⁵, portanto, como tal, indissociável da totalidade da vida social. No interior da totalidade e dos complexos sociais parciais, configuram-se relações recíprocas e contraditórias, haja vista que mediante o desenvolvimento da formação social, os complexos particulares se tornam, cada vez mais, mediados, contraditórios e enriquecidos com desafios e dilemas colocados de maneira permanente. Diante disso, a individualidade ganhou movimento e demandas próprias, que vão desde o ato de buscar uma atividade profissional, perpassando pelo convívio familiar, afetivo-sexual, de amizade e contendo, inclusive, nossos desejos e sonhos mais secretos. Contudo, é preciso ressaltar aqui, que nem sempre foi assim. Este tipo de individualidade é pertencente a um determinado tempo histórico, o tempo do domínio do capital sobre o trabalho. Sendo, portanto, impossível negar a influência da sociabilidade burguesa no processo de formação da individualidade do indivíduo moderno.

No próximo tópico realizaremos breve caracterização da individualidade, na sociedade feudal, com o objetivo de tornar explícito o caráter nitidamente social determinante do processo de individualidade, fazendo com que a individuação se torne um processo extremamente complexo de determinações e contradições, cujo objetivo é a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal. Diz respeito às determinações ontológicas fundamentais que nos possibilita

⁵ Um momento é a relação entre a totalidade e cada complexo parcial. Nele, a totalidade é o momento predominante no desenvolvimento de cada complexo social parcial porque é a mediação entre a esfera da economia (que inclui o momento fundante de toda e qualquer formação social, o trabalho) e cada um dos complexos parciais. O segundo momento é a relação entre a totalidade social e o complexo da economia. Neste, cabe à economia o momento predominante porque, para sermos brevíssimos, nela reside o momento fundante de toda socialidade: a conversão da natureza nos valores de uso indispensáveis à reprodução social (LESSA, 2011, p. 264).

concluir que “a compreensão de qualquer momento da realidade social tem como pressuposto a sua articulação com a totalidade, cujo eixo dinâmico é a autoconstrução humana”. (TONET, 2001, p.38). Assim, a compreensão da individualidade só é possível perante o conhecimento das condições sócio históricas concretas, longe, portanto, de um patamar de elaboração calcado em meras abstrações subjetivas, vinculadas à existência de um “eu” singular que se auto explica e se traduz por si próprio. Pois a individualidade não se expressa ou se traduz por meio do “eu” isolado, pelo contrário, é o sujeito inserido na sociedade que nos dará elementos de compreensão da sua individualidade.

Santos (2005) afirma, então, que as tendências predominantes quanto à forma, conteúdo de ser da individualidade e a direção social que ela assume na vida cotidiana contemporânea, germinam no processo de constituição da moderna sociedade do capital. É, portanto, na sociabilidade burguesa que se torna evidente a individualidade tal como identificamos nos dias atuais, “é aí que o indivíduo circula como átomo isolado e autossuficiente”. (Santos, 2005, p.67).

O capitalismo se torna, então, a materialização de um projeto societário que se gesta prometendo colocar fim na servidão presente no antigo regime feudal, com a finalidade de tornar os indivíduos sujeitos de suas vidas e decisões. No entanto, no seu desenvolvimento, na criação desse novo tipo de sociabilidade vimos que um conjunto de contradições e o antagonismo entre as necessidades do capital e as do trabalho malograram amplamente as promessas de liberdade e de igualdade, bem como uma efetiva vida social sem exploração e opressão. “Podemos, assim, afirmar que o indivíduo, do tempo da burguesia, é o sujeito da desigualdade” (Santos, 2005, p.68). Diante desse cenário, de profundas inovações pelas quais passa o sistema produtivo, ocorre na vida cotidiana, um apelo, nunca visto antes, à individualidade. A autora refere, ainda, que nas relações de trabalho à dimensão da sexualidade, circula uma espécie de supervalorização e até de um certo “endeusamento” do indivíduo.

Desta forma, buscaremos relacionar a influência da sociabilidade burguesa no processo de formação da individualidade do indivíduo moderno com a intenção de localizar o processo de construção da objetividade/subjetividade das lésbicas idosas na sociedade contemporânea, visando identificar as nuances que esse processo carrega.

Veicula-se um pensamento convicto de que se está vivendo uma melhora, qualitativamente significativa, no espaço e nas condições para que a individualidade se expresse; um pensamento que alimenta a ideia de realização pessoal através do consumo. Mas estaria a automação flexível, implantada no seio do capitalismo, transferindo ao indivíduo o controle sobre seu tempo e sobre um determinado espaço? (PALANGANA, 1998, pp. 15-16).

É também por meio das categorias marxistas que vamos refletir acerca do envelhecimento neste trabalho. Como um processo histórico e condicionado, portanto, pelo modo de produção da vida material, sendo assim necessário, considerar os efeitos da contradição entre capital e trabalho, que são inerentes a este modo de produção, na vida e na velhice da classe trabalhadora, possuindo, ainda, e não menos importante, relação direta na construção da individualidade dos indivíduos da modernidade.

Konder (1988), aponta que o método de Marx é marcado pela crítica da dialética tal qual formulada por Hegel, de quem conserva o entendimento da realidade como processo em movimento em constante contradição e o conceito de totalidade, a qual é associada ao posicionamento revolucionário marxiano. Em Marx (2007) a perspectiva dialética adquire base material e histórica, o ser – real e concreto- apresenta prioridade ontológica às outras esferas.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (Marx, 2007, p.94).

Para Marx, a teoria representa a reprodução no plano do pensamento da realidade objetiva, o que deve ser efetuado apreendendo o objeto na maneira que este se constitui concretamente: em sua estrutura e dinâmica. No entanto, Netto (2011), ressalta que esta apreensão do real não é dada de forma imediata, tendo em vista que a realidade não se esgota em sua aparência, de maneira que o trabalho de investigação é justamente ultrapassar a esfera fenomênica, que constitui o ponto de partida do conhecimento, e alcançar o processo de seu objeto, ou seja, a essência.

Para capturar a essência do objeto delimitado, o pesquisador deverá realizar uma série de abstrações sob o real aparente, o que significa isolar o objeto retirando suas determinações mais concretas até alcançar as mais simples, com a finalidade de captar as múltiplas determinações que compõe o seu objeto de forma concreta possibilitando analisá-lo como uma totalidade rica em determinações conectadas por mediações.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 1984, p.14).

No método proposto por Marx, partindo se do concreto efetivo – a realidade – eleva-se do abstrato ao concreto. Por meio das abstrações, o pesquisador realiza uma síntese das determinações

que constituem o objeto, de maneira que ao retornar o concreto, este é um concreto pensado, uma unidade da diversidade. (NETTO, 2011). Mediante este processo, o método materialista histórico dialético permite apreender o objeto pesquisado tanto em sua aparência como em sua essência.

Entretanto, o modo de conhecimento de realidade que prevalece na modernidade apresenta outras bases, que negam à apreensão da realidade na maneira que ela se objetiva. Conforme evidenciado por Lukács (1986) ao se consolidar enquanto classe dominante, inicia-se a decadência ideológica da burguesia, que para dar continuidade a sua supremacia não pode revelar as contradições da realidade, de forma que os ideólogos burgueses abandonam, a necessária tarefa de conhecer a realidade, a qual passa a ser interpretada de forma superficial, acrítica, fragmentada e relativizada.

Esta lógica perpassa a maioria dos estudos contemporâneos sobre o processo de envelhecimento, o qual costuma ser pensado de forma fragmentada e a-histórica, num desenvolver que pode revelar traços pertinentes do envelhecer na sociabilidade do capital, mas que também os oculta. Nesta perspectiva, o envelhecimento populacional é recorrentemente tratado como um problema e as soluções para um “envelhecimento bem sucedido” desconsideram as contradições produzidas pelo modo de produção capitalista. Por conseguinte, é possível afirmar que hegemonicamente o envelhecimento é analisado no mundo da “pseudoconcreticidade”, conforme a designação de Kosisk (1976), no qual os objetos são considerados apenas em sua fenomenalidade, com uma aparente naturalidade e desconexo da totalidade.

De acordo com o pensamento lukacsiano, a existência do ser social pressupõe que haja vida orgânica e inorgânica, de modo que o ser social não abandona o ciclo de vida da natureza: na verdade articula estas diferentes modalidades. Para o autor, o ser social se constitui como um ser novo, de maior complexidade, que se distingue da natureza ao construir a si mesmo através do trabalho enquanto produz sua história. Nesta perspectiva, o trabalho é a categoria fundante do ser social, a qual deve ser entendida como atividade específica do homem caracterizada a partir de uma prévia ideação dele que, ao transformar a natureza a fim de satisfazer uma necessidade, acaba nesse processo modificando a si próprio, pois são produzidas novas necessidades e ainda se difunde a sociabilidade pela promoção de crescente interação entre os homens, como já dito anteriormente.

Um dos esforços analíticos deste trabalho é apreender o processo de envelhecimento como uma rica totalidade, dispondo da história como instância de verificação do conhecimento. Nesta concepção, é necessário entender o processo de envelhecer como um produto histórico, o qual, na

atualidade, é determinado pelo sistema capitalista. Nesta direção, o envelhecimento acaba sendo visto como um processo natural e irreversível a todos os seres vivos, que pode ser concebido como uma série de transformações biológicas degenerativas em virtude do tempo cronológico, que aumenta a probabilidade de morte, sem, no entanto, significar necessariamente a ocorrência de patologias (BRASIL, 2006). Apesar dessa linha interpretativa estar fundamentada em um saber científico, verifica-se que apresenta claros limites, pois não é suficiente explicar o envelhecimento apenas em seu aspecto biológico, visto que o homem se diferencia da natureza ao se constituir enquanto ser social.

Sob estas circunstâncias, é evidente que o envelhecimento não se estabelece apenas como fenômeno biológico, visto que o homem não se restringe aos aspectos orgânicos e inorgânicos. O reconhecimento do homem enquanto ser social pressupõe que o envelhecimento seja pensando enquanto totalidade, que conserva os elementos biológicos, mas inclui outros determinantes, sendo condicionada pelo modo como é organizada a produção e reprodução da vida material. Esta afirmação é substancial, pois conforme defendido por Meszáros (2002), o capital apresenta um sistema sociometabólico que controla toda estrutura de produção e reprodução da existência humana, as quais se tornam submetidas à lógica imperante do capital.

Diante do exposto, fica evidente que partimos do pressuposto, de que o pensamento sobre o envelhecimento, bem como a maneira como ele se traduz, depende da cultura, da ideologia, da política e da moral de cada época histórica. Apreendemos que o envelhecimento e, também, a sexualidade não são apenas expressões biológicas, mas são, também, expressões construídas socialmente, a partir do pensamento econômico, social e político hegemônico de cada momento histórico. Como vimos antes, as formas de agir e pensar não surgem por acaso e nem são naturais, mas são mutáveis, por se tratar de relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, ancoradas na ideologia dominante do período histórico que vivenciam. Muitas foram as transformações sofridas na maneira de pensar e agir em relação ao envelhecimento e à sexualidade na sociedade (algumas características vão se mantendo por diversos períodos históricos, outras estão em constante modificação), mas a essência desses pensamentos e suas expressões são construídos de acordo com uma dada ordem social, de valores tradicionais que vão contra qualquer progresso na direção da emancipação dos seres humanos e no combate às transformações profundas que sustentam a sua estrutura.

Na atualidade, não existe uma única teoria sobre o envelhecimento ou velhice em nenhuma das disciplinas que abrigam a investigação e a teorização nessa área. Na maioria das vezes, definido pelo aspecto biológico, o envelhecimento é compreendido “como o tempo da vida humana em que o organismo sofre modificações de declínio em sua força, disposição e aparência, mas que não incapacitam ou comprometem o processo vital” (Salgado, 1982, p.36).

Nessa perspectiva, o envelhecimento enquanto um processo sócio-histórico, é uma experiência que é vivenciada de formas distintas pelos indivíduos, portanto, de acordo com Teixeira (2008), depende de circunstâncias socioeconômicas, posição de classe, fatores culturais e genético-biológicos, situações estas que fazem do envelhecimento um fenômeno biopsicossocial.

A transformação do envelhecimento em problema social, não se deve ao declínio biológico dos indivíduos ou ao crescimento demográfico – apesar de esses fenômenos aumentarem as demandas por serviços, principalmente, públicos, em especial para aqueles que dependem desses serviços para sobreviver, considerando as transformações nas famílias que as inviabilizam como espaço de proteção social e de cuidados -- mas à vulnerabilidade em massa dos trabalhadores, principalmente quando perdem o valor de uso para o capital, desprovido de rendas de propriedades, dos meios de produção, de acesso à riqueza socialmente produzida, capaz de proporcionar uma velhice digna. Mesmo com a incidência maior de doenças nessa faixa etária, estas, em grande parte, se devem, à trajetória, aos hábitos e às condições de vida e trabalho do indivíduo, às oportunidades (saúde, educação, trabalho, dentre outras) que desfrutaram nos outros momentos do ciclo de vida. (TEIXEIRA, 2008, p.77).

Beauvoir (1970), em um longo estudo sobre a velhice, realizou uma análise profunda sobre o envelhecimento, desde a antiguidade até as décadas de 1950/1960. Seus estudos demonstraram que ao longo da história “a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice, um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis”. A autora refere, ainda, que nas décadas de 50/60 a sociedade europeia não era apenas culpada, mas criminosa em relação à velhice. Abrigada por trás do mito da expansão e da abundância, tratava os velhos como párias. Não tendo mais valor de uso, na redefinição de uso e utilidade para o capital, o trabalhador idoso é condenado à miséria, à solidão, às deficiências, às doenças, ao desespero, à condição de não-humanos, de um ser isento de necessidades.

No Brasil, as contradições entre capital e trabalho estão postas desde o final do século XIX e início do século XX, período correspondente à Primeira República (1890-1920), momento que se instala a industrialização no país (TEIXEIRA, 2008). Não há dúvida, porém, de que, a partir de 1920, ocorre um processo de transformações econômicas, acompanhadas de mudanças sociais, políticas e culturais de caráter dinâmico, que coincidem com o início da hegemonia capitalista. Todavia, essas condições, mesmo que embrionárias, dão origem ao proletariado e às burguesias locais, ao acirramento das contradições entre capital e trabalho e às lutas por melhores condições de trabalho e de vida, surgindo aí um novo tipo de construção da individualidade e, também em novas formas de pensar e entender a velhice que, agora, sofrem as influências diretas do atual tempo histórico em questão.

Nesse período, o tratamento dispensado pelo poder público à questão social, compatível com o Estado liberal, era a repressão, tratando como caso de polícia – forma histórica de evitar a emergência das classes subalternas da vida política nessa sociedade. O tratamento “político” era dado pela esfera privada, em que a questão social deveria ser enfrentada pela sociedade civil, como objeto de caridade, benemerência e filantropia, tendo a Igreja Católica papel central nesse cenário.

Dessa forma, as questões relacionadas ao envelhecimento – como problemática social – emergem a cena pública brasileira, inicialmente, por meio das lutas operárias, não como uma questão autônoma, de lutas por um segmento específico, mas como parte das lutas operárias por melhores condições de vida e de trabalho. “Isso porque a o debate sobre o envelhecimento emerge junto com a constituição do proletariado como sujeito político, que luta pelo reconhecimento de seus problemas como oriundos da ordem capitalista e não de imprevidência ou de cunho individual”. (TEIXEIRA, 2008, p.99).

Nos dias atuais, a longevidade é vista como uma conquista da humanidade nos últimos séculos, resultante das descobertas científicas e tecnológicas que celebram o avanço da sociedade do conhecimento. Nesta ótica, o aumento da expectativa de vida do ser humano traz à cena pública a realidade do envelhecimento, situando a pessoa idosa como sujeito de direitos e como eixo de preocupação e investimento das políticas públicas, exigindo do Estado o redimensionamento de sua agenda pública.

A visibilidade social desta camada da população é atualmente um fenômeno presente em todos os países que conseguiram dilatar a esperança de vida através dos progressos combinados da medicina, do meio ambiente, da alimentação e exercícios físicos.

No Brasil, entre 2000 e 2010, de acordo com dados do Censo, a população idosa passou de 14,5 para 20,6 milhões de pessoas. Em 2011, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD estimou as pessoas idosas em cerca de 23 milhões, representando quase 12% da população total. Segundo estimativas do IBGE, a população idosa, em 2030, deve ultrapassar a marca de 30 milhões no país. (Brasil, 2013a, p. 69).

Essa conquista articula direitos ao segmento social formado pelos idosos, cuja condição de cidadania necessita ser assegurada e realçada, “especialmente em países como o Brasil, que por não fundamentarem a convivência social em padrões de civilidade, sempre relegaram a segundo ou a terceiro plano a condição de cidadania da pessoa idosa e dos segmentos sociais mais fragilizados”. (Silva, 2016, p.216). Apesar de inúmeros avanços, ainda esbarramos em estereótipos ligados à degradação biológica, a qual serviu durante séculos para caracterizar o processo do envelhecimento e continuam a impregnar o imaginário cultural.

Já referimos que a forma como cada pessoa experimenta a velhice está determinada por suas condições materiais e subjetivas, incluindo a maneira como foi vivida sua história pessoal em todos os períodos da sua existência. Isso significa que a forma como se envelhece é imposta pela sociabilidade ao qual o indivíduo pertence, o que perpassa pela construção de sua individualidade. Dessa forma, ao visualizar os idosos como seres improdutivos para o capitalismo, incapazes de gerar valor de uso – diminuindo a capacidade de gerar lucros –, a ideologia dominante vai difundindo na sociedade também a ideia da velhice como algo decadente, triste, um momento de isolamento do mundo, reforçando o ideário falacioso de que as pessoas idosas não possuem mais vontades e desejos. Todavia, os limites dos desejos e vontades estão, na verdade, no imaginário, no preconceito, na intolerância social, na discriminação, no descarte do capitalismo àqueles que não alimentam mais a sua sede incessante por lucro. O limite não está no real do corpo, ou na capacidade de sonhar, de simbolizar, de viver a vida.

No artigo “Onde estão as histórias de lésbicas? menopausa, envelhecimento e mulheres que se relacionam sexualmente com mulheres”, escrito por Claudete Gomes dos Santos em 2002, se questiona a heterossexualização das pesquisas sobre mulheres, saúde sexual e envelhecimento. E menciona também a necessidade de articular a discussão da lesbiandade com os debates de raça e classe. Aponta, ainda, que no Brasil, o encontro entre lesbiandade e velhice é debatido de forma tímida, e é nítida a falta de dados sobre orientação afetivossexual nas pesquisas sobre o tema. Lord (1984) nos diz que o envelhecimento é um tema silenciado entre as lésbicas. E que isso pode ser

consequência de uma sociedade que venera a juventude e repudia a velhice, e provavelmente é um sintoma de uma discussão mais ampla, com relação à diferença ser percebida, não meramente tolerada, e abraçada como eixo de articulação de mudanças.

Uma projeção do IBGE sinaliza que o Brasil terá mais idosos que jovens no ano de 2060. Se envelhecer é um tabu para qualquer pessoa, essa angústia deve se aguzar entre a população LGBTQUIAP+. Acreditamos que um dos principais fatores causadores de angústia na velhice das lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais diz respeito à solidão, pois existe uma possibilidade maior de esses indivíduos se verem mais sozinhos na velhice em relação aos heterossexuais. Os motivos da solidão dessa população podem ser variados: ruptura com familiares devido à sua orientação sexual e ausência de filhos, por exemplo. Consideremos que, os idosos de hoje foram socializados na década de 1960, só em 1990 a Organização Mundial da Saúde – OMS retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças.

Pretendemos até aqui localizar as categorias do ser social: subjetividade e individualidade enquanto determinações ontológicas, portanto, se concretizam pelo fato de que os indivíduos, seres relacionais, precisam estabelecer relações e nexos à produção da sua subsistência e existência e, para tanto transformam os meios e as condições colocadas pela natureza. Nesse processo, o principal elemento consiste na ação de reciprocidade estabelecida neste intercâmbio que faz com que os indivíduos estabeleçam uma interação entre eles. E, por isso, somos seres sociais e históricos, haja vista que nossos sentimentos e ações não podem existir alijados da vida social.

Situar o envelhecimento e a sexualidade enquanto processos sócio-históricos, experimentados, portanto, de maneiras diferentes por cada indivíduo, a depender do momento histórico em que ele está ou estava inserido também foi nossa intenção até o momento, pois, nos permite refletir que a transformação da velhice em problema social não tem a ver com a sua decadência biológica, ou mesmo com o seu crescimento demográfico, apesar de esses fenômenos fazerem parte da modernidade. O que de fato está por trás do envelhecimento ter se tornado um problema social e da sexualidade continuar, em pleno século XXI, sendo tabu, são as necessidades do capital. O envelhecimento em massa que afeta diretamente os trabalhadores no momento em que os idosos perdem a sua capacidade de produzir valor de uso diz respeito aos capitalistas, bem como manter a sexualidade, essencialmente a das mulheres, como tabu privilegia uma sociedade erguida pelo patriarcado.

Dessa forma, apreender a estruturação do indivíduo burguês trata-se de uma tarefa necessária neste trabalho, pois é através da apreensão de como esses sujeitos se relacionam, como eles constroem sua individualidade e subjetividade na modernidade é um caminho precioso e necessário para o entendimento e a análise do processo de construção da subjetividade das mulheres, mais especificamente das lésbicas idosas na sociabilidade do capital.

1.1.2 O indivíduo na modernidade e seus reflexos no envelhecimento da população.

Identificamos que a sociabilidade produz uma espécie de modelização que demarca e define as condições de possibilidade para se forjar a individualidade, destacando sua particularidade enquanto existência concreta. Dessa maneira, entendemos que a vida social é constituída por uma totalidade articulada entre vínculos e relações que os homens estabelecem entre si pela mediação de diferentes necessidades. Portanto, a individualidade é indissociável da totalidade da vida social. Tentaremos, aqui, buscar uma melhor apreensão da relação entre individualidade e a sociabilidade estruturadas pela perspectiva do capital. Resgataremos os seus aspectos mais gerais e centrais, ressaltando as principais mudanças processadas no modo de ser do indivíduo burguês.

Antes das relações capitalistas a coisificação histórica dos modos de ser da produção e reprodução social dos indivíduos, tinha o nexos central fundado na identidade entre a individualidade e a comunidade. O que significa que nas sociedades pré-capitalistas, a individualidade dos sujeitos se referia à comunidade, se fundia aí e ela funcionava “como uma totalidade auto suficiente, existindo uma unidade entre a força de trabalho e suas condições objetivas” (GOULD, 1983, p. 41 apud BARROCO, 1996, p. 98).

As relações sociais que antecederam o capitalismo eram forjadas por meio de uma natureza corporativa, que fixava os sujeitos, em situações hierárquicas e de dependência bem cristalizadas. A partir do signo da descendência ia se instituindo todo o poder de continuidade do ofício e da herança direcionada ao filho primogênito, garantindo a concentração da riqueza, propriedade e poder nas mãos de uma minoria.

O ser humano ativo possuía o seu instrumento de trabalho, assim, mantinha uma íntima ligação com uma única atividade. Mesmo numa relação hierárquica e desigual os indivíduos efetuaram uma habilidade específica, como um ofício desenvolvido por um determinado sujeito enquanto uma objetivação da sua existência.

Importa salientar que acreditar que as formas anteriores de socialização dos indivíduos eram de liberdade ou de igualdade pelo fato de os sujeitos identificarem com sua atividade produtiva

trata-se de um pensamento ingênuo. A questão é mais complexa, pois, ao contrário disso, naquelas formas de sociedade prevalecia um modo de sociabilidade e individualidade restritas, pois a produção se estruturava pela transmissão direta de poder às novas gerações, que pela força da tradição familiar, mantinham relações de hierarquia.

A sociedade feudal caracterizava-se, essencialmente, por uma grande estabilidade da existência humana. Cada um tinha seu lugar e nele ficava. Os filhos dos servos eram servos, os filhos da nobreza eram nobres ou pertenciam ao alto-clero. Os filhos dos artesãos tornavam-se artesãos. Uma ideologia religiosa igualmente imóvel, a religião católica consolidada pela escolástica, coroava, racionalizava e justificava essa sociedade fortemente hierarquizada (MANDEL, 2001, p. 12 apud SANTOS, 2005, p.65).

“A identidade entre indivíduo e condições de trabalho não podia desaguar numa efetivação real da liberdade e da igualdade, posto que estavam limitados numa forma corporativa de existência” (SANTOS, 2005, p. 67). A autora refere, ainda, que os sujeitos em sua unidade familiar estavam em relação uns com os outros de maneira restrita, por sua atividade produtiva. Isso colocava inúmeros obstáculos para o desenvolvimento da diversidade humana, já que toda a sociedade estava submetida aos valores e princípios da sociedade feudal.

A partir dessa caracterização da sociedade feudal é possível perceber a existência de um caráter nitidamente social determinando a individualidade, fazendo com que a individuação se torne um processo extremamente complexo de contradições e determinações. Trata-se de determinações ontológicas que nos possibilitam identificar que a apreensão da realidade social em qualquer momento deve estar articulada com a totalidade social. Desta forma, o entendimento da individualidade somente é possível através da compreensão das condições sócio históricas reais. Sendo assim, é correta a afirmação de que o processo de constituição do indivíduo moderno encontra-se ancorado nos ideais burgueses, pois sua objetividade/subjetividade é delimitada e diretamente atravessada pelo modo de produção capitalista.

É na sociedade da burguesia que se personifica a individualidade tal como identificamos nos dias atuais, “é aí que o indivíduo circula como átomo isolado e auto suficiente.” (SANTOS, 2005, p. 67). Após vencer e ultrapassar as amarras do feudalismo inaugura-se o universo burguês que, sentencia a ideia de que os homens estão livres para pensar além do que veem, para dominar e ultrapassar a natureza. Eles devem ousar, identificar e alterar o marco dos limites pessoais. Os

olhares que antes eram ocupados somente com o presente, e sempre inspirados no passado, agora estão completamente voltados para o futuro. Importa, apenas, o que virá e não o passado.

Santos (2005) refere que as mudanças essenciais que atuam sobre a individualidade podem ser sintetizadas em “duas arenas” que, apesar de profundamente articuladas e direcionadas por determinações recíprocas, são apresentadas pela autora de modo separado: (1) a arena do trabalho no qual os trabalhadores são incentivados a desenvolver certas aptidões e adquirir determinados conhecimentos; (2) a arena da vida privada, com a definição hegemônica de um comportamento aguardado no âmbito da privacidade.

O mundo do trabalho há pelo menos quatro décadas, sob a hegemonia do capital, opera e desenvolve as suas funções por meio de um conjunto articulado de iniciativas, misturando elementos de formação técnica e ideológica, em que sobressai o pensamento de que os homens devem deixar de ser objeto e ocuparem a posição de sujeito. Resta saber de que sujeito se trata e para que ele serve.

O capitalismo, no enfrentamento da crise, passou a aparecer cada vez mais como vitorioso e como única forma de produção societária possível. Sendo assim, nestas condições, ancoradas pelo recrudescimento do capital, foram e estão sendo implementadas iniciativas, para adaptar os homens às novas necessidades e formas de acumulação do sistema. Sabe-se que o objetivo maior do capitalismo na atualidade, principalmente, no que tange o mundo do trabalho através da reestruturação produtiva é conter e superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro.

Para tanto, o capital coloca em funcionamento, concomitantemente, mudanças nos processos e mercados de trabalho e um modelo de reelaboração da individualidade, principalmente, no que se refere ao modo de pensar, de conceber a vida, a si próprio e o mundo. Percebe-se que as forças sociais não têm se limitado a efetivar mudanças na forma e na organização do trabalho, entretanto atuam na vida social, em seus diferentes âmbitos. Do ponto de vista ideológico, diz respeito a elaborar e disseminar, no universo da classe trabalhadora, uma maneira de viver totalmente identificado com as necessidades atuais de reprodução do capital.

Santos (2005), revela que, nas últimas décadas, o maior investimento das empresas privadas, no que diz respeito à formação e capacitação profissional, têm ocorrido no campo comportamental e subjetivo. A finalidade é abocanhar corações e mentes do corpo técnico, a fim de garantir as mudanças necessárias, com o máximo de apoio e de participação das demais parcelas vinculadas ao trabalho, de maneira a reduzir e, no limite, a cancelar sua percepção dos interesses

antagônicos de classe e, assim, disciplinar ao máximo os conflitos e contradições nas relações de trabalho. O desafio é conseguir que os segmentos e representantes da classe trabalhadora concedam, em suas individualidades e coletividades, legitimidade nas mudanças em curso.

Antes de adentrarmos, no apelo do indivíduo moderno, inclusive, nunca visto antes na história da humanidade, à individualidade e de, desenvolver mais sobre os elementos que compõem a constituição da sociabilidade vigente que traz um modelo que se caracteriza por indivíduos compelidos à mera aceitação de suas tarefas, impossibilitando-os à reflexão e ao poder de decisão frente às decisões e realizações, vamos nos debruçar brevemente acerca da categoria ideologia, por entendermos que ela encontra-se visceralmente presente na vida cotidiana dos homens e mulheres. Sendo assim, perpassa a constituição da individualidade, o que influencia na construção da objetividade/subjectividade dos sujeitos coletivos, neste estudo mais especificamente das lésbicas idosas.

Lukács (2010) diz que uma consideração ontológica do ser social não é possível sem localizarmos seu primeiro ponto de partida nos fatos mais simples da vida cotidiana dos homens e mulheres. Para expor essa questão nos seus estados mais rudimentares, o autor refere que é preciso lembrar uma trivialidade, muitas vezes esquecida, qual seja: de que só um coelho que exista pode ser caçado, só uma uva que exista pode ser colhida etc. Todo pensamento que perdeu, em suas pressuposições e conclusões, esse fundamento último, tem de dissolver-se subjetivamente, em sua totalidade e em seus resultados.

Entretanto, por outro lado – devido igualmente ao fato básico, próprio do ser humano, de que nunca somos capazes de ter um conhecimento total de todos os componentes de nossas decisões e suas consequências –, também na vida cotidiana o ser real muitas vezes se revela de maneira distorcida. É certo, que em parte, as maneiras de manifestação imediata encobrem o que é realmente essencial no plano ontológico, afinal, nós mesmos projetamos no ser, com “silogismos analógicos” precipitados, determinações que são totalmente estranhas a ele, somente imaginada por nós. “Confundimos com o próprio ser os meios com que tomamos consciência de momentos determinados do ser. Portanto, é preciso partir da imediatividade da vida cotidiana, e ao mesmo tempo ir além dela, para poder apreender o ser como autêntico em si”. (LUKÁCS, 2010, p. 37).

Todavia, o autor ainda refere que, concomitantemente, é preciso também que os mais indispensáveis meios de dominação intelectual dos homens e mulheres devem ser submetidos a uma constante consideração crítica, tendo por base sua constituição ontológica mais simples.

Portanto, são as inter-relações do ser social com o seu meio, desses dois pontos de vista aparentemente opostos é que possibilitam uma aproximação daquilo que o ser, como ente, é verdadeiramente. No entanto, para Lukács (2010), essa interação até o momento praticamente nunca foi concretizada de maneira correta, essencialmente, porque as pessoas não procuraram diretamente a solução certa, que necessitava ser encontrada acerca desse ponto, achando-a por acaso quando tentavam satisfazer determinadas necessidades ideológicas apenas momentânea.

Neste trabalho não concebemos o conceito de ideologia em contextos mais amplos, estas não devem ser entendidas, no enganoso uso atual da palavra (como uma consciência antecipadamente falsa da realidade). Para o autor Húngaro, nem uma opinião individual correta ou errônea é em si e por si uma ideologia: pode, somente, vir a ser. “Somente depois de se tornar veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, eles são ideologia”. (LUKÁCS, 2010, p. 38). Sendo assim, a análise do autor, parte da caracterização de que ideologia se trata de um veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens e mulheres. Nas palavras dele “ideologia é antes de tudo uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa”. Dessa forma, na medida em que o ser social exerce uma determinação sobre todas as manifestações e expressões humanas, qualquer reação, ou seja, quaisquer respostas que os homens e mulheres venham a formular, no que diz respeito aos problemas postos pelo seu ambiente econômico e social, podem, ao orientar, a prática social, ao conscientizá-la e operacionalizá-la, tornar-se ideologia.

As ideologias, do nosso ponto de vista, podem proporcionar tanto uma aproximação do ser bem como o afastamento dele. Como tais ideologias, especialmente em tempos de crise da sociedade, podem se desenvolver, tornando-se verdadeiras forças espirituais, sua influência no desenvolvimento e solução da questão teórica sobre os homens é substancial. A fundamentação ontológica do pensamento do mundo, realmente correspondente aos fatos, sempre enveredou por descaminhos. Lukács (2010) refere que, desde a Idade Média, onde a prova ontológica da existência de Deus, era uma evidência geral, passando pela concepção da coisa-em-si kantiana, abstrata, incognoscível, concebe a realidade como um mundo de meros fenômenos. Até a ontologia histórico-logicizada de Hegel acerca do sujeito/objeto idênticos, cuja sua fundamentação idealista/subjetiva, da concepção do sujeito/objeto idênticos que não somente impede uma

separação clara entre categoria e método ontológico, mas subordina repetidamente as verificações ontológicas aos pontos de vista lógico-hierárquicos, violentando-as e deformando-as.

A existência de Deus, no século XVIII, apareceu como visão de mundo mais monumental e fascinante no que diz respeito ao seu caráter ideológico. Pois, nesse momento, oriunda-se na sociedade uma ampla ideologia de combate da nova classe dirigente, ela distanciou todo elemento processual e toda gênese histórica de sua autojustificação ideológica. Assim, para si mesma e seus adversários, ela não aparece enquanto resultado histórico, mas como base fixa e polaridade oposta da história.

No momento atual tem ocorrido um enorme apelo à efetivação de uma “nova” individualidade, qual seja: uma individualidade que atenda aos interesses econômicos, políticos e ideológicos do capitalismo financeiro. Neste sentido, o que vemos apesar de inúmeras iniciativas voltadas para a garantia e manutenção do bem-estar individual, o que está em cena nesta disputa trata-se do desenvolvimento e difusão de uma cultura de massa que habilita os indivíduos muito mais à lógica do consumismo e individualidade do que para a realização da individuação e liberdade.

Nas relações de trabalho, por exemplo, as atividades direcionadas para a qualidade de vida têm menos relação com a saúde das pessoas e mais articulação com a manutenção da sua capacidade produtiva. Contextos de alta competitividade, contratos precários e temporários de trabalho, alta taxa de desemprego, exigência constante para aquisição de novos conhecimentos, dentre outras, resultam nas denominadas “doenças do trabalho” que podem comprometer o desempenho do trabalho. Para tratar e contornar esses desequilíbrios físico-emocionais nas relações diárias de trabalho algumas iniciativas para o controle de tais doenças estão sendo pensadas e executadas, sobretudo, no universo empresarial, algumas, inclusive, podem interferir de maneira negativa aos objetivos institucionais.

A configuração de um novo perfil de homens e mulheres e as determinações das mudanças originam-se no processo produtivo e se irradiam na vida das instituições e na vida social e pessoal. Essa investida e investimento, para adaptar os trabalhadores às novas exigências da produção, se desenvolve num quadro multifacetado de modalidades de inserção no mundo do trabalho.

Todavia, não se trata, portanto, da vigência de um ou de outro padrão. A nova forma de organização do trabalho recorre aos mecanismos que melhor se adaptam às exigências de rentabilidade e expansão postas pelo atual modo de produção capitalista. Ocorre uma inserção

variada na estrutura produtiva: de um lado, especialistas e mão de obra extremamente qualificados, totalmente aptos a acompanharem as inovações tecnológicas. De outro lado, indivíduos com inserção extremamente subalterna, precária e desprotegidos, transitando nas fileiras das filas de desempregados.

De acordo com o IBGE (2023)⁶ a taxa de desemprego encerrou o primeiro semestre de 2023 em 8,8%, um aumento de 0,9 ponto percentual (p.p) na comparação com o trimestre anterior. Esse é o menor resultado para o período desde 2015 (8,0%). O número de desempregados cresceu 10,0%, o que representa um acréscimo de 860 mil pessoas à procura por trabalho, e chegou a 9,4 milhões. Já o total de ocupados reduziu-se em 1,6%, menos 1,5 milhão de pessoas, ficando em 97,8 milhões. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada hoje pelo IBGE.

O nível de ocupação, percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, chegou a 56,1%, caindo 1,0 p.p. frente ao trimestre anterior (57,2%), mas 1,0 p.p. maior que igual trimestre do ano anterior (55,2%). “A queda na ocupação reflete principalmente a redução dos trabalhadores sem carteira, seja no setor público ou no setor privado”, destaca Beringuy. Entre os empregados sem carteira no setor público, a queda no trimestre foi de 7,0% ou menos 207 mil pessoas. Já no setor privado, o contingente de empregados sem carteira assinada caiu -3,2%, ou menos 430 mil pessoas.

Destaca-se, ainda, o total de trabalhadores por conta própria com CNPJ, que caiu 8,1% (menos 559 mil pessoas). O número de empregados com carteira assinada no setor privado ficou estável e a taxa de informalidade foi de 39,0% da população ocupada (ou 38,1 milhões de trabalhadores informais) contra 38,8% no trimestre anterior e 40,1% no mesmo trimestre do ano anterior.

De acordo com Teixeira (2008), a retração do emprego sem carteira pode ser observada em algumas atividades econômicas, como nos grupamentos da agricultura, construção e comércio que tiveram quedas de, respectivamente, 2,4% (menos 201 mil pessoas), 2,9% (menos 215 mil pessoas) e 1,5% (menos 294 mil pessoas) no total de seus trabalhadores. “Na construção, essa queda está focada no setor de edificações e tem uma característica muito sazonal”, detalha.

⁶<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36780-comtaxade88desempregocresceprimeirotrimestrede2023>.

Mészáros (2002) refere que, neste momento histórico, as iniciativas do capital, se direcionam para um caminho destrutivo. Em síntese, num panorama de crise estrutural, toda a força do capitalismo, rumo à expansão, se faz de maneira destrutiva. Trata-se, portanto, de ajustes econômicos e produtivos estruturais postos pela crise do capital. Diz respeito, a um momento da história, em que o modo de produção combina, a um só tempo, alta tecnologia com as maneiras mais primitivas de extração da mais valia. As ações no universo do trabalho ganham destaque, também, para o capital, reconstruir a individualidade no âmbito da privacidade.

[...] não basta apropriar-se apenas da força física do trabalhador. [...] Isto não é mais suficiente para reproduzi-la, mesmo porque a força humana já foi transferida para a máquina. A organização produtiva automatizada alimenta-se, particularmente, de determinadas capacidades mentais do trabalhador: ele deve ser capaz de resolver problemas, associar diferentes comandos, ler e interpretar dados, comunicar-se e relacionar-se com desenvoltura, etc. Esta necessidade de ‘sociabilizá-lo’ obriga a sociedade a disseminar, por toda a ordem estabelecida, a denominada “cultura superior” (PALANGANA, 1998, p. 145).

O que nos é relevante aqui é que, sob a hegemonia do capital, ocorre a integração de homens e mulheres ao universo de um novo tipo humano, isto é, põe em prática no cotidiano das pessoas, uma espécie de “ressocialização” do indivíduo através da elaboração de um novo padrão existencial. Faz parte dessa ofensiva uma enorme atenção ao mundo da subjetividade. Do ponto de vista do capital, esta atenção se transfigura enquanto “estilo de vida”. Para além das temáticas culturais, questões como qualidade de vida, autoestima dentre outras iniciativas invadem o universo cotidiano, impondo aos indivíduos, da sociedade contemporânea, um tipo de homogeneização sociocultural, em detrimento do pleno desenvolvimento da diversidade humana.

Poderíamos pensar que junto com a “revolução microeletrônica” de meados da década de 1970, como refere Santos (2010), surge na sociedade o indivíduo capaz de ser sujeito do seu tempo-espaço, apto para usufruir, de maneira positiva, desse desenvolvimento das forças produtivas. Baseando-se numa observação superficial, a pandemia da COVID-19 reforçou também essa ideia de que com as novas tecnologias as pessoas passam a ter mais mobilidade geográfica e conseguiriam ser mais protagonistas em suas relações de espaço-tempo. Ocorre que, a valorização da subjetividade, sob as ordens do capital tem como força motriz uma contradição fundamental: as relações sociais capitalistas, por meio do trabalho, desenvolvem e constroem riquezas, avançando no que tange ao desenvolvimento tecnológico, ao enriquecimento cultural da humanidade, enquanto muitos trabalhadores estão cada vez mais pobres no que diz respeito à sua condição

material, mas, também no entendimento e na capacidade crítica reflexiva acerca da vivência da sua individualidade.

Percebe-se que a atenção dispensada às necessidades individuais não visa o aprimoramento do gênero humano, pois possui como finalidade o aprimoramento permanente do produto que, desse modo, se torna atrativo e financeiramente valorizado. Além disso, importa considerar que pesquisas acerca das condições de trabalho, em consonância com Teixeira (2008), revelam que, em todo o mundo é muito reduzido o número de pessoas que possuem acesso à formação técnica e cultural.

Os sujeitos da desigualdade estão, em suas vidas cotidianas, em falta de conexões vivas com a genericidade humana. “Ser genérico, em termos marxianos, apreendido como ser consciente, que vivencia a efetividade humana Omnilateral. Ser que se relaciona consigo mesmo como gênero vivo, universal e livre”. (ANTUNES, 1995, p.20). Resultado do indivíduo burguês que é atravessado pelas determinações classistas que obstaculizam e rompem com a ideia de uma individualidade plena, fundada em valores totalmente voltados para a expansão e manutenção dos interesses econômicos.

É fundamental enfatizar que a substância da alienação; do consumismo; do individualismo e da mercantilização desenfreada, não está no aprimoramento da técnica, da ciência nem das inovações tecnológicas em si, mas no conjunto das relações sociais que as dirigem, que comandam o trabalho, impedindo os indivíduos de alcançarem as condições sócio históricas que possibilitem torná-los sujeito do seu espaço-tempo; sujeitos que colocam a ciência, a técnica e todo o desenvolvimento das forças produtivas a serviço da realização das necessidades individuais e coletivas e, assim, verdadeiramente, se apropriarem com vida e sentido de socialização, do patrimônio sociocultural da humanidade. (SANTOS, 2005, p.76).

Partindo dessas observações, analisaremos como tem sido a estruturação do indivíduo burguês e quais as implicações disso para as lésbicas idosas na contemporaneidade. Santos (2005) refere que as interpretações deterministas, ora politicistas, ora economicistas dominam o debate teórico-político acerca das condições de opressão vivenciadas por alguns segmentos, a exemplo do que ocorre com as lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros em seu universo privado de vida: na família, no trabalho, na vivência da sexualidade e afetividade, nos espaços políticos e de lazer, enfim, em quase todas as esferas da vida social.

As diversas análises politicistas se unem em torno da ideia de que a superação da opressão acontecerá por meio da tomada de consciência dos indivíduos através do respeito aos direitos humanos. De outro lado, temos nos parâmetros economicistas, que analisam a opressão como uma

força oculta impermeável à ação da consciência dos homens, que, para mudar, deve aguardar a entrada de uma nova forma de produzir.

Acreditamos que, diferente de um determinismo no âmbito econômico ou de uma centralização da vontade política, orientada por uma subjetividade racional capaz de eliminar, através de uma ação crítica, as irracionalidades do mundo objetivo, o que está posto é a necessidade teórico-política de analisar as opressões, a partir de uma perspectiva de totalidade. Como refere Mandel (2001), a concepção de toda realidade enquanto uma totalidade em movimento, na qual nenhuma parte pode ser apreendida isoladamente, fora de suas interconexões, descolada de suas relações com as outras partes, além da concepção de movimento oriundo de contradições internas dessa totalidade.

Santos (2005) utiliza o conceito de “opressão particular” para tratar do preconceito, discriminação e violência vivenciada pelos indivíduos sociais quando a dimensão da diversidade é tratada enquanto um problema, conduzindo determinados segmentos/indivíduos sob o signo da dominação e da escassez ou da ausência efetiva de proteção social e direitos reconhecidos pelo Estado e legitimados socialmente. A autora nos diz, ainda, que as principais fontes de opressões particulares se encontram relacionadas às questões tais como: identidade de gênero, orientação sexual, etnia, raça, gênero e geração, dentre outras.

A nova sociabilidade vigente, incentiva e direciona a subjetividade dos indivíduos a um modelo de participação, no qual as pessoas são compelidas à mera aceitação de suas tarefas, impossibilitando-as à reflexão e o poder de decisão frente às decisões e realizações. Afinal, uma participação, na qual os homens e mulheres possam ter consciência de suas escolhas exige competência técnica e um conjunto de elementos apresentados anteriormente. Entender a subjetividade das lésbicas idosas perpassa pela apreensão de que elas sofrem um combo triplo de opressões particulares na constituição da sua individualidade, a saber: identidade de gênero (são mulheres), orientação sexual (são lésbicas) e geracional (são velhas).

A discussão em torno da questão do idoso e modernidade nos permite pensar em diversas questões: (01) enfatizar os ganhos em termos de expectativa de vida que a modernidade proporcionou, configurando um crescimento demográfico que inverte a forma piramidal com que se descrevia a composição populacional de alguns países e que tem atingido o Brasil nas últimas décadas.

(02) Demonstra-se que se temos cada vez mais idosos, a modernidade também proporcionou condições mais favoráveis para que eles tenham uma vida mais ativa, na medida em que criou meios de transporte mais adequados e toda uma gama de utensílios domésticos eletroeletrônicos que permite ao idoso viver com maior conforto, além do usufruto dos bens culturais de sua sociedade. Ressalve-se, neste aspecto, o papel que os meios de comunicação de massa passam a ter como entretenimento para as pessoas idosas.

(03) sublinham-se as transformações na esfera da intimidade. Lorde (1984) aponta como fruto destas transformações, a diminuição do abismo entre os sexos, também maior liberdade da mulher e a não necessidade do casamento, da dependência da mulher ao homem. Ora, essa mudança não se dá apenas em nível dos valores que orientam o comportamento conjugal, permitindo novas configurações na maneira de se relacionar com o outro, mas também no que diz respeito aos cuidados corporais. Neste sentido, muito seria devido ao desenvolvimento da medicina por meio da gerontologia e da medicina estética, além da indústria de cosméticos.

(04) A autora diz, ainda, que as pessoas idosas teriam ganhado mais visibilidade a partir do Estado de bem-estar social, garantindo entre outros direitos, o direito à aposentadoria. Este teria assumido tamanha importância na vida das pessoas idosas, que passa a ser um elemento definidor da representação que se tem da velhice. Além dos direitos ditos universais, as pessoas idosas de vários países viram surgir, no final do século XX e início deste, uma legislação que garante a elas um tratamento diferenciado, expressa em itens específicos ou num estatuto mais denso como, por exemplo, o Estatuto do Idoso no Brasil.

(05) é preciso sublinhar a transformação que a modernidade teria operado ao trazer o idoso para o cenário político-social, e, nessa medida, projetando-o como um ator coletivo, pois como ator (individual) os idosos, essencialmente, os homens velhos, mesmo que de maneira tímida, historicamente ocuparam cargos de importância, quer na esfera governamental, quer na esfera privada, ainda hoje, mesmo com todas as adversidades, continuam ocupando cargos de importância. Ressalva-se que os homens brancos, das classes médias e altas continuam a ocupar cargos relevantes na sociedade. Já as mulheres precisaram travar inúmeras lutas para se integrarem nessas nas funções de relevância social, sendo que inicialmente houve a inclusão das mulheres de classe média e alta. O debate acerca da inserção das mulheres idosas, pobres, pretas e lésbicas é bem recente, ganhando mais força nas últimas duas décadas como diz Frederici (2017).

Além disso, são levantados alguns traços da relação idoso/modernidade, que configurariam uma situação de perda ou, pelo menos, ambígua. Os valores individualistas, que redimensionam a vida moderna, desencadearam mudanças no padrão familiar, gerando efeitos perversos sobre a rede de relações na qual os idosos se inseriam, afetando o padrão de sociabilidade, que se dava de maneira vertical, horizontalizando-o, e, conseqüentemente, homogeneizando a teia de relações, configurando também a perda de seus papéis tradicionais. O resultado seria, então, a solidão e a perda da qualidade de vida fruto da pauperização.

A percepção da perda serviu, sem dúvida, para desencadear uma mobilização de alcance amplo, que levou às conquistas de direitos, além da formulação de políticas públicas para essa faixa etária especificamente. Na ausência de uma forma de inserção e integração, vale dizer, reintegração, as estratégias da ação pública orientam-se, fundamentalmente, para uma reinserção via atividades de lazer: passeios, festas, excursões turísticas, além de atividades artesanais e religiosas.

Teixeira (2008), nos diz que há outro pressuposto na formulação desta relação entre idoso e modernidade que passa pela ideia de que as pessoas, dessa faixa etária, não acompanhariam a dinâmica da vida social, já que as transformações técnicas seriam rápidas e profundas, dificultando ainda mais a sua inserção nos padrões modernos de convivência e o aproveitamento das possibilidades que a modernidade ofereceria. Uma vez velhos, desde sempre velhos.

A autora refere, ainda, que neste ponto, parece que a homogeneização que a categoria seja ela velhice, terceira idade ou idoso (pessoa idosa) promove não nos parece adequada. Considerando a faixa etária como definidora dessa categoria, é preciso atentar-se para o fato de que há idosos e idosos, querendo isso dizer que se devem levar em consideração outras tantas variáveis que influenciam para que as pessoas acompanhem ou não as mudanças técnico-científicas e não apenas a idade. Assim sendo, não existe um idoso, e sim idosos. Estes homens e mulheres, homo e heterossexuais, negros e brancos, com maior ou menor escolaridade, com altos, médios e baixos níveis de renda, mais novos e mais velhos, chefes e não chefes de seus domicílios, de diferentes orientações religiosas, etc.

No Brasil, ainda que a questão do idoso tenha avançado nos últimos tempos, já que, desde o final do século XIX, registram-se iniciativas nessa direção, somente nas três últimas décadas pode-se contar com uma legislação que garante a proteção e inclusão social deste segmento populacional: Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993);

Política Nacional do Idoso (Lei nº. 8.842 de 4 de janeiro de 1994) e regulamentada (Decreto nº. 1.948, de 3 de julho de 1996); Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741, de 1 de outubro de 2003).

Os idosos de hoje buscam preencher a falta de convivência com pessoas de gerações diversas, provocadas pelas mudanças na estrutura familiar e da configuração urbana, inexistente para outras faixas etárias, a partir de uma horizontalização de suas relações. Ao fazê-lo, procuram mostrar que assim como as crianças, jovens e adultos, demandam um código de comportamento, locais próprios para encontros, linguagem própria, maneiras de se vestir, de discutir e vivenciar a sexualidade, além de que reivindicam políticas públicas específicas para dirimir os problemas advindos com a idade ou porque, além de idosos, sofrem por pertencerem à camada pobre da população ou a grupos étnicos discriminados.

Teixeira (2008) diz que com o avanço do capital, os trabalhadores não possuem suas necessidades sociais atendidas, encontrando-se num incessante quadro de pobreza com condições de vida precárias, sem acesso adequado à habitação, educação, lazer, saúde e outros mínimos sociais. Ao entendermos o envelhecimento como um processo que ocorre ao longo da vida dos sujeitos torna-se evidente que este é condicionado pelas condições de miséria citadas acima, de forma que não é possível conceber um envelhecimento saudável numa sociedade que expropria a massa de trabalhadores de condições de vida dignas. A autora, ainda, alerta que a exigência incessante dos capitalistas pela produtividade nos processos de trabalhos impele um uso intensivo e extensivo da força de trabalho o que intensifica e antecipa o declínio biológico, inclusive sendo propulsor de debilidades físicas e mentais na velhice.

Dessa forma, a precariedade das condições de vida do trabalhador é acentuada na velhice. As contradições do capitalismo são ampliadas nesta etapa da vida, pois os trabalhadores somam a expropriação dos meios de produção com a qual conviveram ao longo da vida à perda de valor de uso ao capital, quando não apresentam mais condições de produzir mais valia. O fetichismo da mercadoria resulta na reificação das relações entre os homens, que de forma invertida aparece como relação entre coisas. A espécie humana não se reconhece enquanto tal e a valorização é predominantemente medida pela riqueza material ou utilidade econômica ao capital.

No modo de produção do capital não há valorização do gênero humano e suas possibilidades, as relações sociais são mercantilizadas e a lógica do valor impera. Dessa maneira, torna-se evidente que a sociabilidade burguesa é incompatível com a valorização da figura do idoso por sua experiência, pois apenas se estima o “ter” e o caráter social é negado com a ascensão de

um crescente individualismo. A velhice é desvalorizada por não ser um momento de produtividade do trabalhador, sendo associada ao ócio, a dependência e os idosos são recorrentemente culpabilizados por seu estado de pobreza, necessidade de ajustes fiscais e crises econômicas. Esta situação pode ser exemplificada no discurso sustentado pela grande mídia e políticos brasileiros para quem o envelhecimento populacional no país gerou um rombo na previdência social, de maneira que defendem a (contra) reforma da previdência como medida indispensável. Isto é, o envelhecimento da população é utilizado como justificativa para a destituição de direitos.

1.2 Relação entre objetividade/subjetividade e envelhecimento

Trataremos, aqui, de algumas tendências dessa relação com o objetivo de tornar claro que a abordagem dispensada à objetividade/subjetividade possui profundas implicações na forma como os indivíduos se constituem e se mostram de maneiras diferentes, diversas, por isso, tal problemática nos interessa, na medida em que influencia diretamente na construção das identidades das lésbicas idosas. Para a apreensão dessa relação se faz necessário à compreensão de três perspectivas, quais sejam: objetividade, subjetividade e totalidade. Analisaremos os pontos centrais delas, tendo como eixo condutor sua constituição na individualidade, na prática política dos sujeitos e na constituição da subjetividade dos indivíduos.

Santos (2005) diz que, no âmbito das profundas modificações gestadas na sociedade moderna encontra-se a consolidação da perspectiva da subjetividade, da centralidade do sujeito como paradigma para explicar a realidade, contrapondo-se à perspectiva da objetividade, vigente da Antiguidade à Idade Média

A transição do mundo feudal ao mundo capitalista significou uma ruptura decisiva tanto no plano material como no plano espiritual. As enormes modificações econômicas, políticas, sociais e científicas acontecidas neste período evidenciaram um mundo infinito, sem ordem hierárquica e em constante movimento, ao mesmo tempo em que acentuaram a importância da atividade humana tanto no conhecimento como na construção da realidade social. Estas mudanças abalaram os fundamentos em que se assentavam a concepção de mundo Greco-medieval, o método para conhecer a realidade e a própria posição do `homem´ dentro dela. Por um lado, a relação do `homem´ com o mundo tornou-se uma relação ativa. Embora o mundo natural continuasse a ser visto como exterior ao `homem´, a intervenção nele, para transformá-lo, já era vista como algo permitido e positivo. Já quanto ao mundo social, este era visto, pelo menos em grande parte, como resultado da atividade humana. É o momento em que surge a ideia de história e a consciência de que a história dos `homens´ é profundamente diferente da história da natureza. (SANTOS, 2005, P.47 apud TONET, 2001, pp. 27-28).

A autora refere, ainda, que as características mais notáveis no que toca a perspectiva da subjetividade é que, contraditoriamente, ela se funda no contexto de estruturação de três núcleos

definidores da razão moderna⁷. São eles: (a) o historicismo. Diferente do mundo Greco-medieval, a ação dos homens é concebida enquanto constituidora da sociedade. Isso quer dizer que os homens e mulheres fazem a história em uma relação entre causalidade e teleologia. Trata-se da afirmação do caráter ontológico e histórico da realidade; (b) Humanismo. Homens e mulheres são produtos de sua atividade e de seu tempo, são seres que têm razão, são ontocriativos porque elaboram, sob dadas condições sócio históricas, as possibilidades de transformação da história; e (c) a razão dialética que corresponde concomitantemente, “uma determinada racionalidade objetiva imanente ao processo da realidade e um sistema categorial que consegue reconstruir (ideal e subjetivamente) esta processualidade”. (NETTO, 1994, p.27).

Dois períodos principais podem ser assinalados na história da filosofia burguesa que afetam substancialmente a perspectiva da subjetividade. O primeiro momento pode ser caracterizado como progressista, no qual a burguesia ascendente estava disposta a demolir todas as barreiras colocadas pela ordem feudal que obstaculizavam a expansão de suas forças produtivas. Coutinho (1972, p. 07) refere que é um momento histórico também “orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética”. O segundo período que tem início a partir de 1830, no qual o ano de 1848 marcou um momento de inflexão; se localiza no fato de que naquela situação nascem demandas vinculadas ao trabalho que se distinguem em suas manifestações do projeto burguês, subsumidas no ideário progressista da Igualdade, Liberdade e Fraternidade. É em 1848 que ocorre a descontinuidade do pensamento burguês vinculado às categorias do “humanismo, historicismo e da razão dialética”. (COUTINHO, 1972, p. 07).

A burguesia revolucionária, inicialmente, buscava sua ascensão ao poder, ela lançou mão do uso da razão em todas as suas determinações. No segundo período, Coutinho (1972), assinala que a tarefa ideológica da burguesia naquela conjuntura consistia em negar ou limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens. A ruptura com o núcleo estruturador (historicismo, humanismo e razão dialética) traz como uma das consequências mais profundas a ausência, perda de referência histórica. A razão decadente ao operar, no campo exclusivo da subjetividade, não captura as determinações dos fenômenos e, neste sentido, tende a não apanhar o movimento do real nos processos. Ao fazer isto, anula as particularidades dos fenômenos e seu campo aberto e

⁷ Netto (1994) refere que a constituição da razão moderna é um processo que se alavanca no Renascimento e vai até o Iluminismo. Corresponde ao arco histórico que, com mediações muito complexas, descreverá, de Bruno a Hegel, a cumprida trajetória no interior da qual a razão moderna se erguerá na intercorrência e na síntese orgânica de três das suas categorias nucleares, a saber: o historicismo, o humanismo e a razão dialética)

mediações, remetendo à burguesia e aos acontecimentos, oriundos sob sua regência, um caráter de naturalização e perenidade.

Do ponto de vista do conhecimento, a perspectiva da subjetividade limita-se a produzir uma análise justificadora da sociabilidade capitalista, no momento em que, como refere Tonet (2001), o desaparecimento de um fundamento objetivo absoluto para a verdade fez com que a busca por novas bases se tornasse a tarefa primeira a ser enfrentada pelos pensadores modernos. E já que este fundamento concreto não poderia ser encontrado no mundo objetivo, o que restava era buscá-lo no mundo da subjetividade. Em contrapartida, as exigências da produção material mudaram substancialmente o rumo da investigação, direcionando-a para o conhecimento da natureza. Este conhecimento, todavia, ao contrário do caráter contemplativo do conhecimento greco-medieval havia, agora, um caráter eminentemente prático. Totalmente voltado para a mudança da natureza. Por isso mesmo, ele não poderia estar orientado à busca da essência das coisas, mas à apreensão daquelas qualidades que pudessem ser submetidas à mensuração e à quantificação. Desta maneira, o próprio conceito de realidade mudou, passando a definir-se em nível de empiricidade.

Apreender a realidade, por meio da perspectiva da subjetividade, significa atribuir ao sujeito, à centralidade, constituí-lo em polo regente e determinante no conhecimento e na ação propriamente dita. “Opera-se, desse modo, com um profundo corte entre a consciência e a realidade” (SANTOS, 2005, p. 60). Pois é resultado de um processo social em que os indivíduos estão submetidos à produção social que pesa sobre eles enquanto a mais profunda determinação, alijando-os de exercer, de maneira livre e consciente, o comando da produção material, a centralidade da subjetividade, se coloca como a forma predominante no tratamento e compreensão da realidade.

A análise, quando orientada, nesta direção, não ultrapassa o imediato. Até pode identificar, captar expressões contemporâneas dos fenômenos e suas repercussões na vida cotidiana, mas por não apreender suas determinações essenciais, deixa escapar sua natureza ideológica, direção e função social em determinado momento sócio histórico. Prevalece, então, a tendência à naturalização dos processos sociais e, no limite, dos fundamentos da sociabilidade capitalista, como se os acontecimentos da vida cotidiana não guardassem relação com a dinâmica societária. (SANTOS, 2005, p. 30).

As consequências disso tem sido a defesa clara ao aperfeiçoamento desta ordem. Isso assume enorme intensidade, especialmente nas últimas décadas do século XX, o que nos possibilita afirmar, de acordo com Tonet (2001), que na atualidade vigora uma espécie de hipercentralidade da subjetividade, que se manifesta de diversas maneiras, na produção do conhecimento e na dinâmica da vida política e social, invariavelmente, nos discursos dos sujeitos coletivos. No âmbito

do conhecimento, expressam essa tendência interpretações ancoradas no irracionalismo e o vasto campo das concepções pós-modernas.

Partindo do pressuposto de que a subjetividade é um produto social que sintetiza a singularidade e a genericidade, entendemos que: a objetividade se não determina o fim, põe o campo de possibilidades a partir das quais a subjetividade faz suas escolhas. Deste modo, o ato de pôr fins, embora seja um ato livre, pois não é uma imposição inevitável, é, também, sempre um ato concretamente delimitado. A unidade indissolúvel entre liberdade e determinação concreta é a forma ontológica originária desta relação e não a relação de oposição ou de justaposição encontrada frequentemente em muitas posições filosóficas.

Dessa forma, se faz necessário destacar duas dimensões. A primeira é justamente a apreensão teórica e histórica de que o conjunto das relações sociais incide na formação das individualidades através de uma radicalidade para além da identidade de classe deste ou daquele indivíduo em sua singularidade. Isso significa o reconhecimento de que somos socializados pelo processo real da produção.

A segunda dimensão converge com a identidade do indivíduo, em sua singularidade, com uma dada classe. Sabe-se que esse é um processo demasiadamente complexo por dizer respeito ao polêmico debate sobre condição versus posição ou consciência de classe. O que queremos ressaltar aqui é: se considerarmos que os indivíduos são frutos do processo histórico-concreto no sistema do capital identificamos que o elemento central está em apreender as classes sociais, em sua história e contradições, pois são elas que formam a realidade enquanto formadoras de projetos societários.

As relações sociais fundadas na estrutura social burguesa disseminam valores e modos de ser que permitem a criação de um tipo humano que é seu reflexo. Trata-se de um processo muito mais amplo e complexo do que a ação individual do burguês que corresponde diretamente à garantia dos seus interesses relacionados aos lucros e à propriedade privada. Konder (2000) nos diz que, os movimentos dos homens e mulheres na burguesia nos apresentam inúmeras diversidades, uma riqueza surpreendente de contradições. Os homens e mulheres burgueses, em suas abrangências, podem pura e simplesmente professar os valores da burguesia, entretanto, podem, também, tencioná-los, questioná-los, levantar-se contra eles.

Dizemos isto, apenas, para deixar claro que, não se trata, de maneira alguma, de reduzir os indivíduos à sua classe social enquanto um condicionamento economicista, sem mediações, como se a identidade de classe representasse, tão somente, a situação econômica e por si, fosse reveladora

de toda a história do indivíduo. Neste trabalho, compreendemos que a análise das classes sociais é um terreno fértil para desvendar as condições sócio históricas concretas, na medida em que seu entendimento tem a ver com a apreensão da diversidade dos presentes interesses na vida social e da estruturação das possibilidades individuais e coletivas.

Ao analisarmos a origem histórica das classes sociais identificamos que essa não foi uma criação de Marx. Desde a antiguidade grega existem referências que indicam a existência de uma sociedade dividida em classes. Aristóteles reconheceu a divisão de classes quando trouxe à tona o debate acerca da sociedade dividida em homens livres e escravos. “No século XIX o conceito de classe se identifica com o próprio funcionamento da sociedade. O que Marx fez foi exatamente dar ao conceito de classe não só uma dimensão científica, mas também atribuir-lhe o papel de base de explicação da sociedade e de sua história”. (SANTOS, 2005, p.191).

Em que medida, as conquistas das lutas sociais travadas pelos sujeitos coletivos que, surgiram a partir das décadas de 1960 e que, construíram uma narrativa sociocultural estão conseguindo contribuir para a construção de uma subjetividade das lésbicas idosas que dialogue com sua realidade, pautada em seus desejos, necessidades e diversidade, na qual o seu reconhecimento social seja efetivado na vida social cotidiana da sociedade?

Ocorre, na atualidade, um processo de complexificação das relações sociais. É da natureza deste processo a explicitação dos conflitos sociais, da diversidade subjetiva e das singularidades dos sujeitos sociais. Encontra-se, no centro da questão, o movimento da própria racionalidade das classes sociais e a indispensável explicitação do seu projeto político no tecido social. Assim, o capital, em seu processo de reprodução, neste momento histórico, se apropria de maneira intensa dos conjuntos das relações sociais, desenvolvendo um modo de vida em sociedade em consonância com a lógica mercantil.

Diante disso, (SANTOS, 2005, p. 193-194 apud BIHR, 1999, p. 195) refere que um dos grandes desafios na atualidade perpassa pela apreensão de que esta “apropriação do capital sob o conjunto das relações sociais é um processo fundamentalmente contraditório, que tropeça em limites essenciais e que dá origem a crises e conflitos”. Instala-se, desta maneira, uma agregação de crises parciais que podem ser observadas, como diz a autora, por exemplo: nas grandes cidades que se realizam por meio de um processo de urbanização generalizado, totalmente rendido à especulação imobiliária; nas crises das relações afetivos-sexuais, acorrentadas a modelos tradicionais de família e no desrespeito à liberdade de orientação sexual; na crise de valores, que

tem como base o mito da individualismo e na extrema capacidade de submeter os indivíduos sociais a situações de preconceito e discriminação.

Sendo assim, em consonância com Santos (2005), a relação objetividade/subjetividade construída no capitalismo impacta na construção das identidades dos sujeitos coletivos, pois a maneira como os homens e mulheres se socializa, a partir de um determinado modo de produção, vai influenciar de forma substancial, em como os indivíduos vão se relacionar e lidar com a diversidade.

Como já visto, o envelhecimento populacional é uma realidade que se apresenta concreta e crescente no país, dando luz à necessidade de refletirmos acerca das mudanças sociais, culturais, econômicas, institucionais e familiares que o fenômeno exige. O grande desafio, neste cenário, é construir condições para o envelhecer a partir da valorização das necessidades do idoso, ouvindo e dando visibilidade ao que eles dizem sobre o que julgam ser uma vida de qualidade. Infelizmente, a percepção do envelhecer e do idoso enquanto sujeito social, nem sempre tem sido considerada levando em conta as suas necessidades. A ótica produtivista voltada para a produção e consumo em larga escala das sociedades contemporâneas, tem contribuído para colocar os idosos a margem do processo de inclusão social.

A agência Universitária de notícias da USP – (AUN) realizou uma pesquisa em 2020 sobre a importância da socialização para o envelhecimento. Entre as preocupações trazidas junto ao ano de 2020, o cuidado com o envelhecimento certamente esteve entre as principais. A pandemia do novo coronavírus colocou os idosos como principal grupo de risco da covid-19, doença causada pelo vírus. Apesar disso, a atenção acerca desta questão já vem sendo discutida há muito tempo. Um dos exemplos é a pesquisa desenvolvida na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo que reuniu especialistas do Departamento de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Fofito) para tratar da longevidade do idoso e dos fatores por trás do envelhecimento saudável.

A pesquisa foi iniciada em 2010 e tinha como objetivo acompanhar as mudanças relativas ao processo de envelhecimento no decorrer da década. Neste sentido, a equipe de pesquisadores reconhece que a pandemia do coronavírus não podia ser desconsiderada. Isso porque as taxas de mortalidade da covid-19 entre pessoas idosas são comprovadamente maiores. Um dos fatores que acabou preocupando médicos e pacientes envolvidos com o coronavírus foram as suas sequelas. No final de 2020, junto da área da Neurologia da USP, especialistas em Fonoaudiologia iniciaram

estudos acerca de implicações cognitivas decorrentes do contágio do vírus. Como a covid-19 causa problemas de coagulação, até mesmo em regiões cerebrais, sequelas na área da linguagem, como derivações de afasias, podem aparecer também.

Um cuidado maior com esses casos, portanto, já é esperado. Isso porque a pesquisa coordenada por Eliane concluiu que o idoso ativo socialmente tem muito mais chances de desenvolver uma vida mais plena e produtiva. A atividade dessa parcela da população pode ser desenvolvida de diversas formas, que vão desde a comunicação com outras pessoas até o aprendizado de um novo idioma. Dessa forma, é possível entender melhor por que problemas de linguagem causados pelo coronavírus preocupam ainda mais.

É importante lembrar que o envelhecimento saudável não começa após os 60 anos, mas desde os primeiros anos de vida com uma educação de qualidade. “A alfabetização promove por si só uma preservação da capacidade cognitiva, porque o idoso que não lê e não escreve tem poucas possibilidades de desenvolvimento cognitivo ou de continuidade da condição cognitiva”, afirma Eliane ao destacar os principais resultados da pesquisa.

Sua metodologia analisou um grupo de idosos que praticavam atividades diversas, tanto físicas quanto sociais, em um clube na região de Osasco. “Isso [prática de atividade] foi o que acreditamos ter feito toda a diferença para o desenvolvimento pleno deles [idosos]”, afirma a professora.

Em tempos de pandemia, em que a medida mais eficaz de combate a sua propagação é justamente o isolamento social, o processo de envelhecimento saudável acaba por encontrar mais obstáculos. Reuniões de família, conversas presenciais e a socialização como um todo estiveram entre as restrições das principais autoridades de saúde para evitar o contágio do vírus. Como consequência, o idoso passou a ficar mais isolado, nem sempre com o cuidado devido.

“Ele [o idoso] se isolando não reforça as suas conexões neurais. E essas conexões neurais vão morrendo. Se ele não se envolve, se ele não tem uma conversa produtiva, se ele não tem uma socialização produtiva, essas vias vão morrendo”, explica Eliane, relacionando a deterioração de conexões neurais com o desenvolvimento de patologias como a doença de Alzheimer e a demência, que tiram a longevidade, funcionalidade e autonomia do idoso.

Especialmente para esta faixa etária, a linguagem, portanto, acaba se tornando ainda mais importante. É a partir dela que o idoso manifesta seus desejos e necessidades, além de desenvolver

uma participação social mais ativa, que resulta em um envelhecimento mais saudável. “Se eu tivesse que dar algum conselho para alguma pessoa de idade seria ‘socialize’, recomenda Eliane.

Assim, o envelhecimento saudável passa por atitudes que vão desde uma conversa em família ou atividades musicais até orientações com profissionais para que sejam estimuladas faculdades cognitivas deste idoso. Em tempos de pandemia, o cuidado com essa população deveria ter sido redobrado.

Envelhecer é um processo natural que faz parte do ciclo da vida de qualquer indivíduo, e não é porque chegamos a uma idade avançada que devemos deixar as nossas atividades e relações de lado. Envelhecer não significa o fim da vida. Envelhecer pode ser visto como uma chance de renovar-se, de se orgulhar do caminho percorrido e até mesmo de realizar sonhos que ficaram no papel. A socialização do idoso o mantém ativo, por isso a importância das atividades sociais e culturais que geram sentimentos positivos, para se evitar a depressão e a inutilidade do idoso. Isso faz com que ele necessariamente se comunique com o próximo, estimulando a sua função cognitiva.

A forma como as mulheres e os homens se relacionam, diante de uma maneira determinada de produzir, vai imprimir substancialmente, em como as pessoas vão se relacionar e lidar com a vida. Sendo assim, a relação objetividade/subjetividade erguidas na sociedade do capital irá incidir diretamente em como esses indivíduos vão lidar com a velhice. Como são os espaços de socialização das idosas lésbicas? Quais os impactos do envelhecimento na vida das lésbicas idosas periféricas e pretas da cidade de São Paulo? Existem espaços de socialização pensados para elas? Onde estão estas mulheres? O que fazem?

1.2.1 Diversidade

Tomamos aqui o conceito de diversidade de acordo com a autora Silvana Mara dos Santos que nos diz que é através da dimensão da diversidade que os indivíduos revelam as suas singularidades, mostram as diferenças do seu modo de ser, de tomar posse e de transformar o mundo. A diversidade, então, potencializa o intercâmbio social e fortalece o desenvolvimento da sociabilidade ao expor radicalmente o carecimento de que cada indivíduo para reproduzir a sua existência precisa da produção do outro. Logo, “a diversidade não é expressão de sujeitos descentrados e fragmentados, fora do seu contexto social” (SANTOS, 2005, p. 187).

Entendemos a diversidade como elemento constituinte da individualidade humana. Sob essa perspectiva, importa destacar que, reconhecer a diversidade não significa o abandono da

dimensão genérica e da universalidade. “Ser diverso não significa a fixação na singularidade e nem legitima o entendimento da vida social, na forma fragmentária, como algo natural, como se a fragmentação não se constituísse em um resultado histórico-social”. (SANTOS, 2005, p.46).

É na reciprocidade das interações humanas que a diversidade encontra o seu maior potencial e capacidade de elaboração e autorrealização diante das necessidades e respostas dadas, num processo, que combina a um só tempo, atuação sob certas condições históricas concretas que possibilitem a criatividade e a busca pelo novo. Entretanto, ela também pode ser concebida de maneira apática e de resignação, tudo depende do ambiente social e dos espaços de socialização em que os indivíduos se encontram inseridos. A maneira, a intensidade e a direção com que cada pessoa toma posse das experiências que vive e dos processos sócio culturais do seu tempo é, em parte significativa, uma tarefa prática, não definida num primeiro momento, mas que com toda certeza, “combina a força contraditória entre as possibilidades postas pela sociabilidade e o ritmo e a forma de internalização dos valores, dos desvalores, do compromisso e da vontade política que se materializam no universo complexo da individualidade”. (SANTOS, 2005, p. 46).

Vimos, ainda, com a autora que a vida humana não se trata da mera reposição ou explicitação de uma essência natural, mas revela, além das demandas imediatas, vínculos com a produção da vida genérica, vida esta que tem como caracterização o fato de os indivíduos serem relacionais, diversos e interdependentes. Significa dizer que, a essência dos homens e mulheres encontra-se no âmbito do conjunto das relações sociais, das relações que as pessoas vivenciam e experimentam entre si.

Se a essência humana tem sua identificação pautada na totalidade das relações sociais, significa que a realização e a libertação do gênero humano se encontram indissociavelmente conectada à transformação do mundo. Desta forma, é possível, junto com Marx, reconhecer o indivíduo enquanto ente singular e genérico, não somente participante ativo de uma espécie, mas, sobretudo, produtor do seu gênero determinado pelo seu tempo histórico, pelas suas múltiplas interações e respeito às diferenças. Assim, o que faz do homem um ser genérico consiste no caráter universal da sua atividade prática. Ao produzir, o homem não se limita, apenas, a satisfazer as suas necessidades físicas individuais, mas tem como finalidade, de forma consciente a produção de si mesmo como gênero, logo, ele não age somente em detrimento de sua existência, mas, também, de sua essência histórica.

Diante disso, torna-se claro que o trabalho, ou seja, o modo de produzir tem sempre um caráter coletivo, o que significa dizer que os homens e mulheres, a partir dele, constroem as relações sociais de um determinado tempo histórico, sendo, então, seres relacionais. Santos (2005) refere que é preciso destacar o fato de que a socialização burguesa desencadeia inúmeras crises que afetam a liberdade de orientação sexual e as relações afetivos-sexuais, pois está aprisionada a modelos de famílias tradicionais estruturalmente vinculados ao patriarcado e na exploração das mulheres.

A sociabilidade atual, pautada na lógica mercantil do capital, difunde valores como o individualismo e o consumismo, trazendo para a arena social uma intolerância ao diferente. Ela mina as maiores capacidades de realizações da diversidade no momento em que, apenas, reconhece na vida social aqueles indivíduos que, de alguma maneira, contribuem para a acumulação e o lucro dos donos dos meios de produção. Remetendo para a invisibilidade e marginalidade todas aquelas pessoas que não atendem a esses interesses, como exemplo: mulheres idosas e lésbicas

O contrato social pressupõe exatamente aquela diversidade que põe cada sujeito para si mesmo como um fio particular, e imediatamente, para o outro, como uma forma de satisfazer a carência particular deste último. Ser ao mesmo tempo meio e fim é uma das características mais substanciais da individualidade. Dessa maneira, os indivíduos existem em suas multi diversidades uns em relação aos outros, com finalidades e necessidades diferentes, e interagem no interior deste status quo. “O caráter propriamente social, a sua personalidade, do indivíduo é dada exatamente por este jogo de tensão permanente entre ser, ao mesmo tempo meio e fim, algo que só é possível e requerido pela crescente diversidade individual”. (ALVES, 2000, p. 26-27).

Não é por acaso, então, que Marx refere à produção material enquanto efetivação social dos indivíduos, logo, o autor não reduz a produção material apenas a esfera econômica. A produção dos indivíduos determinada socialmente é, por certo, o arranque. Santos (2005) diz que se torna relevante discernir que a individualidade diz respeito à efetividade social dos sujeitos, considerando, pois, a rede complexa de mediações e determinações em relação à realidade material, concreta e histórica dos indivíduos sociais.

Pensar a vida, portanto, com sentido e o desenvolvimento da individualidade, em toda a sua intensidade e potencialidade, perpassa pela formação de uma vontade coletiva e de uma mudança moral e intelectual, na direção de uma forma superior de civilização. Implicando na transformação real das condições de existência da classe trabalhadora. ‘É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica [...] que é exatamente

o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral”. (GRAMSCI, 2000. p. 19).

Assim, para a estruturação de um projeto de resistência classista e comprometido com a dimensão da diversidade é fundamental considerarmos os aspectos econômicos, políticos e culturais que constituem a individualidade, além da capacidade criativa, das forças políticas organizadas do trabalho e suas organizações coletivas. O que importa ressaltar é que o desenvolvimento de um projeto político passa pelo horizonte ideológico e este conforme os ensinamentos gramscianos é gestado na arena das práticas sociais, ainda sobre condições da sociedade que se tem como objetivo destruir.

Ao conseguir a ruptura com a ordem feudal, em um processo que se arrastou por séculos, o capitalismo se construiu como horizonte ideológico da sociedade e o fez por meio de um processo de fetichização próprios às relações mercantis. Pagando o preço, é óbvio, da permanente redução das condições de liberdade real dos indivíduos, ainda que parecendo incluí-las em seu projeto. Na verdade, o ideal de liberdade para os trabalhadores concerne, apenas, como um regulador, já que toda formação social necessita, para o seu exercício do dia a dia, de uma institucionalidade específica. Na atualidade, identificamos que a institucionalidade reguladora da burguesia tem produzido, continuamente, desigualdades sociais e subjetividades alienadas e alienantes.

Mészáros (2002) refere que é preciso criar uma alternativa radical ao modo de reprodução metabólica do capital com urgência, entretanto, ela não há de se desenvolver sem uma revisão e avaliação crítica do passado. É exatamente por isso que estamos buscando localizar, os reflexos do modo de produção burguês, no processo de constituição da subjetividade das lésbicas idosas, já que, do nosso ponto de vista eles influenciam diretamente na construção deste processo.

A antropóloga Miran Goldenberg, que estuda envelhecimento há trinta anos, em um podcast para o Instituto claro refere que o etarismo se trata da discriminação contra os indivíduos com base em estereótipos associados à idade. Ele pode se manifestar de diferentes maneiras, como atitudes de exclusão, de violência, de abuso, de infantilização e até mesmo por meio de piadas e “brincadeiras”. O termo é útil para denunciar qualquer tipo de discriminação etária, podendo envolver estereótipos e preconceitos contra velhos, mas também contra adultos, adolescentes e crianças. A autora refere, ainda que, por vezes, prefere usar o termo “velhofobia”, pois seu propósito tem sido combater a discriminação e o preconceito contra os mais velhos, apesar de considerar importante denunciar a discriminação existente em outras fases da vida. Sinceramente,

não acho tão importante assim a palavra que escolhemos para denunciar a discriminação contra os mais velhos, seja etarismo, “velhofobia” ou outra qualquer. Para mim, o mais importante é denunciar e combater a violência, a discriminação e o preconceito que as pessoas mais velhas sofrem dentro das próprias casas.

Utilizo o termo velhofobia não apenas para designar os preconceitos, estigmas e violências contra as pessoas dessa faixa de idade, mas, também, para destacar os medos, pânico e até mesmo fobias associadas à velhice. Cabe destacar que as pessoas de mais idade preferem ser chamadas de velhas e não de idosas, maduras, coroas, sêniores, maiores, terceira idade, melhor idade etc. Não sou contra os outros termos, mas prefiro respeitar a autodefinição das mulheres e homens que venho pesquisando nas últimas três décadas. (GOLDENBERG, 2022, p.03).

A violência contra os velhos sempre existiu, entretanto se evidenciou em demasia na pandemia. Os homens e as mulheres mais velhos, que já experimentavam uma espécie de invisibilidade social e de “morte simbólica”, ficaram horrorizados ao constatar que são considerados um peso para a sociedade. O preconceito se disseminou pela internet com memes que diziam que velho é teimoso, é descartável e inútil. O mais cruel é que muitos dos que disseminam o discurso de ódio e de violência contra essas pessoas já passaram dos 60 anos. Vocês se lembram dos discursos de autoridades, políticos e empresários no início da pandemia?

“Vamos todos nos contaminar para criar imunidade e esta epidemia acabar logo. Só irão morrer alguns velhinhos doentes. Deixem os jovens trabalharem. Não vamos parar a economia para salvar a vida de velhinhos. Só velhinhos irão morrer, eles iriam morrer mesmo, mais cedo ou mais tarde. Vai ser até bom para a Previdência se morrerem logo. O problema do Brasil é que todo mundo quer viver 100 anos”.

De acordo com Goldenberg (2022), nossas casas escondem uma brutal violência física, psicológica e verbal, abuso financeiro, negligência, falta de cuidados básicos de higiene e saúde, maus tratos e abandono dos mais velhos. As denúncias de violência para essa população pelo Disque 100 cresceram 500% durante a pandemia. A realidade é muito mais assustadora, pois a maioria tem medo e vergonha de denunciar seus agressores, os próprios filhos em mais de 50% dos casos, além dos netos, cônjuges, genros e noras.

Apesar dos avanços em relação ao envelhecimento, haja vista o Estatuto do Idoso, o preconceito contra a velhice ainda é uma marca forte na sociedade brasileira. Existe de fato uma discriminação, violência, intolerância ao diferente e preconceito contra os mais velhos no Brasil. O culto pela juventude que tanto está enraizado em nossa cultura explica o motivo da repulso à velhice. “Só a juventude é bela, só a juventude é produtiva, só a juventude é alegre, só a juventude

merece ser valorizada.” (GOLDENBERG, 2022, p.04). O maior exemplo do etarismo é quando a gente refere que algo não tem mais valor e por isso está velho, reforçando o desrespeito e desprezo com um processo tão natural que é o envelhecimento.

Goldenberg (2022) analisa que homens e mulheres sofrem de maneiras distintas no envelhecimento. Eles sofrem silenciosamente, o que pode ser até pior, porque as mulheres compartilham o seu sofrimento, enquanto os homens não podem falar das suas fraquezas, dos seus medos, das suas inseguranças. A autora refere que em relação às mulheres as cobranças acontecem pela beleza. A sociedade coloca a mulher como um símbolo de beleza, então se ela não está nos padrões durante aquela época em que vive, também sofre o etarismo. E isso a gente pode ver pelos filmes, desenhos animados, pelas histórias em quadrinhos. Essas narrativas mostram, na maioria das vezes, que a mulher velha é sempre a bruxa má; o homem velho, nas histórias infantis, é o profeta, é o sábio. Isso é muito comum.

Por isso é tão necessário investigar o envelhecimento populacional na atualidade, afinal, ele se dá no bojo de profundas transformações econômicas sociais, políticas, ideológicas e científicas. Viver e envelhecer nesse cenário de instabilidade, marcado por mudanças velozes do conhecimento e dos valores culturais, caracterizado pelo fenômeno da globalização, do consumismo de que decorre a rápida obsolescência de objetos, pessoas e relações e da intolerância a diversidade é uma experiência geradora de insegurança e mal-estar para o sujeito contemporâneo. Os sinais de amadurecimento são vivenciados com muita aflição, tornando as pessoas bastante vulneráveis (ao medo de envelhecer). Constata-se também um intenso movimento no sentido de adiar ou tentar evitar esse processo por meio de iniciativas que objetivam a manutenção de uma aparência jovial.

Nessa conjuntura, a dimensão estética torna-se um valor fundamental, consolidando-se a importância que a imagem e a aparência passam a desempenhar. Estamos vivenciando nas sociedades contemporâneas, relações sociais ancoradas no instantâneo, no efêmero, no qual se busca pelo prazer imediato, se tornando valores essenciais. Chamam atenção para os mecanismos imagéticos midiáticos como modeladores da subjetividade e destacam a relevância desse processo no imaginário social, fortalecendo a valorização de uma imagem ideal, a qual, para ser alcançada, demanda investimentos de tempo e dinheiro voltados ao corpo, ao culto a beleza.

Nas sociedades atuais o envelhecimento é investido de valores negativos, tornando o velho, a velhice e o envelhecer algo indesejável e gerador de sofrimento. Enquanto a juventude é fortemente exaltada, a velhice é excluída e estigmatizada, basta ver que, numa sociedade

capitalista, o velho perde seu poder como produtor de bens e riquezas e como consumidor e, conseqüentemente, perde seu valor social. A velhice e o envelhecimento situam-se na contracorrente de uma sociedade centrada na produção, no rendimento e no dinamismo. No engendramento dessa exclusão está um sistema político e econômico que prioriza a força jovem no mercado de trabalho, descartando aqueles considerados “velhos ou ultrapassados”.

Como o envelhecimento é declarado de uma maneira antagônica ao padrão estético imposto, ele passa a ser vivido enquanto um defeito que precisa ser disfarçado por meio de múltiplas técnicas que prometem o rejuvenescimento. Preconiza-se o “desejável” (manter-se com um corpo jovem, belo e perfeito), que é vendido como antídoto ou remédio do “inevitável” (o envelhecer), que, além da experiência existencial de confronto com a finitude de que se reveste, passa a ter um peso adicional de caráter cultural. Esse impasse entre o “desejável” e o “inevitável” afirma a forma como as forças socioculturais podem reduzir a possibilidade de vivências significativas [e ricas] na construção da subjetividade. A ciência e a tecnologia parecem estar a serviço de uma sociedade que reafirma desejos de viver eternamente a juventude e de afastar a morte. Intervindo tecnologicamente no corpo para alterar suas formas, também se interfere simbolicamente no indivíduo, modificando suas representações e sua subjetividade.

Teixeira (2008) refere que na contemporaneidade produz assim um grande paradoxo. Por um lado, é exitosa nos esforços da ciência para aumentar a expectativa de vida, por outro lado, não está preparada para acolher e definir o lugar e o papel dos que envelhecem. É como se a velhice fosse prolongada, mas não se quisesse saber dela. No contexto sociocultural da atualidade ocidental, não há um lugar nem um significado próprio que valorize a maturidade e a experiência vivida. Os valores, as atitudes e as práticas são de exclusão, negação ou marginalização, processos de estigmatização dos que têm a longevidade ampliada.

No bojo de tais transformações, existe também um movimento para desconstruir a identidade de velhos de outras gerações e reconstruí-la sob a forma de uma velhice autônoma, ativa e bem-sucedida. Com suportes médicos, tecnológicos e mercadológicos, induz-se o surgimento de “uma nova velhice”, experienciada por homens e mulheres que ganham mais tempo de vida, primam por uma aparência mais jovem, adotam novos valores e revelam comportamentos identificados com o de gerações mais novas. A pressão sócio-cultural atua na negação da velhice tradicional, estimulando aqueles que combatem o envelhecer quer fisicamente, quer

psicologicamente ou socialmente. O envelhecer no século XXI torna-se uma experiência profundamente diferente do que foi até aqui.

No Brasil o que vemos é o reforço da imagem de uma velhice dependente, retrógrada, com uma outra que realça prestígio, poder e participação, percebendo uma tendência cada vez maior de representar o velho de forma não tradicional, isto é, mais positivamente. Esse fato propicia que a velhice se torne uma questão de escolha pessoal e de distinção entre os indivíduos que se deixam envelhecer e aqueles que reagem ativamente e rejeitam o envelhecimento. A juventude transforma-se em um valor a ser conquistado e um bem a ser adquirido, enquanto a velhice torna-se uma questão de negligência, de indivíduos que se entregaram, que não se envolveram em atividades motivadoras e não consumiram produtos e serviços que combatem o envelhecimento. Envelhecer vira sinônimo de descuido diante de tantos recursos disponíveis para se combater o envelhecimento. Em uma sociedade desigual, esse mecanismo reforça cada vez mais a injustiça social.

Dessa forma, o envelhecimento passa, ideologicamente, a ser posto como uma questão individual, isto é, desloca-se para o indivíduo toda a responsabilidade pelos problemas que possa estar enfrentando no seu envelhecer e que, na realidade, são questões de caráter político, social e econômico, em uma sociedade que não se rende ao “inevitável” e se alimenta de vender o “desejável”. A vivência da velhice tende a ser vista como uma escolha individual, um estilo de vida frente a um leque variado de produtos e serviços, e não mais como uma experiência inevitável do passar dos anos. Envelhecer constitui-se em uma luta contra a própria velhice, que culmina na adoção de práticas maníacas que dão a sensação de restaurar a juventude perdida, na busca incessante por impedir o “inevitável”.

1.3 Subjetividade das lésbicas na sociabilidade do capital.

As relações sociais de gênero, apreendidas enquanto desiguais, contraditórias e hierarquizadas, seja pela exploração da relação capital/trabalho e/ou pela dominação do homem pela mulher, revelam a articulação fundamental da produção/reprodução. De certa maneira, essa articulação nos remete, de acordo com Nogueira (2004), ao binômio da exploração/opressão de gênero, o que reafirma a nossa escolha de refletirmos, acerca da “divisão sócio-sexual do trabalho”, tanto na esfera produtiva, como na reprodutiva, pois, dessa forma, temos a oportunidade de salientar as dimensões objetivas e subjetivas, individuais e coletivas que existem nessas relações. A autora refere, também, que a “divisão sócio-sexual do trabalho” consiste em um fenômeno

histórico por se metamorfosear com a sociedade da qual faz parte. Na sociabilidade atual do capital, o trabalho doméstico permanece, ainda, nos dias de hoje, predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estando elas inseridas nos espaços produtivos ou não.

Nas sociedades pré-capitalistas, mais precisamente no estágio anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras trabalhava no campo e nas manufaturas, nas minas, nos mercados, nas lojas, dentre outras, enfim, eram, portanto, ativas. Saffioti (2013) ensina que, enquanto as famílias existiam como uma unidade de produção, as crianças e as mulheres ocupavam um papel econômico fundamental. Frederici (2017) é contundente ao afirmar que durante a transição da sociedade feudal para a capitalista ocorreu lentamente uma divisão entre produção e reprodução, bem como uma hierarquização da divisão sexual do trabalho. Aos homens são destinados os trabalhos remunerados nos espaços públicos, já as mulheres são relegadas ao lar.

Tanto na economia feudal quanto na economia de burgo, e sobretudo nesta última, que prepara o advento da economia urbana, fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontra sérias barreiras. Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes as posições subalternas e menos compensadoras, as corporações de ofícios, mais do que a economia agrária da época medieval, conduzem o processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a uma etapa mais avançada (SAFFIOTI, 2013).

A autora refere, ainda, que a desigualdade entre os sexos serve como fatores para a atualização da sociedade competitiva, individualista, portanto, intolerante, que não respeita as diversidades, difundindo esses valores na constituição das classes sociais. As desvantagens sociais afirmadas sobre as desigualdades entre os sexos autorizam à sociedade capitalista em formação e em pleno desenvolvimento explorar o máximo homens e mulheres em busca de lucro e acumulação. E, embora aconteça uma incorporação em massa das mulheres ao mercado de trabalho, na produção, as tarefas domésticas continuam sendo de inteira responsabilidade delas. As relações sociais capitalistas aprofundam e legitimam mais e mais a relação de subordinação já historicamente determinadas, justificadas como naturais.

Na década de 1970, em consonância com Nogueira (2004), a mulher trabalhadora ampliou a sua participação nas lutas de classes e na organização política sindical. Acirrava-se, aí, o enfrentamento em relação ao discurso conservador que preconizava um destino natural às mulheres, tendo como maiores exemplos serem: mães e esposas. Foram nos anos de 1970 e 1980 que o combate a opressão contra as mulheres se torna mais evidente e acentuado, no qual era mais do que nunca necessário travar lutas por sua emancipação econômica e política, pelo seu direito ao

trabalho, com todas as contradições inerentes, era o momento de encampar uma forte reivindicação em torno de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, no espaço reprodutivo, visando, uma liberdade, mesmo que parcial, da dupla jornada. A autora nos diz, ainda, que se houve um crescimento contínuo da inserção feminina no mundo do trabalho nas décadas de 1970 e 1980 é preciso lembrar que esse crescimento se desenvolve mais no espaço do subemprego, no qual a precarização está mais acentuada.

Já, nos anos de 1990, a mundialização do capital trouxe efeitos complexos, além de contraditórios, afetando desigualmente o emprego tanto de homens como de mulheres. Em relação aos postos de trabalho masculino ocorre uma regressão e/ou estagnação nesse momento. Já o universo de trabalho remunerado das mulheres cresce, entretanto, mesmo ampliando a participação feminina no mundo produtivo as tarefas domésticas continuam sendo reservadas, quase que exclusivamente, às mulheres, ou seja, a forma de organização da família patriarcal quase não sofre alterações, pois o marido continua mediando às relações externas da família, provendo a casa junto com a sua esposa que, agora, além de contribuir com o sustento da casa, continua à frente dos afazeres do lar, reafirmando a divisão sexual do trabalho.

Dessa forma, Nogueira (2004) sinaliza que a divisão sexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero, e que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho das mulheres assalariadas, na direção da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desenvolvendo uma profunda precarização feminina do universo produtivo. Isso acontece porque as relações sociais capitalistas de produção é também a reprodução da divisão sexual do trabalho:

Aqui, a relação capital/trabalho como uma relação histórica concreta pode ser vista de forma a incorporar uma hierarquia de gêneros, expressa em categorias como - qualificação, responsabilidade, controle - que de fato não são neutras a sexo, como também não são neutras as classes". E, por sua vez, o capital não ignorou essa realidade ao longo da história e até hoje vem reforçando e se apropriando da existência de dominação e subordinação de gênero. (Pena, 1981: 81- 82).

O fato é que, as atividades não remuneradas realizadas pelas donas de casa, como exemplos: o cuidado, a alimentação, a limpeza da casa, possuem um papel relevante na redução dos custos da reprodução da força de trabalho, mantendo, assim, o seu próprio valor em patamares mais baixos. Dessa forma, a tarefa doméstica desenvolvida pelas mulheres que desempenham um trabalho assalariado no universo da produção caracteriza a dupla ou tripla jornada com todas as implicações oriundas dela. Importa destacar que o espaço destinado às mulheres no trabalho doméstico agrava o processo de alienação experimentado por elas tanto no mercado de trabalho, como no conjunto

das relações sociais. Isto porque ao se tomar o tempo livre feminino, que poderia ser despendido para o seu desenvolvimento pessoal e à participação política e social, separa as mulheres do processo de produção ou lhe reserva um lugar de subordinação e desvalorização dentro dele.

É importante salientar que as relações sociais foram acontecendo em consonância com as transformações que ocorreram nos diferentes tipos de sociedade existentes nas diversas épocas históricas. Também é preciso recordar que a estrutura da sociedade do capital trata-se da realização do pleno desenvolvimento que a antecederam, com todos os seus antagonismos e contradições. A divisão sexual do trabalho é considerada, segundo Nogueira (2004), enquanto um aspecto em que as dimensões exploração, dominação, subordinação e opressão encontram-se fortemente contidas e enraizadas. Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia no que concerne às relações de poder fundamentadas nas desigualdades entre os sexos.

Engels (2010), afirma que a divisão do trabalho é a primeira que se estabeleceu entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. O autor analisa como a transformação da família nas sociedades que sucederam o capitalismo possibilitaram que a força de trabalho feminina chegasse à condição de exploração, opressão, dominação e subordinação presentes nas sociabilidades burguesas.

Nogueira (2004) refere que já nos séculos anteriores à Era Cristã constata-se a divisão social do trabalho na qual as mulheres livres ou escravas são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas. Menciona, também, que é no seio familiar que se desenvolve a primeira propriedade na qual as mulheres e as crianças são escravizadas pelos homens-maridos. A divisão social do trabalho na esfera familiar causa uma divisão sexual entre as funções femininas, atribuídas para as mulheres e as masculinas, emitidas aos homens.

A Idade Média condiz com um período histórico com escassas informações sobre a condição das mulheres. A autora relata que existia uma divisão por categorias, na qual as mulheres solteiras desempenhavam certas atividades, como tecer, lavar e cozinhar; já as mães ficavam responsáveis pelos cuidados das crianças e; as mulheres de meia idade ocupavam-se com os cuidados dos adolescentes, com a cozinha e outras tarefas reprodutivas. Havia, contudo, nessa divisão do trabalho um desdobramento social relacionado à divisão entre as próprias mulheres: as mulheres dos camponeses eram as que mais trabalhavam, haja vista que atuavam com seus companheiros nas atividades de agricultura, entretanto, também eram responsáveis pelo trabalho doméstico.

Durante a reestruturação produtiva, que tem início na década de 1970, porém, se intensifica no ano de 1990 na América Latina, com o processo de aceleração do desenvolvimento tecnológico e da mundialização/globalização do capital, novos padrões organizacionais foram instaurados, o que repercutiu sobre os processos de produção e reprodução social, sobre a composição da força de trabalho e sobre as configurações familiares. Assim como acerca das dimensões subjetivas que são histórica e socialmente determinadas e que se expressam na vida social cotidiana através dos valores, crenças e costumes.

A forte aceleração do processo de internalização da revolução científica e das novas tecnologias e métodos flexíveis de trabalho introduzidos na esfera da produção, aumentaram a capacidade produtiva social e o ritmo de recomposição do aparelho reprodutivo do capital. As relações de emprego se tornaram cada vez mais precárias, com aumento do desemprego e formas instáveis de vínculo trabalhista. Antunes (2010) nos diz que, ao nos defrontarmos com as mudanças decorrentes da flexibilização do trabalho é possível perceber algo importante na configuração da composição da força de trabalho, a saber: ocorre uma drástica redução do proletariado industrial e fabril e um aumento nos setores informal e de serviços, o que trouxe para a vida social uma classe trabalhadora mais heterogênea, fragmentada e mais complexificada, cuja força de trabalho é de pelo menos 40% composta por mulheres em vários países ocidentais.

Em consonância com os pressupostos ontológicos das categoriais do ser social, podemos afirmar que as características socioeconômicas da sociedade capitalista moldam e influenciam as percepções coletivas em torno do sexo feminino, bem como o processo de constituição das próprias mulheres. É imprescindível, então, compreender essas formas de manifestações, a partir do contexto histórico e social que as forjam.

Sendo as percepções sobre as mulheres fruto de um determinado modo de produção, se torna necessário apreender as características que estruturam as relações sociais oriundas desta sociabilidade. Infelizmente, não é difícil constatar que a dinâmica da produção de ideias em torno das mulheres, foi historicamente tratada pelo capital, de maneira simplificadora e criadora de estereótipos.

A subjetividade das pessoas do sexo feminino é constituída e determinada por um sistema político, econômico e social ancorado nos ideais do patriarcado, fator determinante para a compreensão do lugar desigual que as mulheres ocupam na sociedade de classes.

A livre-competição que o capitalismo teria, na opinião de muitos, inaugurado na História, não é senão ilusória. Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam, aparentemente, como fatores de limitação da atualização de um modelo ideal de livre-competição, quando, na verdade, funcionam como válvulas de escape no sentido de aliviar, ainda que de maneira simulada, tensões sociais geradas pelo modo de produção capitalista, assim como no sentido de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem." (SAFFIOTI, 1973, p. 126).

Dessa maneira, os preconceitos raciais e sexuais podem ser lidos como suportes ideológicos que, inseridos num contexto de violência estrutural contra determinadas categorias sociais, têm como objetivo a manutenção das desigualdades. A explicação que muitos teóricos encontram para justificar que os motivos pelos quais determinados grupos ocupam lugares socialmente menos desejados dentro da estrutura de classes se centra na suposta falta de capacidade e/ou esforço de tais grupos ou indivíduos, como se eles próprios quisessem estar naquela situação.

Já que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, é preciso renovar, constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certos contingentes populacionais (contingente este que pode variar e efetivamente varia segundo as condições socioculturais de cada concreção singular da sociedade de classes) como se a ordem social competitiva não se expandisse suficientemente, isto é, como se a liberdade formal não se tornasse concreta e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência. Do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva. Na verdade, quer quando os mencionados fatores naturais justificam uma discriminação social não cabe pensa-los como mecanismos autônomos operando contra a ordem social capitalista. Ao contrário, uma visão globalizada da sociedade de classe não poderá deixar de percebê-los como mecanismos coadjuvantes da realização histórica do sistema de produção capitalista. (SAFFIOTI, 1973, p. 126).

Diante disso, fica evidente a necessidade de que a posição social da mulher seja apreendida a partir da variada gama de papéis sociais que lhe são impostos. Partindo desse pressuposto, as mulheres devem ser analisadas através das funções substanciais que ocupam no tecido da vida social, a saber: produção, sexualidade, reprodução. Sendo assim, é possível concluir que a presença dos aspectos econômicos, sociais e políticos estão presentes nas mais diversas interações humanas.

Saffioti (1985) refere que o patriarcado, como sistema sociopolítico influencia quer na produção material quer na produção de homens e mulheres. Concomitantemente, o capitalismo, “penetrado pelo sistema político da supremacia masculina”, ao invés de produzir para satisfazer as

necessidades humanas, funciona exatamente de maneira contrária, subjugando a reprodução à produção. (SAFFIOTI, 1985, p. 103).

Para a apreensão de questões relativas à estrutura econômica, social, política e cultural é necessário, do nosso ponto de vista, que seja feita uma análise materialista da questão a partir de uma abordagem dialética, com o objetivo de que as teses ideológicas socialmente propagadas acerca das mulheres sejam confrontadas e então sejam formuladas novas concepções sobre o assunto. Tudo isso, sem desconsiderar a realidade de um sistema econômico de produção patriarcal-capitalista, ou seja, “o capitalismo e o patriarcado não só se imbricam, mas também formam um único sistema social, político e econômico” (CISNE, 2014, p. 86).

Nos inícios do capitalismo, muitos fatores socioculturais e argumentos negativos associados ao sexo feminino já muito anteriores ao seu surgimento, são aproveitados e reelaborados, com o objetivo de perpetuar a opressão patriarcal como aliada da exploração de classes. As mulheres burguesas, destinadas tradicionalmente ao lar, não se voltam ao sistema produtivo, entretanto, as mulheres das camadas inferiores ingressam massivamente no trabalho industrial, em que as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino possibilitavam para a sociedade do capital em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, por meio, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão de sua jornada, além de remunerações mais baixa que a dos homens, uma vez que, para o processo de acumulação rápida do capital era insuficiente a mais-valia obtida através do emprego da tecnologia de então.

Deste modo, percebe-se que a marginalidade de certos setores nas sociedades capitalistas não é uma originalidade das últimas décadas, e que as próprias opressões por sexo, sexualidade, etnia, raça e outros fatores, também não o são, mas são remodelados e aprimorados nesse sistema, com o fim de permitir maior extração de mais-valia absoluta sobre tais grupos. Não apenas são úteis como amortecimento de crises, por sua mão-de-obra ainda mais barateada no mercado, assim como são reorganizados de modo a consolidar divisões familiares, nacionais e internacionais de trabalho. (FALQUET, 2006, p. 128). Ademais, no caso das mulheres, através do fenômeno em que estudiosas feministas denominam de sexagem, há a apropriação simultânea de seus corpos, de suas sexualidades e de suas forças de trabalho. Sob esse ponto de vista, Silva (2012) nos ensina que ao se falar da significativa força de trabalho feminina no capitalismo, esses fatores não podem ser vistos como meras especificidades, ou diferenças em relação a uma classe trabalhadora mais ampla – masculina, mas intrínseca à expressiva parte da classe trabalhadora composta por mulheres. E

ainda, como colocado frente à discussão da precariedade, essa apropriação conjunta dos corpos das mulheres e de suas forças de trabalhos se relaciona à condição histórica da desvalorização das trabalhadoras, a quem a precarização sempre foi uma realidade.

No caso americano, como visto, já há séculos mulheres trabalhavam e produziam tanto para um mercado interno e externo, essenciais ao processo de acumulação primitiva de capital, o qual, como caracterizado por Karl Marx (2011, p. 1010), vem banhado em violência, “escorrendo sangue e lama por todos os poros”; sangue tanto de camponesas expropriadas na Europa, de africanas sequestradas nas margens do Atlântico ou de indígenas no interior do Brasil. Os alvos da violência que faz nascer o capitalismo foram também femininos, e mais uma vez não é possível pensar em uma igualdade nesse processo para os trabalhadores e trabalhadoras: a condição social de sexo se atrelou ao modo como determinados grupos tiveram suas forças de trabalho apropriadas pelo novo modo de produção. (SILVA, 2012, p. 13).

É evidente que as marcas dessas violências de gênero sempre recaíram e recaem até os dias atuais na construção da subjetividade das lésbicas. De acordo com dados do Governo Federal, em 2015, das 4.851 vítimas de violência de caráter homofóbico 37,6% eram lésbicas. Além da sexualidade, elas também sofrem pelo gênero. Foram 179 relatos de agressão por dia de janeiro a junho de 2019 registrados pelo balanço Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher. Entre janeiro de 2018 a março de 2019, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos monitorou as violências contra as lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais na América, identificando que dos 770 casos de agressões físicas ou psicológicas, 55 foram contra mulheres lésbicas ou percebidas como tais. O grupo foi vítima de estupros corretivos, quando a intenção é violentar para corrigir a orientação sexual, espancamentos coletivos por causa de manifestação pública de afeto ou violência no âmbito familiar.

A docente e integrante da Coletiva Luana Barbosa - que surgiu do grupo de trabalho de mulheres negras da Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo em 2016 fez uma observação relevante em relação à mídia no que toca aos casos de violência contra mulheres lésbicas. Ela afirma que há um apagamento da palavra lésbica nos noticiários. Refere que a mídia não coloca que mulheres lésbicas foram assassinadas, geralmente, as notícias dizem que uma “pessoa homossexual” ou uma “pessoa sofreu uma agressão”, parecendo até que a palavra lésbica é proibida.

Ana Sarinara (2016), ainda diz que, quando o assunto é o campo audiovisual, as mulheres negras e lésbicas não são contempladas. Fala que os filmes de lésbicas para serem aceitos, não necessitam de um enredo, o que é preciso ter é sexo. Para ela nessas cenas existem um pouco de pornografia, por serem os homens os seus maiores consumidores. Dessa forma, para eles, a ideia

de lésbicas, tem a ver com duas mulheres que performam feminilidade e que se encontram ali para agradá-los.

A sexualidade do homem foi construída historicamente como único veículo de prazer possível, ignorando o que as mulheres sentem. E tanto a mídia como a pornografia têm, na maioria das vezes, reforçado estereótipos de gênero, objetificando o corpo das mulheres que quase nunca são vistos a partir da sexualidade e do prazer feminino, seja em um relacionamento heterossexual ou homossexual. Essa representação unilateral e pornográfica acarreta a violência às lésbicas, que estão em situação de vulnerabilidade. Lamentavelmente, muitas vezes, quando lésbicas estão com suas companheiras de mãos dadas, fazendo algum carinho elas se deparam com olhares, falas e ações de assédio. E, em caso de resistência, não são incomuns agressões, estupros e assassinatos.

A discriminação imputada às lésbicas está presente em diversos campos, entretanto, de maneira velada. Em uma pesquisa nacional realizada pelo Ministério da Saúde, no ano de 2012, com 207 professores de 140 escolas médicas desvendou que as questões de sexualidade não costumam ser pautadas durante a formação em saúde. Existe uma crença no imaginário social de que as lésbicas não correm o risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis durante as relações sexuais. Na contra mão dessa crença, várias médicas de coletivos feministas já disseram que existe risco de DSTs entre elas, porém, são maiores entre os homossexuais masculinos e heterossexuais.

De acordo com os dados do Ministério da Saúde de 2018, a maioria dos profissionais médicos ginecologistas oferecem métodos anticoncepcionais e preservativos masculinos antes de perguntar acerca das práticas sexuais dessas mulheres, partindo do pressuposto de que a vida sexual das mulheres é heterossexual ou ligada à reprodução.

Diante do exposto, fica evidente que a construção da subjetividade das lésbicas no capitalismo encontra diversas barreiras no que diz respeito ao seu desenvolvimento, pois limita os seus espaços políticos e a possibilidade de serem ouvidas, de terem voz. Pena (1981) nos diz que a defesa da instituição família no Brasil, que se fortaleceu com a ordenação jurídica do trabalho feminino na Constituição de 1932 e mais tarde sob o Estado Novo, significou de fato a opressão das mulheres por meio de sua dessexualização e identificação com o papel de “mãe”. Não nos esqueçamos de que a aproximação entre um projeto patriótico e a defesa da instituição da família não se trata de uma eventualidade histórica, mas sim, parte constitutiva de uma política autoritária, que remete a mulher na sociedade do capital na força de trabalho mais barata e, dependendo da sua

classe, etnia e raça, esse valor pode ainda ser menor, consequência de uma hierarquia estabelecida historicamente que acaba por aumentar as diferenças de classes.

O processo restauracionista que sucedeu à crise mundial do final da década de 1970 ocorreu em dupla via, dialeticamente integradas. De um lado, a reestruturação produtiva que, em síntese, desterritorializou a fábrica, transnacionalizou a produção, fragmentou e atomizou a classe trabalhadora, derruindo, a uma só vez, todas as dimensões da organização do trabalho em torno da qual se constituiu um vigoroso movimento sindical no século XX (BIHR, 1998). De outro, a contra-reforma do Estado pela imposição da ortodoxia neoliberal.

Os dois processos foram impulsionados, ao passo em que favoreceram, a predominância financeira da valorização. Ao longo das quatro últimas décadas, o resultado deste processo, do ponto de vista da classe trabalhadora, é a precarização das relações e das condições do trabalho, a emergência de um amplo contingente de trabalhadores (e, sobretudo, trabalhadoras) no campo dos serviços, a queda vertiginosa dos rendimentos, o aumento dos níveis de desemprego e a degradação das condições de trabalho e vida. Com seu corolário: o crescimento exponencial da desigualdade.

Nas três últimas décadas, no processo de restauração capitalista, que abrange numa mesma processualidade a reestruturação produtiva e a reforma neoliberal do Estado (DUQUE-ARRAZOLLA, 2004), assistimos incrementar-se exponencialmente a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Ferreira (2017), refere ter ocorrido uma intensificação da presença das mulheres no trabalho profissional, uma das mais significativas mudanças verificadas na situação das mulheres nas últimas décadas do século XX, ocorre, contraditoriamente, no contexto de reestruturação produtiva com seus corolários: a flexibilização e precarização das relações de trabalho, as novas formas de gestão e organização do processo produtivo que fragiliza a organização política de trabalhadores e trabalhadoras (ANTUNES, 2003) e a financeirização da economia.

A autora, ainda, nos diz, que é forçoso assinalar que ao apontar esta tendência não estamos afirmando que a inserção das mulheres no trabalho remunerado date deste período ou, mais amplamente, se verifique apenas com a consolidação das relações de trabalho capitalista, no Brasil e em outras partes do mundo. As mulheres sempre estiveram presentes no contingente de trabalhadores(as) brasileiros(as): em nossa formação social, primeiro na condição de escravizadas e, posteriormente, no mundo de serviços precários, nas áreas urbanas, e no serviço doméstico, no que diz respeito às mulheres negras. Em segundo lugar, na agricultura, as mulheres sempre

estiveram presentes, porém invisibilizadas na sua condição de trabalhadoras pela perspectiva patriarcal de que eram “ajudantes” ou “donas de casa”. Situação até muito recentemente denunciada pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Assim, para os segmentos mais discriminados de mulheres da classe trabalhadora, o trabalho sempre definiu a sua condição social, de modo central, no caso das mulheres negras.

O resumo deste conjunto de processos no mundo do trabalho nas últimas três décadas destaca-se no aprofundamento dos níveis de exploração da força de trabalho em escala global e da concentração da riqueza em escalas nunca antes alcançadas na história do modo de produção capitalista (PIKETTY, 2014).

Na realidade brasileira, marcada pela inserção subordinada na divisão internacional do trabalho como traço estruturante da dinâmica do desenvolvimento capitalista dependente, também se verificou um aumento da taxa de ocupação das mulheres nas três últimas décadas. Este movimento foi acompanhado de sua maior inserção nos postos precários de trabalho, especialmente no setor de serviços (HIRATA, 2009; NOGUEIRA, 2011). Ferreira (2017) refere que este período é marcado por uma espécie de —modernização conservadora: de um lado, o aumento da inserção das mulheres nas relações assalariadas; de outro, a permanência dos espaços tradicionais de ocupação: o setor de serviços e o emprego doméstico. Ampliação e precarização do emprego feminino constituem uma dinâmica contraditória que expressa a manutenção de rígidas fronteiras da divisão social e sexual do trabalho sob a ordem capitalista e patriarcal.

Temos como exemplo, os centros de telemarketing instalados em países de economia periférica que empregam, sobretudo, a mão-de-obra feminina, jovem e de setores sociais racializados (NOGUEIRA, 2011). A face feminina e negra da informalidade no Brasil. A categoria das empregadas domésticas, majoritariamente constituídas por mulheres negras, segunda maior ocupação das mulheres brasileiras. O fato de o maior contingente de pobres no mundo ser constituído por mulheres. E o fenômeno nomeado por Sassen (2010) como —feminização da sobrevivência para referir-se a questão de as mulheres de setores mais pauperizados da classe trabalhadora serem fonte de sustento de suas famílias e do próprio Estado das economias periféricas, por meio de remessas de divisas através de sua inserção em cadeias de exploração no trabalho doméstico e, ainda, na prostituição.

A constituição histórica do trabalho feminino adapta-se muito bem à flexibilidade exigida em redes de produção e de distribuição que se transnacionalizam e que se utilizam em larga escala do trabalho desqualificado, desprotegido e de baixa remuneração; paralelamente, mulheres de baixa renda nos países do Terceiro Mundo assumem o papel

de chefes informais de família [...] —improvisandol nos meios de sobrevivência (FERREIRA, 2017, p. 68 apud ABÍLIO, 2014, p. 87).

Dados desenvolvidos por instituições como a CEPAL (2012) apontam que as mulheres conformam hoje a maior parte do contingente de empobrecidos da América Latina e do Brasil, em particular. Essa situação se acirra em momentos de crise econômica, quando as desigualdades já enfrentadas por este grupo social no mundo do trabalho tendem a se agravar, uma vez que o —trabalho considerado feminino é o mais atingido pelos processos de precarização e desregulamentação.

As mulheres brasileiras estão inseridas, muito mais que os homens, nos postos de baixos rendimentos: enquanto 22,1% dos homens ocupados recebem até 1 salário mínimo, para as mulheres este percentual é de 31,4%. Além disso, há mais mulheres ocupadas sem rendimentos (ou recebendo somente em benefícios), no total de 10,0%, do que homens que somam 5,8% (PNAD/IBGE, 2018). As mulheres são, ainda, a maioria da população sem nenhum rendimento. Enquanto 16,5% dos homens estão nessa situação, entre as mulheres esse percentual chega a 30,5% (CEPAL, 2018, com base na PNAD/2018).

De acordo com Ferreira (2017), no caso das mulheres trabalhadoras, que se mantêm como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, mesmo inseridas no trabalho remunerado, a precarização só pode ser apreendida ao se considerar as dinâmicas e condições de inserção nesses dois trabalhos. Para as mulheres, —a divisão sexual do trabalho, materializada em suas vidas cotidianas como um movimento contínuo entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo de maneira intermitente e, em muitos casos, de maneira simultânea, é em si um fator de precarização. A precariedade não é uma situação estática dada pela natureza do vínculo estabelecido; ela é um movimento permanente estruturado por processos materiais e ideológicos nas trajetórias laborais das mulheres e na articulação entre produção e reprodução social.

A autora também diz que o elemento constante de garantia de melhores patamares de renda para as trabalhadoras é a intensificação de seus ritmos e jornadas de trabalho, o que corrobora com a apropriação ilimitada do tempo como uma dimensão constitutiva da exploração do trabalho das mulheres, com a conversão, inclusive, do tempo de não-trabalho como tempo de trabalho. As formas contemporâneas de exploração do trabalho evidenciam, segundo esta autora, a —ausência ou perda de garantias de uma jornada definida, além da transferência de custos para o trabalhador. Esses exemplos indicam que as fronteiras entre o que é o que não é tempo de trabalho já não estão

bem definidas, o que se traduz na extensão do tempo de trabalho. Estas são características historicamente associadas ao trabalho feminino.

A mediação das ideologias do trabalho próprias do modelo de acumulação flexível (a exemplo do empreendedorismo) parece articular-se com os elementos da ideologia patriarcal que naturaliza e destitui de valor social as atividades realizadas pelas mulheres. Esta situação evidencia, conforme sintetiza a autora, que —os elementos problemáticos historicamente associados ao trabalho doméstico parecem hoje estar no cerne da flexibilidade das vendas e certamente não são exclusivos a elas.

Esta inserção precária está diretamente relacionada, como apontam diferentes estudos e pesquisas, à permanência do trabalho doméstico não mercantil como um encargo das mulheres, no contexto de ausência de serviços públicos de apoio e socialização das atividades da reprodução social nos países da periferia do mundo (e de seu desmoronamento, no caso dos países de economia central).

O apelo ideológico ao —empreendedorismo e às formas de trabalho em domicílio precário, mascaram esta realidade objetiva e material: a necessidade concreta enfrentada pelas mulheres de —conciliar, pela inserção precária, trabalho remunerado e atividades domésticas e de cuidado, especialmente no caso das mulheres com filhos(as) pequenos(as), cujos cuidados são, nas palavras de Ferreira (2017), inadiáveis e, portanto, incontornáveis. Do outro lado desta relação, e confirmando-a, está o fato de que a inserção das mulheres no trabalho remunerado implica em aumento ou permanência de outras mulheres, dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, no emprego doméstico.

Importa destacar que, na sociedade brasileira, o emprego doméstico permanece como um dos principais espaços de ocupação das mulheres, constituindo, em termos precisos, a segunda maior categoria de trabalhadoras do país - um contingente de cerca de 6,6 milhões de trabalhadoras (Pnad/IBGE, 2018), das quais cerca de 61% são mulheres negras. A permanência do emprego doméstico como uma das maiores ocupações de mulheres no país e as relações de trabalho ainda vigentes, marcadas pela precariedade, informalidade, baixos rendimentos e servidão (Ferreira, 2017), é reveladora do que antes identificamos como expressão de uma —modernização conservadora no que diz respeito às transformações na condição das mulheres no trabalho remunerado.

No fenômeno da —bipolarização do emprego feminino‖ identificado por Hirata (2016) nas suas pesquisas sobre trabalho e empresa no Brasil, França e Japão, a trabalhadora doméstica remunerada é o elo que subjaz entre estes dois polos ou, antes, o polo precário que sustenta o polo das mulheres empregadas de maneira estável e com altos níveis de qualificação. Elas não constituem tão somente o segundo polo, mas são o segmento do polo precário que sustenta, em larga medida, a possibilidade de existência do outro, em particular nas sociedades de economia periférica e sem a experiência dos estados de bem-estar e suas políticas universais.

Na particularidade destes contextos, elas representam um continuum histórico na condição das mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, constituídos, majoritariamente, pela população negra. Entre as mulheres precarizadas, a possibilidade de articular as duas esferas, remunerada e doméstica, de trabalho, faz-se pela externalização deste trabalho a mulheres da família, de diferentes gerações. Expressão disto é a figura das —avós que cuidam —voluntariamente das crianças de suas filhas para que essas possam realizar algum tipo de trabalho profissional, o que termina por estender a atividade de trabalho não remunerado no curso da existência das mulheres de outras gerações.

O modelo da delegação é tendencialmente o que está se tornando hegemônico, e indica claramente uma convergência entre França e Brasil. Nesse modelo, a mulher delega a outras mulheres o cuidado com a casa, família e crianças. Por exemplo: mulheres executivas e com postos de responsabilidade só podem trabalhar se outras mulheres, desprovidas de recursos e necessitando trabalhar para sustentar a família, assegurarem essas tarefas. O primeiro grupo de mulheres não pode existir sem o outro. A família é uma outra fonte de auxílio às mulheres que estão no mercado de trabalho: avós, irmãs, tias, vizinhas, são um recurso importante sobretudo no Brasil, mas o apoio das avós, por exemplo, na França, é um fator significativo para a manutenção das mulheres com filhos pequenos no trabalho profissional (FERREIRA, 2017, p. 79 apud HIRATA, 2016, s. p.).

As novas reconfigurações da inserção das mulheres trabalhadoras mantêm, no entanto, intacta a divisão sexual do trabalho, embora alterem as formas em que esta incide sobre a divisão social e internacional do trabalho.

O dia 29 de agosto é o dia nacional da visibilidade lésbica e, como acontece todos os anos desde a sua criação, em 1996, a indagação que sempre ecoa é: se já existe o dia do orgulho LGBTQIAP+, por que ter um dia apenas para as lésbicas? E, dessa forma mais uma vez é preciso explicar e dizer o que a nossa sociedade patriarcal finge não enxergar. Porque são mulheres. Sim, o simples fato de serem mulheres em uma sociedade como a brasileira faz com que elas tenham que lidar diariamente com o machismo, a misoginia e a violência física, psicológica e simbólica que advêm desses comportamentos estruturados, em todas as relações.

A história foi e é muito eficiente em apagar grandes nomes de mulheres incríveis como, por exemplo, a biofísica inglesa Rosalind Franklin, que desvendou o DNA ou a ativista francesa Olympe de Gouges que defendeu a emancipação das mulheres durante a Revolução Francesa. No Brasil, pouco se estuda sobre Dandara dos Palmares, guerreira do quilombo de palmares, sobre Myrthes Campos, primeira mulher advogada do país ou sobre Alzira Soriano, política e primeira mulher a ser eleita prefeita de um município da América Latina.

Quando adentramos no meio LGBTQIAP+, esse esforço para invisibilizar mulheres não é diferente. Muito provavelmente você já ouviu falar na rebelião de Stonewall⁸ e de como essa revolta foi o marco inicial do dia do Orgulho LGBTQIAP+. Contudo, pouco se fala em Stormé DeLarverie, a lésbica responsável por iniciar essa rebelião, em que ao confrontar com a polícia, incitou toda a multidão a agir.

Agostini (2020) refere que a própria palavra “lésbica” ainda encontra muita resistência dentro e fora da comunidade LGBTQIAP+. Muita gente ainda afirma que a palavra é estranha e insiste em categorizar que “gay” engloba tudo. Essa estranheza é bastante simbólica porque demonstra que em uma sociedade dominada por homens sempre haverá a tentativa de diminuir e invisibilizar a mulher. Há também quem afirme que lésbicas são mais aceitas que gays. Não há nada mais equivocado que isso. O que ocorre, em verdade, é o banimento das lésbicas que se afastam do padrão de feminilidade e a fetichização das que se aproximam desse padrão. A existência e a sexualidade da lésbica são prontamente invalidadas e mais uma vez submetidas à violência simbólica da dominação masculina. Isso, definitivamente, não é aceitação!

Embora não seja objetivo deste trabalho o aprofundamento do conceito de binarismo de gênero, entendemos ser necessário pontuar aqui que ele pressupõe uma ideologia que afirma que homens e mulheres são radicalmente diferentes e que essa diferença está assentada no sexo biológico, portanto, imutável e inquestionável. A pessoa não binária é aquela que não se identifica nem com o gênero masculino, nem com o feminino. A sua identidade de gênero não se encaixa 100% dentro do binário de gênero. Do nosso ponto de vista, ao falar sobre gênero, é essencial

⁸ A Rebelião de Stonewall, também conhecida como Revolta de Stonewall ou simplesmente Stonewall, foi uma série de protestos espontâneos realizados por membros da comunidade LGTBQIAP+ em resposta a uma batida policial que começou nas primeiras horas da manhã de 28 de junho de 1969, no Stonewall Inn no bairro de Greenwich Village, em Manhattan, na cidade de Nova York. Os frequentadores do Stonewall, outros bares lésbicos e gays do Village e pessoas do bairro reagiram quando a polícia se tornou violenta. Os protestos são amplamente considerados o evento-chave que transformou o movimento de liberação gay e a luta do século XX pelos direitos LGBT nos Estados Unidos.

compreender as desigualdades entre mulheres e homens como históricas, desnaturalizando as relações de poder impostas e construídas socialmente. A partir de uma perspectiva crítica e materialista, as relações sociais de gênero (Cisne; Santos, 2018) não podem ser interpretadas de forma isolada - é preciso conectá-las à estrutura do patriarcado e do racismo, às relações sociais de classe e à divisão sexual do trabalho.

A lógica que estrutura o patriarcado permeia a construção social dos gêneros, delegando modelos do que é ser homem ou mulher na sociedade capitalista (Cisne; Santos, 2018). Quando, por exemplo, a população trans e travesti expressa sua identidade de gênero, contrária ao sexo biológico, foge das normas impostas pelo patriarcado, prejudicando seu sistema. Seus corpos desmentem a suposta naturalidade biológica dos gêneros, enfraquecendo uma lógica ideológica que oferece subsídios ao capital: o patriarcado.

A força ideológica das relações patriarcais, machistas, heterossexuais e brancas se reproduz constantemente e é apropriada pelas relações sociais capitalistas, “[...] funcionando de modo favorável à exploração da força de trabalho e, quando necessário, à reprodução do conservadorismo” (Cisne; Santos, 2018, p. 44). Assim, é possível compreender que o patriarcado e suas formas de dominação e opressão, ao exercerem controle sobre a subjetividade, o corpo e a sexualidade de mulheres e homens, também atingem a população LGBTQIAP+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e mais) e, em especial, a população trans e travesti.

A escolha de uma data para pleitear uma maior visibilidade lésbica, repousa, primeiramente, na premissa de que, dentre tanta violência sofrida, não é exagero concluir que a palavra “homofobia” não dará conta de todas essas agressões. Por isso, é necessário ampliar o olhar e entender que não se trata apenas de uma opressão à sexualidade, mas também ao gênero. Logo, na tentativa de preencher essa lacuna, a palavra “lesbofobia” parece se encaixar melhor. É notável que, tanto na história como nas relações sociais, as lésbicas possuem um caminho marcado por processos de invisibilização. É por isso que são tão necessárias campanhas afirmativas de identidade, representatividade e existência. E, a partir dessa análise, é possível responder à pergunta inicial. Para que uma nova data?

Para que a lésbica que ainda não se expôs por medo de perder o emprego, ser expulsa de casa, sofrer um estupro corretivo ou mesmo ser morta, saiba que ela não está só e que ela não precisa mais ser silenciada. Para que a história não mais apague essas mulheres. Para que essa

sociedade machista entenda que ser lésbicas, não é ser gay. Para que haja mais representatividade nos cinemas e na televisão. Para recordar as mulheres que foram internadas compulsoriamente em manicômios e conventos pelo simples fato de serem lésbicas. Se hoje é possível pleitear mais visibilidade, foi porque uma história de luta e resistência vem sendo construída e não parará.

Um estudo elaborado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chamado de “Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil”, entre 2014 e 2017, mostra que a invisibilidade e violência marcam a realidade das lésbicas no Brasil. Pelos dados divulgados, o número de assassinatos de mulheres lésbicas aumentou cerca de 96%, passando de “apenas” 2 casos para 54 homicídios anuais. Desses, 83% foram cometidos por homens, expondo, para além da homofobia, o machismo que muitas lésbicas enfrentam. Os dados complementam uma pesquisa do Instituto Patrícia Galvão que estimou que 89% dos casos de lesbocídio, assassinato de mulheres lésbicas em 2018, são causados por homens. E 29% desses crimes são causados por alguém que mora na mesma casa.

No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia, segundos dados de 2017. Em 61% dos casos notificados, a vítima foi estuprada mais de uma vez. Como aponta o portal gênero e número⁹, assim como nos outros tipos de violência, as mulheres negras são a maioria das vítimas de estupro contra lésbicas, representando 58% das vítimas. Tal violência nos remete ao chamado estupro corretivo, quando a motivação do estupro é uma tentativa de mudar a orientação sexual da vítima. Ainda que, por falta de dados, não há como afirmar em quais casos isso ocorreu, quem é lésbica vive sob um medo constante que isso possa acontecer a qualquer hora na rua, no bar, na balada e até mesmo em casa (onde ocorrem 61% dos estupros).

Ser lésbica no Brasil é ter poucas referências de outras lésbicas. Quando você pensa em uma mulher lésbica, como você a imagina? Será que, ao pensar em uma mulher lésbica as pessoas conseguem perceber a infinidade de imagens que pode ser convocada? A falta de referências, é um reflexo da invisibilidade lésbica que há na sociedade e na mídia como um todo. E, neste sentido, abrimos o leque para dois eixos: as produções artísticas (literárias e cinematográficas) e as peças publicitárias.

Agostini (2020) nos diz que nas produções literárias do mundo ocidental, a ausência de personagens lésbicas vem desde Roma e Grécia antiga, uma vez que, na verdade, a vida das mulheres simplesmente não era considerada importante. E assim continuou sendo por muitos

⁹ <http://www.generonumero/media>

anos. Já nas produções cinematográficas, temos Hollywood como principal difusor de imagens no ocidente. Poucos sabem, mas entre os anos de 1930 e 1968, as produções seguiram o Código de Produção de Hollywood, mais conhecido como código hays¹⁰. Sob a liderança do pastor Will Hays, este código explicitava qual conteúdo era aceitável ou não-aceitável para os filmes produzidos nos Estados Unidos, incluindo aqui a proibição da representação de pessoas e relações homossexuais nos filmes. Tal proibição vigorou até 1961, quando se passou a admitir que o tema fosse abordado, desde que com cuidado e discrição.

Quando voltamos para a publicidade nos dias de hoje, temos que a população LGBTQIAP+ “aparece em apenas 0,33% das propagandas - segundo dados do facebook. Pior: as pouquíssimas propagandas que têm lésbicas, elas aparecem de forma hipersexualizadas” (AGOSTINI, 2020, p.04). É incontestável que nos últimos anos bastante iniciativas surgiram - e continuam aparecendo - em cada um dos segmentos citados para que ocorra mais visibilidade lésbica, entretanto, ainda há, sim, poucas referências de mulheres lésbicas - sobretudo de mulheres lésbicas que não sejam brancas. Tais iniciativas e mudanças têm grande importância na formação tanto de uma consciência social - a imagem que você tem de uma mulher lésbica -, como na consciência individual - ou seja, a imagem que uma mulher lésbica tem de si mesma.

Existe um preconceito velado no Brasil para às mulheres que não seguem os padrões de beleza convencionais femininos. Você pode ser lésbica, porém precisa ser bem feminina. “Qualquer traço que te afaste um pouco dessa imagem imaculada - seja o cabelo curtinho, uma calça mais frouxa ou não usar salto alto - pode ser motivo de preconceito” (AGOSTINI, 2020, p.05). Sabemos que mulheres heterossexuais que, por exemplo, têm o cabelo curto ou raspado, também passam por algumas situações desse tipo. O que gostaríamos de esclarecer aqui é que, no caso das lésbicas, há mais uma barreira para a sua aceitação. Como se houvesse uma condição: só pode ser lésbica se for feminina e seguir os padrões de beleza estabelecidos pela sociedade, as que fogem desse universo, são muito mais rechaçadas, sofrem bem mais preconceito, discriminação e estigmatização, sendo, portanto, mais invisibilizadas e hostilizadas em suas relações sociais.

¹⁰ O *Código Hays* (oficialmente *Motion Picture Production Code* ou *Código de Produção de Cinema*) foi um conjunto de normas morais aplicadas aos filmes lançados nos Estados Unidos entre 1930 e 1968 pelos grandes estúdios cinematográficos. Seu nome deriva de Will H. Hays, advogado e político presbiteriano e presidente da Associação de Produtores e Distribuidores de Filmes da América (*Motion Picture Producers and Distributors of America* — MPPDA) de 1922 a 1945. Sob a liderança de Hays, a MPPDA (mais tarde conhecida como MPAA), adotou um código de autocensura em 1930, que foi aplicado de maneira mais rígida a partir de 1934. Este código explicitava qual conteúdo era aceitável ou não-aceitável para os filmes produzidos nos Estados Unidos.

Sandra Regina de Souza Marcelino, autora da tese “Mulheres negras lésbicas” (2012) nos diz que a organização dos movimentos negros e feministas, no que refere ao seu percurso histórico, não segue um caminho linear de amadurecimento das pautas. De acordo com a autora, no Brasil, a combinação dos preconceitos de gênero, classe e raça desencadeou um fenômeno que gerou um tipo de hiato — em que as mulheres negras lésbicas não conseguiam encontrar um campo acolhedor para suas pautas, nem no movimento negro, nem no movimento feminista.

A autora explica que, nos movimentos feministas, as mulheres negras se deparavam com o racismo e, no que concernia às mulheres negras lésbicas, a sua sexualidade não era compreendida como parte do universo feminino. Já no movimento negro, essas questões se agregavam ao machismo. O seu estudo evidencia, que dentre as cargas de descréditos que as mulheres negras carregam em sua história, identificar-se como lésbica, revelar e afirmar “esse segredo” significa enfrentar uma opressão que envolve ao menos dois estigmas: a negritude e a lesbianidade.

A autora Lélia Gonzales muito colaborou para denunciar e atacar o silenciamento direcionado aos homossexuais, dando destaque aos homossexuais negros. Ela defendeu com afinco a inclusão de suas pautas como integrantes nas discussões acerca das minorias que são silenciadas. Lélia defendia o direito de os homossexuais discutirem suas especificidades em congressos. A luta LGBTQUIAP+ tem avançado do ponto de vista da interseccionalidade e da transversalidade das políticas, entretanto, em relação as causas das mulheres negras lésbicas exigem, ainda, uma batalha constante a fim de garantir a visibilidade de suas pautas.

Uma parcela da juventude, fortemente ligada à cultura pop influenciada por traços culturais dos países do Norte, costuma produzir sujeitos que se encaixam no estereótipo da lésbica mais difundido pelos meios de comunicação (AGOSTINI, 2010). Esta é uma lesbianidade mais aceita, ou, menos rejeitada. Observa-se que corresponde à imagem de uma mulher moderna, sem preconceitos ou “sem rótulos”, independente, branca, feminina ou com uma certa androginia, pertencente a uma classe média alta, magra e despojada, além de exibir gostos elitistas sobre arte, moda, cinema e jogos.

É preciso destacar que o universo em que esta figura se encontra é muito distante dos demais que cabem às lésbicas periféricas que são, inclusive, a maioria quantitativa da população lésbica. A intersecção que gera o status social formado por classe, raça e cultura delinea contornos muito característicos aos tipos de lésbicas que podemos encontrar em São Paulo, ainda que existam sempre as zonas borradas de ambiguidade e trânsito.

As lésbicas que habitam as periferias da cidade costumam ser, de acordo Marcelino (2012), inseridas nas classes econômicas D e E, majoritariamente negras ou mestiças, criadas segundo preceitos de religiões neopentecostais, mas afastada das igrejas devido às dificuldades de conciliação da condição lésbica com os preceitos religiosos. É bastante comum que, na vida adulta, alinham-se a religiões de matriz africana. Frequentam bares e boates, geralmente LGBTQUIAP+ e aos arredores de seus trajetos cotidianos, costumam ser independentes financeiramente desde muito jovens, a maioria delas, trabalhando desde a adolescência para o próprio sustento. São recorrentes situações de conflitos com familiares tendo como consequência o afastamento da lésbica, muitas são bastante feminilizadas e outras tantas são enquadráveis no estereótipo da caminhoneira, uma lésbica infeminilizada, visível que em geral exerce profissões precarizadas e masculinizadas, como pedreira, ajudante de pedreira, lavadora de carros, frentista de posto de gasolina, dentre outros.

Marcelino (2012) diz que a riqueza de sua pesquisa se encontra no fato de, não somente dar voz às pessoas e grupos silenciados, mas a pensar em conjunto com elas esse fenômeno que marginaliza as mulheres em duas vias, jogando-as a uma condição de existência bastante limitadas de suas várias possibilidades. No momento em que uma de suas entrevistadas para a realização de sua tese destaca que ser negra está na pele, ser lésbica você pode esconder ou não, a autora reflete acerca das inúmeras estratégias que uma pessoa precisa inventar e reinventar em seu cotidiano para driblar a discriminação e o preconceito. Diante disso, indagamos: Se a negritude está estampada na pele, quanto de esforço um indivíduo negro precisa para atenuar as situações de racismo? Caso seja lésbica, quantas experiências não compartilhadas, quantos amores silenciados?

Capítulo 2:

Envelhecimento das Lésbicas Idosas no Brasil: Conservadorismo e Invisibilidade

2.1 Conservadorismo e a população LGBTQIAP+ no Brasil.

Na última década, o conservadorismo tem se apresentado de maneira evidente no cotidiano da vida social do Brasil. A última eleição presidencial, em 2018, consolida a ascensão da extrema direita no país, ocorrendo de acordo com Rebuá (2019), um processo de fascistização na sociedade brasileira. Jair Bolsonaro é o obreiro dessa guinada, um candidato que no início do ano eleitoral era mais uma impossibilidade que viabilidade, mesmo depois do golpe de 2016. Alguns momentos precisam ser lembrados: a prisão de Lula em abril de 2019, o esfriamento das candidaturas no espectro da direita, com destaque o Alckmin e o PSDB, o silenciamento dos partidos da esquerda e dos movimentos sociais, no qual os assassinatos da Marielle Franco e Anderson Gomes deixam isso evidente, a avalanche de fake news via redes sociais pró Bolsonaro etc.

Localizar o conservadorismo na atualidade, não significa que esse assunto seja inédito e, tampouco, que haja consenso quanto ao seu uso nas diferentes produções e interações sociais. Não é raro perceber que mesmo entre acadêmicos, políticos e intelectuais que se afirmam conservadores existem diferentes acepções sobre o conceito. Para alguns, se trata de uma das três principais ideologias políticas que atravessa o Ocidente nos últimos séculos, junto do socialismo e do liberalismo. Para outros é impossível estabelecer qualquer relação entre conservadorismo e ideologia, dessa forma, o entendimento sobre conservadorismo expressa uma determinada atitude diante da vida e, ainda, existem aqueles que escondem o seu conservadorismo atrás do manto neoliberal, mesmo conservadorismo e neoliberalismo sendo coisas distintas.

No Brasil, de acordo com Damasceno (2018), o que temos percebido é que as bases de ancoragem do conservadorismo no país são forjadas fora das arenas nacionais, acrescidas das especificidades que particularizam nossa formação sócio-histórica, resultando em um conservadorismo contemporâneo com um certo “fetiche” por farda, trazendo para o cenário político do país pessoas saudosistas pela ditadura civil-militar.

A retórica bolsonarista sinaliza uma ameaça permanente à família. Diante disso, as políticas e discursos violentos de quem compõe o governo de Bolsonaro fazem alusão à defesa da instituição

familiar. Essa defesa está inscrita até mesmo no nome de uma pasta ministerial, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado por Damares Alves até recentemente. Antes do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), o nome era Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A mudança no título e a inclusão da “família” na nomenclatura da pasta não são detalhes.

No processo eleitoral de 2018, a suposta criação de um “kit gay” pelo então presidenciável Fernando Haddad (PT), que havia sido Ministro da Educação no governo Dilma, foi uma das principais mentiras espalhadas por Jair Bolsonaro, que utilizou principalmente o WhatsApp para disseminar fakes news massivamente, com o apoio financeiro dos grandes empresários. O suposto “kit gay” na verdade era um termo pejorativo para se referir ao projeto Escola sem Homofobia, proposto pelo Legislativo e elaborado em diálogo com organizações que defendem o respeito à livre expressão da sexualidade.

O ataque conservador às discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas também marcou o período anterior às eleições de 2018, quando, sob o falacioso termo “Escola sem Partido”, os direitistas passaram a afirmar que discutir esses temas com estudantes era “doutrinação esquerdista” e incentivo à sexualização de crianças e adolescentes.

Muitos episódios evidenciam o conservadorismo que ataca grupos vulnerabilizados, invisibilizados e estigmatizados pela sociedade. As consequências deles também são muitas. Episódios recentes de meninas que foram estupradas, engravidaram e tiveram o direito ao aborto legal e seguro obstaculizado pela Justiça trouxeram à tona a urgente necessidade de discutir sexualidade com crianças e adolescentes, cada vez mais, para que elas possam identificar e denunciar possíveis abusos. No mesmo sentido, a crescente violência contra pessoas LGBTQIAP+ reforça a importância de enfrentar coletivamente o preconceito e de reafirmar o direito de viver livremente diferentes orientações sexuais.

Quando Bolsonaro e os bolsonaristas falam em defesa da família, eles não estão se referindo às múltiplas configurações que os arranjos de afeto e cuidado podem assumir na sociedade. Na verdade, o que eles estão defendendo é um modelo de família cujas bases são a heterossexualidade obrigatória e a divisão sexual do trabalho, ou seja, uma família em que há uma ou mais mulheres que são responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados – e que também são “belas, recatadas e do lar” – e na qual há homens exercendo seu poder patriarcal. Assim, o ataque à livre expressão da orientação sexual não é mera questão cultural ou um incômodo supostamente irracional com

pessoas que vivem de maneiras diferentes daquela que é hegemônica. Trata-se, antes de tudo, de uma defesa da organização patriarcal da sociedade e da vida.

Diante disso, às vezes explicitamente, outras vezes implicitamente, fica posto que aquelas experiências que destoam do que é hegemônico – ou seja, da heterossexualidade – devem ser punidas. A punição acontece na forma de violência física, verbal, psicológica e patrimonial (visto que muitas pessoas são expulsas de casa), e também se dá a partir da invisibilização.

O conservadorismo ataca a existência lésbica, tratando-a como um pecado e uma condição antinatural. Por outro lado, esse apagamento também se dá quando a lesbianidade é vista como algo “diverso”, extrínseco à experiência das mulheres. Além disso, também acontece pela compreensão da heterossexualidade como uma simples “preferência”, negando que ela tem sido imposta como norma, visto que quem não a segue deve ser punida, e que ela organiza não só relações pessoais e os afetos, mas também a dinâmica da sociedade.

O conservadorismo moderno teve como principal marco inaugural a obra do político Irlandês que se radicou na Inglaterra, Edmund Burke (1729-1797): “Reflexões sobre a Revolução em França”, de 1790 – importa registrar que nasceu imediatamente depois da eclosão do processo revolucionário francês e como uma reação a ele. Burke, enaltecia e elevava os costumes, os valores e a ordem social que possibilitava uma suposta solidez para a sociedade britânica contra à radicalidade e à rapidez com que se desenvolviam as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que aconteciam naquele momento em solo francês. Mesmo que tentasse disfarçar, o fato é que, o autor e político britânico, nutria uma profunda aversão ao caráter de massas que a Revolução assumiu, haja vista que a tal igualdade tão propalada colocava em risco a propriedade privada, nas mãos, essencialmente, da Igreja Católica e da nobreza. Ele afirmava categoricamente que, a Revolução, impunha a sociedade francesa, um risco de sobrevivência, sendo necessário, então, restaurar a antiga ordem naquele país.

Damasceno (2018) nos diz que com a crença em uma ordem natural, transcendental e imutável em relação ao funcionamento do mundo e que, conseqüentemente se manifestava na vida dos homens, Burke, acreditava que a moralidade, a religião, a tradição e os costumes, sobretudo aqueles oriundos e enraizados pelas instituições (Igreja, nobreza, família e Estado) deviam reger a sociedade. Pois, era assim que ela se apresentava há séculos, então, mesmo que ocorressem algumas tímidas modificações, o importante era sempre manter o conteúdo e a forma como tais

instituições iam constituindo as relações sociais, transmitindo o vínculo entre as gerações passadas e as futuras.

Ancorado num arcabouço de certezas imutáveis, Burke não poupou críticas à Revolução Francesa, tendo como objetivo claro, negá-la. Se dedicou veementemente em desqualificar os revolucionários, bem como os seus ideais e as práticas sociais decorrentes da Revolução, como a ampliação das possibilidades de liberdade individual, o divórcio e a derrocada da monarquia. Ele ainda combatia fortemente por meio de estímulos à destruição dos núcleos que pudessem favorecer a disseminação da perspectiva revolucionária em outros países da Europa.

Burke refutava os ideais da Revolução Francesa: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade lançando mão da defesa de outro tripé, sustentado fortemente pela moral e a conservação dos bons modos e costumes, além da manutenção da monarquia, qual seja: “Tradição, Família e Propriedade”, conferindo à propriedade privada e à sua defesa um papel central, o de assegurar os privilégios exclusivos para algumas classes sociais, já que a acumulação dela não deveria ser objeto de críticas, pois somente os mais capazes e escolhidos por Deus eram merecedores de tais privilégios. Importa assinalar, aqui, que o governo do atual presidente Jair Bolsonaro, lançou mão em sua campanha eleitoral do slogan: “Família e Tradição”, convocando o seu eleitorado para o retorno da “Marcha da Família”, muito difundida no período da ditadura civil-militar no Brasil.

Para Damasceno (2018), Burke, precursor do conservadorismo moderno, inaugurado a fim de combater a Revolução Francesa, era dotado de um caráter profundamente antiliberal e antidemocrático, tendo como finalidade crucial, por diferentes vias, a defesa intransigente do antigo regime. A autora refere, ainda, que dois pontos são necessários destacar: a observação de que Burke não se opunha à Revolução Francesa por uma aversão ao capitalismo, haja vista, como já foi dito nesse ensaio, ele se opunha fortemente ao caráter de massas da revolução, essencialmente, pelo fato de ela ter destruído algumas instituições bastante tradicionais. O outro fato concerne na questão de que é possível identificar que a abordagem do autor era pautada por categorias não econômicas (as desigualdades como vontade divina) e a-históricas, para ele o passado era um eterno presente.

Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressava um repúdio à revolução burguesa (em Burke, particularmente, expressava um repúdio ao paradigma francês da revolução burguesa); nos conservadores que trabalham nas condições pós-48, com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução – ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário.

É assim que ele tem substantivamente mudada a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado. (NETTO, 2011, p. 49-50).

O autor nos diz, ainda, que necessitando da expansão de suas bases de legitimidade social, apesar de redefinida a sua função social, o conservadorismo vai ao encontro de um estatuto científico mais robusto, substantivo, encontrando na luz do positivismo de Émile Durkheim (1858-1917). Esse autor desenvolveu e defendeu uma perspectiva supra-histórica de estratificação para explicar as relações sociais. Para ele, o funcionamento da sociedade, analogamente, ao funcionamento de um corpo, dependia da cooperação de diversos indivíduos que, naturalmente, ao produzirem em funções distintas, haja vista que cada pessoa tinha um dom diferente para colaborar com a o desenvolvimento harmônico da sociedade. Com esta afirmação, Durkheim refere que, assim como alguns órgãos do corpo são mais vitais do que outros, alguns homens são mais essenciais do que outros na engrenagem social, justificando, então, que uns devem gozar de mais privilégios do que outros.

A fim de abafar a perspectiva revolucionária diante do agravamento da questão social, a alternativa encontrada, foi ancorada pela construção de uma nova moral, de base civil e científica, incorporada pelos indivíduos com o objetivo de garantir a harmonia social. A solução ensejada pelo positivismo de Durkheim vislumbrava a “integração social” dos indivíduos “desajustados”.

Essa incursão acerca do conservadorismo nos interessa, porque é necessário a apreensão das determinações que incidem sobre o processo de constituição da individualidade e da subjetividade dos sujeitos modernos. Como vimos este trabalho, tem como pressupostos o entendimento de algumas categorias ontológicas do ser social, a fim de localizar e situar, os impactos do modo de produção e de sociabilidade capitalista, na construção da identidade e subjetividade das lésbicas idosas na contemporaneidade. Pretendemos, ainda, compreender as determinações do envelhecimento dessas mulheres em um sistema que idolatra a juventude, por visualizar nela potencial visceral de força de trabalho (produção), o que tende a se reduzir na velhice.

Para tanto, a apreensão das determinações que demarcam a construção da individualidade do sujeito moderno se faz imprescindível. É, a partir dela, que teremos a possibilidade de entender as singularidades que incidem sobre a construção da velhice e da individualidade na contemporaneidade. Não podemos, portanto, desconsiderar a força que o conservadorismo exerceu

no processo de construção do indivíduo na modernidade, pois possui forte influência na formação econômica, social, cultural e política do Brasil.

De maneira sintetizada é possível afirmar que o “caráter restaurador e antiburguês que determinou a origem do conservadorismo clássico sofreu uma reviravolta ídeo-política diante dos eventos de 1848” (DAMASCENO, 2018, p.28). Nesse momento, o conservadorismo passa a ter como função social, ancorado pela ordem burguesa, a luta contra o novo protagonista revolucionário, ou seja, o movimento proletário de base socialista. O conservadorismo passou então a reagir e combater quaisquer aspirações socialistas e forças sociais revolucionárias. Além disso, atendia as exigências de conservação de privilégios que o direcionaram à defesa de uma ordem social e econômica, na qual, os proprietários dos privilégios não corram riscos, se correr, que seja o menor possível. Vimos ainda que o surgimento da Sociologia, alijada da filosofia, da história e da economia, serviu para ofertar um estatuto científico para a citada ordem, além de consolidar a ideia de que a sociedade capitalista e a vida nela fossem consideradas as únicas possíveis.

Entretanto, mesmo o discurso conservador tendo profunda inserção na vida social, pois oscilavam suas narrativas a fim de ganhar prestígio na sociedade, como exemplo: o discurso de colaboração entre as classes e da aceitação voluntária das desigualdades sociais, não foram capazes, em alguns momentos, de capilarizar a população o suficiente a ponto de fazer valer os interesses de conservação da ordem. É exatamente aí que o conservadorismo lança mão de ações moralistas, repressivas e autoritárias como maneira de exteriorizar a sua política. O fascismo pode ser considerado a mais bárbara expressão conservadora a fim de manter a ordem social, foi utilizado pela primeira vez na história, com a finalidade de manutenção do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

A burguesia, na tentativa de escamotear as contradições geradas pelo modo de produção a seu serviço e sob o seu controle, inclusive para esconder o seu caráter antidemocrático e destrutivo, passa a negar a falência do projeto burguês, que o prisma da racionalidade insistia em evidenciar. Lukács (1979) refere que, na medida em que a burguesia não consegue atestar sua própria falência, lança-se a decretar a falência da razão. O mesmo autor, em 1972, sustenta a argumentação de que o irracionalismo, em seu desenvolvimento histórico, foi a tendência da filosofia burguesa que se consagrou nos marcos do capitalismo monopolista, justamente porque respondeu aos interesses difundidos por essa ordem. O irracionalismo, em seu movimento histórico, provou ainda, ser uma

oposição ao materialismo histórico-dialético e provocou um imenso rebaixamento do nível filosófico, haja vista, que por não conseguir enfrentar os seus inimigos seriamente, usou de mentiras e demagogias.

Na tentativa de enfrentar ideologicamente as tensões sociais oriundas do avanço neoliberal, na conjuntura de crise mundial do capitalismo dos anos de 1970, “o conservadorismo se reatualizou”, agregando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abdicar do seu ideário e do seu modo particular de compreender a realidade. O neoconservadorismo, nas palavras de Barroco (2015), apresenta-se, então, como “forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais”. (BARROCO, 2015, p. 01).

Nos anos 1990, a sociabilidade brasileira já estava marcada pela cultura da violência e do *medo social*. A objetivação de novas formas de violência econômica e extraeconômica, o agravamento das expressões da *questão social* e da criminalidade, entre outros, criaram um clima social de insegurança generalizada, facilitador de apelos à ordem e à repressão: uma insegurança concreta determinada pelo desemprego e pela degradação da vida social e do trabalho e uma insegurança subjetiva alimentada "pela convicção de que o crime e a brutalidade são inevitáveis". (BARROCO, 2015, p. 02).

O ex chefe de Estado brasileiro, Bolsonaro, desde a sua campanha eleitoral já deixava evidente sua aversão a diversidade de gênero, seu conservadorismo e seu seguimento militar. Vez eleito, em seu segundo dia de mandato, 02 de janeiro de 2018 através da sua ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, Bolsonaro retira a população LGBTQIAP+ das diretrizes de Direitos Humanos. Este tratou do primeiro passo para ecoar no Brasil a intolerância a diversidade de gênero das classes mais altas até as margens da sociedade. Não menos absurdo, o populismo desta campanha conservadora alcançou os nossos, militantes, ativistas lgbtqiap+ aliançaram politicamente a partidos de direita, líderes foram entrelaçados pela ilusão de uma falsa política inclusiva mais dividida – isso faz sentido pareceu fazer muito sentido – mas assim ocorreu. De 2018 até os dias atuais, se somam as dezenas de vezes que o presidente do Brasil desrespeitou e deslegitimou a orientação sexual e identidade de gênero.

Através do poder de políticos de extrema direita e com pensamentos conservadores e retrógrados no que se diz respeito a população LGBTQIAP+, os anos subsequentes a eleição foram de disseminação do conservadorismo: “Menino veste azul e menina veste rosa” fala da Ministra Damares, “Bolsonaro barra financiamento da Ancine para filmes com temática LGBTQIAP+”, estas foram uma das mais diversas manchetes que marcaram o ano de 2019 no

Brasil. Se trata de uma estratégia intencional desse governo, pois apaga/anula a existência de homossexuais, principalmente que são alvo da campanha deles dentro da lógica de trabalho e de posicionamento ideológico.

O Guia Gay São Paulo, no ano de 2020, registrou quatorze (14) vezes em que o governo de Jair Bolsonaro atentou contra à comunidade LGBTQIAP+. Por meio de diversas agressões verbais, o governo ignorou o Dia Nacional da visibilidade trans em 29 de janeiro de 2020, o então presidente, alegou em transmissão ao vivo que “ser hétero passou a ser qualidade”, desferiu ataques a Organização Mundial da Saúde ao referir que “a OMS incentiva a homossexualidade infantil. Parecia mesmo que não poderia piorar, quando Jair Bolsonaro em meio ao caos da pandemia do COVID-19 fala que “máscara é coisa de viado”, insultando a população LGBTQIAP+ e perpetuando a política negacionista em um momento no qual a ciência é necessária.

O Brasil Bolsonaro, inicia 2021 com relatório de 18 entidades estrangeiras apontando crise das políticas sociais e ambientais e ameaças à democracia do país. A Coalizão Solidariedade Brasil, uma rede formada por 18 entidades internacionais, com sede na França, lançou em 19 de janeiro de 2021, uma nova edição do Barômetro de Alerta sobre a situação de direitos humanos e ambientais no país. O documento realiza um balanço dos últimos dois anos das ações do governo brasileiro em três grandes temas: justiça social, justiça ambiental e espaços de democracia. No tocante à População LGBTQIAP+, o relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB), publicado em 2020, aponta que 329 pessoas homossexuais foram vítimas de morte violenta no Brasil em 2019 (assassinatos ou suicídios), o que significa uma morte violenta a cada 26 horas. Esses números remetem o Brasil ao lamentável título de campeão mundial de crimes contra minorias sexuais: mais da metade das pessoas LGBTQIAP+ mortas no mundo são brasileiros de acordo com o relatório anual do Grupo Gay da Bahia - GGB¹¹.

É incontestável o aumento de ataques aos homossexuais na tentativa de retirar direitos já adquiridos e impedir novos acessos. O avanço da direita conservadora na investidura de reviver a intolerância a diversidade sexual e de gênero durante períodos de governos militares, tem afetado o Brasil não apenas as políticas internas, mas também as relações internacionais. No dia

¹¹ Referências:

<https://www.doistercos.com.br/ggb-divulga-relatorio-anual-sobre-homofobia-no-brasil-em-2022/>

19 de setembro de 2023 a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados retomou a votação de um projeto de lei que visa proibir o casamento e a união estável LGBTQIAP+ no país.

De acordo com uma reportagem da Carta Capital¹², o PL 580/2007, apresentado pelo ex-deputado Clodovil Hernandes, mudava o Código Civil para que duas pessoas do mesmo sexo pudessem constituir união homoafetiva por meio de um contrato patrimonial – à época, não existiam aparatos legais para qualquer tipo de união entre pessoas LGBTQIAP+. Ao longo dos anos, o texto circulou entre as comissões da casa e foi ganhando novos itens para assegurar os direitos da comunidade. No processo, no entanto, ganhou nova roupagem após receber uma emenda LGBTfóbica que contraria o texto principal.

A reportagem refere, ainda, que a emenda 5167/2009, do deputado Capitão Assunção, argumenta que “nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar”. A medida preconceituosa ficou parada por anos, entretanto voltou a ter fôlego com a escolha do novo relator, o Pastor Eurico (PL-PE), que em seu voto ignorou todas as demais emendas ao projeto e considerou válida apenas a emenda 5167/2009.

O então Deputado, em seu voto, lança mão da medida para indagar sobre a decisão de 2011 em que o Supremo Tribunal Federal, que equiparou uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo às uniões reconhecidas entre homens e mulheres. Um trecho da redação sustenta que a Corte “usurpou” a competência do Congresso Nacional para pautar “propósitos ideológicos que distorcem a vontade do povo brasileiro”.

Com o relatório, Eurico distorceu a proposta original ao afirmar que, uma vez que o texto tenta apenas conquistar os efeitos civis do casamento religioso, fica “claro que a própria Constituição mitiga a possibilidade de casamento ou união entre pessoas do mesmo sexo”. Ainda segundo ele, embora seja preciso garantir direitos iguais a todos, “o casamento entre pessoas do mesmo sexo é contrário à verdade do ser humano”.

É uma pena que em pleno século XXI, a população LGBTQIAP+ tenha de encampar pautas burguesas, como o casamento compreendendo-o enquanto uma agenda política necessária face a tamanho retrocesso que a comunidade vem sofrendo com a ascensão da extrema direita no país que lança mão do conservadorismo, essencialmente, por meio da moral para destilar o seu preconceito.

¹² <https://www.cartacapital.com.br/politica/comissao-na-camara-retoma-votacao-que-pode-proibir-o-casamento-homoafetivo-no-brasil/>

Nosso trabalho vai na contramão de leituras que ignoram a base material e violenta da realidade das pessoas homossexuais, sobretudo mulheres, ao redor do mundo; uma violência física, entretanto também simbólica refletida na ausência de direitos, na invisibilidade e em estereótipos. O sofrimento de mulheres lésbicas, mais do que um assunto pessoal, de escolhas individuais, está perpassado por lógicas perversas do capitalismo que criam padrões irreais, insustentáveis, para que mulheres se sintam desconfortáveis em relação a seus corpos e sexualidades, para depois precisarem comprar soluções individuais para curar essas dores.

2.2 O conservadorismo e as mulheres na velhice.

Podemos afirmar, após o exposto, que o conservadorismo se estrutura no tripé composto pela tradição, família e propriedade privada, assentado em uma crença transcendental e imutável que rege a sociedade, tendo na religião a aposta à difusão de seus valores e crenças para garantir a manutenção da ordem social. É ainda, um pensamento que depois de 1848, mantém seus esforços em reduzir a economia e história a lugares bastante periféricos, quando não as negam. Após a I Guerra Mundial ocorre um estímulo à valorização da intuição, do pessimismo diante da vida, da irracionalidade e da subjetividade (descolada da individualidade social), em detrimento da razão, da perspectiva de totalidade, enfim, de análises ancoradas na objetividade da realidade social.

Lukács (1972) nos diz que o conservadorismo satisfaz às necessidades ideológicas da vida cotidiana do homem médio, o machismo é um exemplo. Atados à pretensa existência de uma essência natural pertencente às mulheres e de outra que pertence exclusivamente aos homens, trata a desigualdade de gênero como algo natural e imutável. Damasceno (2018) nos diz que o machismo se apoia em preceitos divinos e/ou religiosos, impregnado de representações do senso comum, no moralismo e no preconceito no que diz respeito ao comportamento das mulheres. Portanto, o pensamento conservador, não busca na história humana as condições objetivas que possibilitaram o desenvolvimento de um abismo entre homens e mulheres. Não as procuram, haja vista que o machismo serve, apenas, para a manutenção dos privilégios dos homens em relação às mulheres.

Ainda é possível referir que o machismo vai diretamente ao encontro dos interesses conservadores, ao atrelar à existência da mulher, à vida familiar. Mesmo quando se considera a possibilidade de elas ocuparem os espaços públicos, por meio do exercício de uma profissão, por exemplo, ocorre à vinculação das atividades profissionais a funções historicamente delegadas ao sexo feminino, como enfermagem, professora e empregadas domésticas. O olhar conservador para aquelas mulheres que frequentam outras atividades profissionais, que não se casam, não tem filhos

e se relacionam com outras mulheres é de bastante desconfiança. Para eles, “essas”, não são tão mulheres assim.

Portanto, ao conservadorismo o que importa é a exaltação e valorização do “instinto feminino”, seus atributos e características, como: compostura, suavidade, delicadeza, silêncio, resignação, passividade etc. O importante é que a mulher seja a companheira ideal do homem e, não menos substancial, que sejam mães e por duas razões centrais: a fim de que a propriedade privada continue sendo mantida hereditariamente, entre um grupo bem restrito de famílias; e para a socialização das crianças na família e em outros espaços consagrados como femininos (escolas, por exemplo) se desenvolva a partir de valores religiosos, conservadores, afinados com a naturalização e aceitação da ordem social que privilegia a reprodução da ideologia dominante. O fato é que das mulheres tem sido exigido, historicamente, o empenho de se manter o tripé conservador tradição, família e propriedade, mesmo que muitas vezes elas nem tenham consciência disso ao realizar as tarefas que lhes são impostas socialmente.

O conservadorismo, por meio da naturalização do papel feminino, impede a apreensão das desigualdades entre homens e mulheres nas próprias relações familiares, ao passo que remete sobre elas a maior carga das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos, idosos e doentes, além da formação moral e religiosa das crianças. Em muitos casos as mulheres ainda precisam lidar com o sentimento de culpa de não darem conta de realizar com maestria todas as tarefas que lhes são atribuídas. Isso contribui para a criação de uma atmosfera na qual a vontade do homem deve sempre prevalecer sobre os demais integrantes da família, ele não pode ser contrariado, o que permite que ele haja com violência para “corrigir” e “punir” suas companheiras e familiares. Existem diversos casos no Brasil, divulgados pelos meios de comunicação, referindo acerca da dificuldade das famílias em lidar com filhos homossexuais. Não são raros os casos de violência da própria família contra os filhos e filhas LGBTQIAP+. Muitos são expulsos de casa, apanham, sofrem tortura psicológica, são estigmatizados, tratados como doentes, em alguns casos extremamente perversos, os pais estupram suas filhas lésbicas como forma de “correção”.

O conservadorismo, frequentemente associado a valores tradicionais, normas sociais restritivas e resistência a mudanças, exerce influência substancial na vida de mulheres lésbicas de diversas maneiras. Ele perpetua estereótipos de gênero e orientação sexual que, no geral, atacam a diversidade sexual. Mulheres lésbicas, nesse processo, enfrentam estigmatização, discriminação e hostilidade em diversos ambientes da sociedade, influenciando concretamente na construção de

sua subjetividade. As lésbicas podem enfrentar pressões para se conformar às normas heteronormativas. Isso pode resultar em um conflito entre a identidade pessoal e as expectativas sociais, afetando o processo de construção de sua individualidade.

A rejeição de indivíduos homossexuais por parte de família, dos amigos, dos espaços de convívio pode levar a sentimentos de isolamento social, impactando profundamente na autoestima e na construção de sua subjetividade. O conservadorismo pode fazer com que as lésbicas sintam que precisam esconder a sua orientação sexual para se sentirem seguras ou aceitas. Isso pode criar tensões entre a autenticidade pessoal e a conformidade social. Entretanto, muitas delas acabam encampando bandeiras de lutas em defesa dos direitos LGBTQIAP+ como resposta ao conservadorismo e à discriminação que sofrem. O que fortalece a luta desses sujeitos coletivos e contribuiu para o fortalecimento da autoestima dessas mulheres, no momento em que elas começam a tomar parte do seu espaço nas arenas políticas da sociedade. Além de promover a visibilidade lésbica. Apesar dos controversos desafios colocados pela sociabilidade do capital, é importante notar que a resistência ao conservadorismo, muitas vezes, contribui para o questionamento da origem da discriminação, do preconceito e da invisibilidade das lésbicas na sociedade, podendo desempenhar um papel importante na mudança de atitudes e normas sociais em relação a elas.

A homossexualidade dentro da Igreja Católica recebeu um tratamento perverso por ser considerada extremamente nociva e durante a Inquisição, muitos homossexuais foram condenados à fogueira e submetidos a vários outros tipos de violência em razão de suas orientações sexuais, não havendo, para isso, diferença de sexo. Ela consagrou à homossexualidade um caráter pecaminoso.

A igreja entendia que a prática sexual tinha como fundamento maior a reprodução da vida, razão porque impunha regras severas para serem respeitadas e seguidas, como pontua Flandrin (1985, p. 136): “A sexualidade conjugal deveria restringir-se à reprodução, o que não significava que estava livre do estigma do pecado.” Enquanto a homossexualidade não oferecia algo especial ou humanamente válido ao convívio social e para a igreja se constituía em ato irregular praticado pelo homem, servindo apenas como forma de contrariar frontalmente o princípio básico da reprodução, por isso foi tão condenada por ela, tornando essa forma de pensar a base do comportamento social e está concepção religiosa encontra amparo na bíblia sagrada quando em vários capítulos encontram-se registros da condenação à união homoafetiva.

Com a rejeição à homossexualidade, por parte das instituições religiosas, foi seguindo a sociedade, em razão de sua obediência incontestada aos preceitos impostos pelas igrejas, pois ninguém ousaria contrariá-los, resultando na adoção dessa mentalidade por parte de toda a comunidade cristã. Para Chauí (1991), a igreja, ao se sentir ameaçada em razão de que tais relações não procriavam, o que significaria uma redução populacional e conseqüente o número de fiéis que deixariam de contribuir financeiramente com a instituição, sendo assim, era extremamente conveniente que o sexo fosse meramente reprodutivo e, assim, ela providenciou reduzir o amor sensual em pecado.

Embora o Cristianismo tenha participado da crescente repressão à homossexualidade, não parece ter sido a religião cristã do catolicismo que esteve na origem dos atos condenatórios das atividades homossexuais, até porque o primeiro concílio a abordar a homossexualidade só veio a ocorrer em 1179, que foi o Concílio de Latrão e teve como objetivo principal restabelecer o princípio de que os assuntos espirituais são de autoridade da Igreja. O fato é que, a homossexualidade evoluiu, testemunhando os seus mais variados momentos históricos e sociais. Com a aproximação cada vez maior da contemporaneidade se tornou motivo de preocupação de algumas religiões e pela medicina. Nesse contexto, além de ser considerada satanizada, passa a ser considerada pela medicina higienista como uma doença, sendo-lhe atribuída culpa pela disseminação de doenças e pelo fim da moral, dos bons costumes e da família. O movimento higienista surgiu no século XIX, propagando uma sociedade “limpa” e “livre” de tudo o que era considerado anômalo, onde a sexualidade saudável e reprodutiva disseminada com todo o rigor científico. Foi através do especialista em higiene que o Estado se imiscuiu no interior das famílias. Com livre trânsito nesse espaço outrora impenetrável à ciência, o médico higienista acabou impondo sua autoridade em vários níveis.

Nesse contexto, era de fundamental importância que a sociedade privilegiasse a moral e os bons costumes, que a prática sexual deveria ter o papel exclusivo da reprodução. O pensamento higienista buscava a reestruturação matrimonial combatendo o sexo fora do casamento por conta do elevado índice de contaminação, principalmente a contaminação da doença transmissíveis entre as famílias. Para honrar a família, deter o avanço de doenças, muitos homossexuais foram arbitrariamente internados em manicômios, em razão da convicção dos médicos e psiquiatras da época de que eram eles os maiores portadores de distúrbios devendo ser submetidos ao tratamento de choque, única forma de se livrarem da sua doença, a homossexualidade.

Somente nos anos de 90 o homossexualismo recebeu uma nova denominação, homossexualidade e passou a não ser mais considerado uma doença, tanto pela medicina como para a psicologia e psiquiatria¹³. No entanto, foi no ano de 1985 que o Conselho Federal de Medicina e, em 1994, a Organização Mundial da Saúde definitivamente excluíram da classificação internacional de doenças o código 302, que rotulava a homossexualidade como um desvio e transtorno sexual.

A família, após as mudanças e novas configurações que se processaram nos anos 1990, deu início a uma nova organização onde foi permitido o surgimento de casais formados por pessoas do mesmo sexo, o que ainda é tratado como uma presença incômoda. O Estado, por sua vez, tem o dever de proteger seus nacionais, e neste contexto, já reconhece a família homoafetiva, o qual passa a agir de forma violentamente repressor quando da presença dos preconceituosos. A homossexualidade, infelizmente vem sendo marcada violentamente pelos crimes fundamentados no preconceito e, por formas diferenciadas da violência onde se encontram envolvidos, muitas vezes, a própria família, vizinhos, amigos e em todos os lugares, assumindo proporções alarmantes como demonstrado por Mott (1996, p. 50):

A violência letal contra homossexuais – e mais especialmente contra travestis e transgêneros – e, sem dúvida, uma das faces mais trágicas da discriminação por orientação sexual ou homofobia no Brasil. Tal violência tem sido denunciada com bastante veemência pelo Movimento GLTB, por pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e pelas organizações da sociedade civil, que têm procurado produzir dados de qualidade sobre essa situação. Com base em uma série de levantamentos feitos a partir de notícias sobre a violência contra homossexuais publicadas em jornais brasileiros, os dados divulgados pelo movimento homossexual são alarmantes, revelando que nos últimos anos centenas de gays, travestis e lésbicas foram assassinados no País. Muitos deles, como Édson Nêris, morreram exclusivamente pelo fato de ousarem manifestar publicamente sua orientação sexual e afetiva.

Nesse ambiente, notadamente marcado pelo antagonismo de papéis sociais/sexuais, a violência desponta contra os homossexuais em razão da sociedade determinar o certo e o normal, que o homem aja como homem, que o homem se relacione apenas com a mulher e vice-versa, caso contrário fica demonstrada uma situação de anormalidade. Pelo menos 312 gays, lésbicas e travestis brasileiros foram assassinados em 2019, média de um homicídio a cada 28 horas, revela pesquisa feita pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). A entidade estima que 99% dos crimes foram motivados por homofobia. Apesar de apontar uma queda de 7,7% em relação a 2018, quando

¹³ [<http://www.claudecy.psc.br/claudecy/saibamais/texreprexsex.htm>]

foram registradas 388 mortes, a pesquisa destaca que o número de assassinatos de homossexuais cresceu 14,7% nos últimos quatro anos.

Segundo o estudo, o Brasil segue como campeão mundial em homicídios de homossexuais: De cada cinco gays ou transgêneros assassinados no mundo, quatro são brasileiros. E os dados reunidos neste começo de ano apontam tendência de piora no quadro: em janeiro, 42 homossexuais foram assassinados, ou seja, um a cada 18 horas. Ainda de acordo a pesquisa os estados de Pernambuco e São Paulo, foram os estados que apresentaram o maior número de mortes provocadas pela homofobia. Com relação a outros estados a pesquisa mostra que Roraima e Mato Grosso, proporcionalmente perigosos. Na região norte do País, Manaus aparece com 12 crimes e Cuiabá foram as capitais com maior número de crimes homofóbicos. O Nordeste aparece como a região mais violenta para esse segmento, com quarenta e três por cento dos assassinatos, seguido pelo Sudeste e pelo Sul com trinta e cinco por cento. O estado brasileiro que não registrou crime contra os homossexuais foi o Acre.

Este cenário de tanta violência contra a diferença coloca o Brasil no topo dos países mais homofóbicos do mundo. Historicamente, a compreensão da homossexualidade foi extremamente prejudicada por influência de valores desprovidos de senso científico, mesmo tendo a medicina avançado e reconhecendo a homossexualidade não mais como doença, fortemente embasados no senso comum e em postulados religiosos, o que contribuiu para o incentivo à construção da cultura do ódio em relação aos homossexuais, refletindo sobre a postura social e legal em relação aos diferentes.

Na contra mão das religiões que não aceitam homossexuais encontram-se as igrejas inclusivas. Elas já são uma realidade em algumas partes do mundo. Algumas denominações religiosas e igrejas estão abraçando a diversidade sexual e de gênero na atualidade, acolhendo as pessoas LGBTQIAP+. No entanto, essa aceitação varia consideravelmente entre as diferentes congregações e denominações existentes.

De acordo com uma reportagem da revista Piauí do ano de 2019, as Igrejas Inclusivas que, surgiram pela primeira vez nos EUA, afinadas com a doutrina presbiteriana que acolhem gays, lésbicas, bissexuais e transsexuais que querem expressar a sua fé começa a se consolidar como um fenômeno brasileiro. De acordo com a organização não governamental Aliança Nacional LGBTQIAP+, a capital de cada unidade de federação tem, hoje, pelo menos um desses espaços religiosos. Apesar de os números serem dinâmicos, a entidade estima que a quantidade de

igrejas inclusivas em todo o Brasil passe dos 150. Pode parecer pouco, já que o país tem cerca de 42,3 milhões de evangélicos – segundo os dados mais recentes do IBGE, de 2010 – e, ao longo dos últimos dez anos, mais de 72,5 mil novas igrejas (de todas as religiões) tenham sido registradas na Receita Federal em todo o território nacional: média de 20 por dia. Mas há que se considerar que as comunidades voltadas à população homossexual são um fenômeno relativamente recente. As primeiras igrejas evangélicas inclusivas surgiram a partir dos anos 2000, mas de forma bem pontual. Foi ao longo desta última década que elas começaram a se expandir¹⁴.

Ainda segundo a reportagem da revista Piauí: “É um fenômeno forte, se você pensar que dez anos atrás era algo muito incipiente”, resumiu Cláudio Nascimento, coordenador-executivo do Grupo Arco-Íris. As igrejas tradicionais, na maioria das vezes, não adequam suas interpretações e excluem uma série de pessoas, principalmente o público homossexual. Se formos tomar a bíblia ao pé da letra, “todos seríamos excluídos, porque não pode fazer sexo antes do casamento, não pode comer carne de porco, não pode comer camarão frito, não pode usar roupa de dois fios, não pode ter deficiência física, não pode tomar álcool. Mas a exclusão acaba caindo só sobre o homossexual, que é quem sofre na pele”, acrescentou o presidente da Aliança Nacional LGBTQIAP+, Toni Reis.

A proporção de evangélicos no Brasil vem crescendo nas últimas décadas, enquanto a de católicos apostólicos romanos diminui. Os censos do IBGE mostram esse avanço contínuo: os evangélicos eram 6,6% da população em 1980; 9% em 1991; chegaram a 15,4% em 2000; e a 22,2% em 2010. Segundo os dados do instituto, eles foram o grupo religioso que mais cresceu entre 2000 e 2010, quando chegaram a 42,3 milhões de pessoas. Nos recenseamentos, o IBGE divide os evangélicos entre tradicionais ou de missão, como batistas, presbiterianos e luteranos; e pentecostais, que se caracterizam pela crença nos chamados “dons do Espírito Santo” – o que inclui curas, profecias e exorcismos. Conforme o Censo de 2010, os pentecostais já correspondem à maioria dos evangélicos: são 25,3 milhões de adeptos.

Tanto os estudiosos como os próprios pastores dividem o pentecostalismo no Brasil em três fases. A primeira, chamada de “pentecostalismo clássico”, começou nos anos 1910, com a chegada ao Brasil de missionários norte-americanos e suecos, que fundaram igrejas como a Congregação Cristã e a Assembleia de Deus. A segunda fase, chamada de pentecostalismo neoclássico, ocorreu a partir da década de 1950, com a expansão de igrejas focadas na “cura”, se notabilizou pelo uso

¹⁴ <https://piaui.folha.uol.com.br/arco-iris-da-fe/ultimoacesso:21/10/2023>

intenso do rádio como ferramenta de conquista de novos fiéis. Por fim, a terceira onda, o “neopentecostalismo”, se deu a partir da segunda metade da década de 1970 e se caracterizou por enfatizar a “guerra” de Deus contra o diabo, pela teologia da prosperidade (segundo a qual o cristão deve buscar a prosperidade financeira), pelo investimento na representação política e pela aposta na televisão como estratégia de comunicação – como é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus, da Renascer em Cristo e de uma infinidade de outras pequenas denominações. As igrejas inclusivas em relação aos LGBTQIAP+ normalmente se identificam com as duas primeiras fases. Se é verdade que em todas as vertentes [do protestantismo] permanece a interdição ao consumo de álcool, tabaco e drogas e ao sexo extraconjugal e homossexual, também é verdade que nos últimos anos surgiram ‘igrejas inclusivas’ dirigidas por pastores que fazem parte de movimentos LGBT e não se definem como neopentecostais, referiu a antropóloga Regina Novaes, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e estudiosa do tema das religiões EM 2017.

A autora nos diz também que, ainda que se declararem como laicos e plurais, grupos de defesa dos direitos da população LGBTQIAP+ reconhecem a importância das igrejas inclusivas como forma de garantir que gays, lésbicas e transexuais possam exercer sua fé, sem perseguições. O Movimento das Mulheres Lésbicas do Rio de Janeiro, destaca que esses grupos religiosos, hoje, mantêm diálogo estreito com as organizações, participam de alguns eventos importantes para o público homossexual – como as Paradas da Diversidade –, e chegam a defender pautas em comum. Apesar disso, os evangélicos inclusivos, de modo geral, ainda guardam um resquício do conservadorismo, principalmente no que diz respeito ao aborto – que entra em conflito com os princípios de fé dos frequentadores das igrejas inclusivas. Em suma, eles mantêm um entendimento alinhado ao conceito que chamam de ‘garantia da vida’. Mas há alguns focos dentro dessas religiões que, apesar de professarem sua fé, já reconhecem a autonomia da mulher em relação ao próprio corpo. Apesar disso, eles ainda não encampam a bandeira do direito ao aborto.

Há também algumas ressalvas no que diz respeito à superação do preconceito ainda manifestados pelas comunidades religiosas, principalmente em relação a outras religiões de matriz não-cristã. O desafio, do nosso ponto de vista, é a aproximação desses grupos religiosos de pontos comuns ao movimento, formando uma coalizão a partir do que os une, como a defesa dos direitos humanos. Outra questão é como unir para enfrentar o fundamentalismo que há dentro das próprias igrejas inclusivas, para que eles possam reconhecer práticas religiosas, como a umbanda, por

exemplo. Ao mesmo tempo que as igrejas inclusivas cumprem um papel muito grande, garantindo o direito à fé à população LGBTQIAP+, é preciso separar o joio do trigo. Há igrejas e igrejas. Nesse movimento, vieram algumas que são caça-níqueis, refere Novaes (2017).

De acordo com Coelho Júnior (2014), foi nos Estados Unidos que emergiram as primeiras igrejas “inclusivas”, inicialmente conhecidas como “igrejas gays”. Elas tiveram início por volta dos anos de 1968 com a criação da Community Metropolitan Church, liderada pelo reverendo Troy Perry. Após ser expulso de uma igreja de segmento batista no Estado da Califórnia, acusado de seguir uma “orientação homossexual”, funda um novo tipo de igreja, aberta para héteros e homossexuais. Com o decorrer dos anos, estas igrejas se espalham pela América Latina. No Brasil, de acordo com Jesus (2013), tiveram início no ano de 1992, no Estado do Rio de Janeiro, Copacabana. Esta se denominava Igreja Presbiteriana Bethesda, era liderada pelo Pr. Nehemias. Posteriormente, em 1998, a primeira igreja “inclusiva” do Estado de São Paulo, foi fundada pelo líder da CAEHUSP Elias Lilikan, Pr. Victor Orellana e Pr. Luís Fernando, ordenados por Nehemias Marien. Esta igreja teve início a partir de grupos de discussão, ativismo e militância homossexual na década de 1990. Também foi aberta a Igreja Comunidade Metropolitana em Niterói, no ano de 2002, liderada pelo Pr. Gelson Piber, ainda em 2002 foi fundada em São Paulo a Igreja Evangélica Acalanto – Ministério outras ovelhas, liderada por Victor Orellana¹⁵.

Marcelo Natividade é um pesquisador de grande destaque neste tema nas últimas décadas no Brasil. Entre os anos de 2003 e 2008 ele estudou a Igreja da Comunidade Metropolitana que foi criada nos EUA no ano de 1968 e que desde 2006 é conhecida por Igreja Cristã contemporânea. De acordo com Natividade (2010) nestas igrejas os pastores, diáconos e obreiros não precisam ser heterossexuais. Seus integrantes são oriundos de igrejas evangélicas ou católicas. Em seus estudos

¹⁵ Jesus (2013) fez uma ampla pesquisa para identificar as primeiras igrejas chamadas de inclusivas no Brasil entre o período de 2003 a 2013 e encontrou as seguintes igrejas: Em 2003 foi fundada a Igreja do Movimento Espiritual Livre, em Curitiba, por Haroldo LêoncioPereira). A Comunidade Cristã Nova Esperança foi fundada em São Paulo, em 2004, por Justino Luiz. No mesmo ano a Igreja Cristã Evangelho para todos foi fundada em São Paulo, em 2004, por Indira Valença. No ano seguinte, em 2005 foi fundada a Comunidade Família Cristã Athos, em Brasília, por Ivaldo Gitirana e Márcia Dias. Em 2006 foi aberta a Comunidade Betel no Rio de Janeiro, liderada por Márcio Retamero. A Igreja Cristã Contemporânea foi fundada no Rio de Janeiro, em 2006, por Marcos Gladstone. O Ministério Nação Ágape ou Igreja da Inclusão foi fundada em Brasília, em 2006, por Patrick Thiago Bomfim. A Igreja Cristã Inclusiva foi fundada em Recife, em 2006, por Ricardo Nascimento. A Igreja Progressista de Cristo foi fundada no Recife, em 2008, por Kleyton Pessoa. A Igreja Renovação Inclusiva para a Salvação - IRIS foi fundada em Goiânia, em 2009, por Edson Santana do Nascimento. A Igreja Amor Incondicional (de origem norte-americana) foi fundada em Campinas, em 2009, por Arthur Pierre. A Igreja Inclusiva Nova Aliança ou MORIAH Comunidade Pentecostal foi fundada em Belo Horizonte, em 2010, por Gregory Rodrigues de Melo Silva. A Igreja Inclusiva do Brasil foi fundada em março de 2012 em Porto Alegre, por Anderson Zambom. Por fim, ela identifica a igreja Evangélica Reviver de Manaus, criada em 2013 a partir da União a um jovem Homossexual, ex- pastor da igreja quadrangular.

ele identificou a existência destas igrejas em diversas cidades brasileiras – Rio de Janeiro, Maranhão, Natal, Fortaleza, Brasília, São Paulo, Salvador e Belo Horizonte.

De acordo com Natividade (2010) foi por decorrência da AIDS e dos movimentos sociais LGBTQIAP+ criados no Brasil que a pauta sobre a “inclusão” de gays e lésbicas passou a nascer em alguns espaços religiosos. O autor nos informa que foi a partir de um encontro de estudantes do curso de História da USP/SP que se abordou seriamente o tema igreja/preconceito que originou a Comunidade Cristã Gay onde se ordenaram os primeiros pastores homossexuais no país. Foi na década de 1990, no Rio de Janeiro que ocorreram os primeiros casamentos gays, na Igreja Presbiteriana Unida de Copacabana. Os casamentos foram alvos de críticas por alguns grupos religiosos, mas o pastor Nehemias Marien, que celebrou as uniões, manteve-se firme em sua convicção de que Deus não faz acepção de pessoas. A partir daí, homossexuais passaram a ser acolhidos pelas “igrejas gays” sem que fosse imposta aos mesmos uma conversão e necessidade de uma “cura gay” ou conversão à heterossexualidade. Foi por volta do ano de 2006 que as igrejas antes chamadas de igrejas gays passaram a adotar o nome de igreja inclusiva.

Em sua experiência, participando da inauguração da Igreja da Comunidade Metropolitana no Rio de Janeiro no ano de 2004, Natividade observou que havia um objetivo claro nesta igreja em acolher marginalizados, criar um espaço livre de preconceito e culpa, adorar a Deus de forma livre e ter como missão propagar um evangelho inclusivo. Neste sentido, a igreja defendia que a orientação sexual é uma bênção de Deus e que os homossexuais devem ser aceitos no cristianismo sem necessidade de mudança em sua sexualidade. (NATIVIDADE, 2010).

Em sua pesquisa de campo, Natividade notou que esta igreja não gostaria de carregar o rótulo de igreja homossexual. Ela se dizia uma igreja aberta para todos que quiserem cultuar a Deus, independente de sua sexualidade. Seus cultos e liturgia eram profundamente semelhantes aos de igrejas evangélicas, com cânticos de cantores de origens destas igrejas, ceia com pão e vinho e orações que seguiam o mesmo padrão também. Algo interessante a ser destacar é que mesmo o público mais frequente ser composto por homossexuais, a presença de travestis ou transexuais era praticamente nula, muito rara. Também havia regras claras. Roupas e comportamentos considerados extravagantes não eram bem recebidos. Trocas de beijos durante os cultos deveriam ser evitados. A promiscuidade deveria ser evitada, bem como um comportamento festivo e hedonista, preenchida por uma vida noturna em boates e saunas gays desagradavam a liderança e boa parte dos integrantes desta igreja. Em síntese, inclusão não deveria ser confundida com

amoralidade ou imoralidade. Havia comportamentos considerados puros e outros impuros. Nas palavras de Natividade (2010), o que se buscava na verdade, era uma homossexualidade santificada. Esta busca por santificação vai se materializar quando, em 2007, foi criado um Código de Condutas para lideranças da Igreja Contemporânea. Era um documento pequeno, contendo cinco páginas, e discriminava as ações e comportamentos esperados aos líderes e participantes das igrejas. Eram vedadas idas a casas de prostituição e saunas gays, bem como adultério, poligamia e traição aos parceiros. O sexo sem compromisso deveria ser evitado.

Mesmo com restrições e orientações de cunho moralista, é muito importante destacar que Natividade nos mostra que a Igreja Cristã Contemporânea tem um engajamento político, pois busca a promoção da justiça social, denunciando a homofobia e promovendo uma teologia que prega a igualdade entre pessoas hétero e homossexuais. Ele menciona que em São Paulo está igreja participa de atividades do Programa Estadual de DSTs e AIDS. Suas preocupações com soropositivos, por exemplo, os levou a criar grupos de debate, receber profissionais de saúde para debates e esclarecimentos. A Igreja Cristã Contemporânea no Brasil tem uma luta significativa no combate à homofobia. Para Natividade (2010) a teologia inclusiva é um importante instrumento, e um dos mais importantes, na luta contra a homofobia. Sua perspectiva inclusiva tramita entre atrair o público LGBTQIAP+, mas também heterossexuais, proporcionando um convívio religioso respeitoso e igualitário, pois entendem que todos fazem parte do grande “povo de Deus”.

As igrejas inclusivas ainda enfrentam forte resistência das comunidades católicas e evangélicas. Embora a maior parte delas siga a tradição cristã - pregando, inclusive, o celibato antes do casamento e a monogamia após o matrimônio - ainda não são reconhecidas oficialmente por nenhum desses dois grupos. Não raro, em igrejas tradicionais, os homossexuais são obrigados a esconder sua orientação sexual. Descobertos, acabam sendo expulsos - ou, eventualmente, submetidos a tratamentos de "conversão" para se tornarem heterossexuais.

A pernambucana Lanna Holder, de 37 anos, acreditava poder "curar" a atração que sentia por mulheres que, segundo ela, vinha "desde a infância". Usuária de drogas e alcoólatra, Lanna converteu-se a uma igreja evangélica aos 21 anos, passando a fazer pregações no interior do Brasil. Lanna tornou-se uma das principais pregadoras da igreja Assembleia de Deus, a mais importante do ramo pentecostal no Brasil. Casou-se aos 24 anos e, dois anos depois, teve um filho. Mas durante uma viagem aos Estados Unidos em 2002, conheceu outra pregadora, Rosania Rocha, brasileira que cantava no coral de uma filial da igreja em Boston. Um ano depois, elas tiveram um caso

amoroso às escondidas e acabaram expulsas da comunidade. De volta ao Brasil em 2007, Lanna teve a ideia de criar uma igreja voltada predominantemente para homossexuais que, como ela, não ganharam acolhida em outra vertente religiosa. Ela montou a "Comunidade Cidade Refúgio", no centro de São Paulo. A Cidade do Refúgio é uma saída para a comunidade LGBTQIAP+ poder frequentar uma igreja livre da discriminação de gênero. A congregação reúne milhares de fiéis e já realizou diversos casamentos. A igreja, na atualidade, está presente em mais de 10 estados brasileiros.

A BBC Brasil identificou que já existem pelo menos dez diferentes congregações de igrejas “gay-friendly” no Brasil, com mais de 40 missões e delegações por todo o país. Concentradas, essencialmente, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, elas totalizam em torno de 10.000 fiéis, ou 0,005% da população brasileira. A maioria dos integrantes (70%) é composta por homens, incluindo solteiros e casais, de diferentes níveis sociais. O número ainda é baixo em relação à quantidade de católicos e evangélicos, as duas principais religiões do país, que, em 2019, respondiam por 68, 43% e 20,23% da população do país¹⁶.

Do nosso ponto de vista, quando, a partir do rito religioso elaboram-se estratégias políticas, está se abrindo um processo de negociação e de legitimação não somente do campo religioso, mas na luta por direitos humanos para a população LGBTQIAP+. As igrejas inclusivas, ao se colocarem institucionalmente no campo de disputa sobre a legitimação do capital religioso, têm de certa maneira contribuído para o alargamento da visão tradicional acerca da homossexualidade. Acreditamos que só é possível dialogar com “fundamentalista na medida” que se utiliza de argumentos religiosos “sérios” ou “bem fundamentados”, mesmo fora das igrejas.

Não foram encontrados estudos sobre a porcentagem exata de mulheres homossexuais que participam das igrejas inclusivas, muito menos das idosas, resultado da ausência da reflexão sobre as lésbicas no geral, nas igrejas inclusivas, refletindo, ainda, a falta de interesse em estudos e pesquisas na temática do público LGBTQIAP+ idoso. A realidade é que ainda hoje pouco falamos da ou pensamos acerca da sexualidade e orientação sexual de pessoas idosas, essencialmente, as LGBTQIAP+. O que prejudica visceralmente a visibilidade das questões de saúde, acessibilidade, convivência e as diversas expressões da questão social que essas pessoas enfrentam ao envelhecer.

¹⁶ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2019/04/120329_igrejas_tolerancia_gays_lgb

Pesquisas internacionais sinalizam que existe uma desigualdade de acesso aos serviços de saúde por parte de pessoas idosas LGTBQIAP+. O geriatra e professor Milton Crenitte, coordenador do ambulatório de sexualidade de Hospital das Clínicas de São Paulo, foi pioneiro em apresentar dados que revelam a iniquidade sofrida por mulheres lésbicas idosas em exames preventivos. O fator principal para isso, refere o médico se trata do desconhecimento dos profissionais em relação às questões inerentes a sexualidade e gênero, portanto, colocando essas mulheres em maior vulnerabilidade e exposição a doenças, o câncer de colo de útero é um exemplo delas¹⁷.

Uma outra questão que também demonstra esse despreparo é o etarismo ou idadismo, que difunde a ideia na sociedade de que a velhice se encontra atrelada a assexualidade, portanto, distantes de temas relacionados a práticas sexuais. Até quando se consegue ultrapassar essa visão, o resultado, quase sempre é a elaboração de uma estratégia de prevenção estereotipada, que dissemina o medo de doenças, e um reforço conservador sobre as relações sexuais, longe da realidade da maioria das pessoas LGTBQIAP+.

É possível identificar então que, tratar da sexualidade idosa apresenta-se como um obstáculo, mas, tratar da sexualidade idosa homoafetiva se torna ainda mais difícil. A construção social da homossexualidade como algo impróprio, desviante ou até mesmo patológico, como já fora considerada em manuais diagnósticos ultrapassados, é um entrave na aceitação das diversas formas das atuais diversidades sexuais. Alguns dos discursos que corroboram a continuação da formação de pensamentos incoerentes e da visão negativa-opositora à homoafetividade são intrinsecamente ligados às alocações religiosas e interpretações bíblicas.

É necessário ater-se ao fato de que as velhices não devem ser tratadas como algo simplesmente homogêneo. É inegável que os declínios físicos, psíquicos e sociais estão presentes nessa etapa do ciclo vital; no entanto, fazer disso uma regra geral resulta em novas perdas. Os estudos sobre a velhice das lésbicas são ainda muito tímidos, mesmo nos dias atuais, portanto apreender as questões associadas ao envelhecimento desse grupo é um desafio, pois, mesmo que a abertura a esse público tenha se alongado, o preconceito que beira a ignorância ainda se faz presente.

¹⁷ <https://miltonjung.com.br/2023/07/24/minha-conversa-com-dora-a-historia-inspiradora-de-uma-mulher-idosa-lesbica-que-quebrou-barreiras/>

Meloni (2022), refere que um dado bastante importante apontado pelos estudos referindo-se à mulher lésbica mais velha é que grande parte delas já foi casada com homens em algum ponto de suas vidas. As razões para tanto são distintas: algumas mulheres demoraram a se descobrir e ter a primeira relação com outra mulher, outras engataram em um relacionamento heterossexual por motivações familiares, por benefícios de saúde, por “fachada”, para constituir família, entre outras razões. O que há de comum entre os diversos motivos é que a época em que se casaram não era tão permissiva como hoje e pressões da sociedade, como a ideia da mulher que deve se casar cedo e constituir família, acabavam ganhando mais peso. Isso indica que muitas mulheres viveram parte de sua vida em segredo, tendo a segurança de um relacionamento com “privilégios heterossexuais”, mas vivenciando situações de descontentamento com a relação, além de relatos de que os casamentos heterossexuais anteriores já tinham acabado muito antes do seu término oficial. Em contrapartida, as lésbicas que nunca se casaram com homens anteriormente tendem a ter se “descoberto” e começado a se relacionar com outras mulheres mais cedo.

A autora, ainda, nos diz que o baixo nível de apoio familiar aparece como uma das principais razões para a solidão de pessoas LGBTQIAP+ na velhice, acompanhada do fato de que para esse nicho o casamento homossexual também é uma realidade por vezes mais distante, e que somado à falta de apoio familiar contribui para que mulheres lésbicas mais velhas se sintam mais sozinhas em comparação com mulheres heterossexuais. Ainda, a relação familiar pode impactar até nas condições de moradia, considerando casos em que a pessoa idosa necessita de cuidados intensivos e casas de abrigo ou repouso que nem sempre são acolhedoras, especialmente para idosos homossexuais. Nessas situações, existindo circunstâncias em que a família pode ou não aceitar a orientação sexual da mulher assim como sua parceira, a situação se torna ainda mais delicada por envolver a necessidade do cuidado de terceiros.

Ao tratar da sexualidade na idade avançada se percebe que o tema sexo não sofreu apagamentos ou deixou de vir à tona com frequência, pelo contrário, as mulheres falam sobre isso e de maneira positiva. É certo que o advento da idade gera impactos na atividade sexual, tendo em conta que o ato é limitado por mudanças corporais e desafios desencadeados pela própria idade avançada, como no caso de problemas relacionados à dor, diminuição da libido, diminuição na frequência e mudanças nas formas de praticar o sexo, porém, apesar do declínio relatado, existe uma satisfação de lésbicas mais velhas com suas vidas sexuais e o processo de envelhecimento vivido.

Mulheres lésbicas mais velhas muito provavelmente não cresceram em um lar ou ambiente que fosse aberto e acolhedor em relação à sua orientação sexual e, muitas vezes, esse contexto de crescimento era até adverso e opressivo, sem orientações culturais em relação a ser lésbica. Dessa forma, frente a uma desconfiança para com o ambiente, grupos de apoio social ou espaços de reconhecimento surgem como alternativa importante de segurança e meio para criação de laços, onde mulheres em situações semelhantes conectam-se entre si. Assim, lésbicas mais velhas relatam ter envolvimento mais profundos em suas amizades, sendo este um aspecto essencial a ser considerado na vida de adultos mais velhos e idosos LGBTQIAP+.

2.3 Resistência e inserção cotidiana: lésbicas em busca de espaço político e reconhecimento social.

Mott (1987) nos diz que quando a Inquisição mandou ao Brasil os seus visitantes, ainda, no primeiro século da nossa história, uma dezena de mulheres na Bahia e em Pernambuco foram denunciadas e castigadas por terem praticado sexo com outras mulheres o “abominável” pecado da sodomia. Filipa de Souza foi açoitada, humilhada em praça pública e expulsa da capitania da Bahia por seu envolvimento amoroso e sexual com outras mulheres. Cassandra Rios, aos dezesseis anos, escreve e publica “Volúpia do Pecado”, sofreu ameaças, foi detida e perseguida, já no século XX. Casos como os de Filipa e Cassandra denunciam os 500 anos de invisibilidade e silenciamento que perpassam a construção da subjetividade e identidade das lésbicas brasileiras.

Para Londero (2015), mais que o conteúdo erótico e homossexual, foi a combinação de duas características perigosas aos olhos dos militares que transformaram Cassandra em uma escritora “maldita” segundo eles: a sua popularidade e sua sexualidade – a escritora era assumidamente lésbica. A autora sabia se comunicar com as camadas populares. Apesar da perseguição absurda ela vendeu, em 1970, 1 milhão de exemplares, superando autores como: Clarice Lispector; Jorge Amado e Érico Veríssimo.

Ainda que fosse um sucesso de vendas, entre os anos de 1950 e 1980, e de popularidade, Cassandra foi perseguida e tirada de circulação com tanta ferocidade pelos militares que até hoje é difícil encontrar seus mais de 50 livros em sebos e livrarias. A romancista que foi a única escritora de sua época a viver exclusivamente da venda de seus livros no Brasil, foi praticamente retirada da história da literatura de seu país, por ser lésbica.

Existe, na literatura acerca da homossexualidade do país, em geral, pouco material produzido. Sendo o amor entre pessoas do mesmo sexo considerado milenarmente como um pecado abominável, na qual o seu ato pode despertar a ira divina que castigará a terra com

terremotos, epidemias e inundações. Se a documentação sobre a homossexualidade masculina é escassa, as informações acerca do amor entre mulheres são, ainda, demasiadamente, menos numerosas, fragmentárias e, muitas vezes, quase inexistentes, como é o caso das lésbicas idosas brasileiras.

Foi à antropologia a pioneira na transformação das experiências homossexuais em reflexão acadêmica, forjando, então, uma tentativa de ruptura com a produção médica e jurídica moralistas no período que antecedeu a década de 1970. Veras e Pedro (2014), nos diz que os antropólogos Peter Fry, da Universidade de Campinas (UNICAMP), que na década de 1970 iniciou um debate sobre gênero e homossexualidade a partir de pesquisas sobre o comportamento entre homens da cidade de Belém (PA), e Luiz Mott (2008), da Universidade Federal da Bahia (UFB), fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB), são conhecidos como pioneiros nessa área de pesquisa no Brasil. Essas pesquisas, produzidas pelos próprios sujeitos que assumiam publicamente uma identidade homossexual, surgem como efeito e, ainda, como elementos integrantes das mudanças políticas e sociais que marcam o Brasil nas décadas de 1970 e 1980.

A palavra lésbica, nos dicionários, possui vários significados e derivados. Entretanto, sua origem provém da ilha grega de Lesbos, no mar Egeu, por isso, lésbica, lésbia, lesbiana que significa tanto a pessoa natural desta ilha como a língua falada, pode ser também nome de mulher. Lésbica enquanto sinônimo homossexual feminina só aparece na literatura francesa por volta de 1842, e na inglesa em 1870, de acordo com Mott (1987). O autor refere também, que no Brasil ao menos desde a década de 1894 o criminalista Viveiro de Castro introduziu o termo lésbia como sinônimo de “invertida sexual”, passando a partir daí a ter tal significado. Mott, ainda, nos diz que o movimento lésbico tem uma vocação profética fundamental no questionamento e superação da dominação machista, tendo potencial alavancador à instauração de uma nova ordem social.

A história das lésbicas no Brasil, assim como a história das pessoas LGBTQIA+ em geral, é marcada por desafios e avanços ao longo do tempo. Embora a visibilidade e os direitos das lésbicas tenham sido frequentemente subjugados e negligenciados, houveram avanços significativos nas últimas décadas. Vale ressaltar que a pesquisa e a documentação precisas sobre a história das lésbicas no Brasil são limitadas devido à invisibilidade histórica e à estigmatização enfrentada por essa comunidade.

Destacamos a seguir alguns marcos e processos notáveis na história das lésbicas no Brasil. Durante a época colonial e imperial, a sexualidade era rigidamente controlada pela igreja e pelo

estado. A homossexualidade, incluindo relações entre mulheres, era considerada ilegal e altamente reprimida. Nas décadas de 1970 e 1980: O movimento LGBTQIAP+ no Brasil começou a ganhar força. Grupos e ativistas começaram a lutar por direitos e visibilidade, incluindo os direitos das lésbicas. Organizações como o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF)¹⁸ surgiram para promover a visibilidade e a igualdade para as lésbicas. Na década de 1990 ocorreu o processo de desenvolvimento da nova Constituição Brasileira de 1988, houve avanços na luta pelos direitos LGBTQIAP+ e um aumento na visibilidade das lésbicas. O primeiro beijo lésbico em uma

¹⁸ De acordo com CAMPOS (2014), a história do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) começa a se delinear em fevereiro de 1979, quando mulheres lésbicas também passaram a participar das reuniões do Grupo SOMOS, coletivo militante homossexual pioneiro da cidade de São Paulo. Dois meses depois, em abril, os editores do jornal carioca “Lampião da Esquina” fizeram um convite para que as mulheres do SOMOS produzissem um artigo sobre homossexualidade feminina, matéria que foi publicada na edição de maio daquele ano sob o título “Nós também estamos aí”. Logo após esse evento, algumas integrantes do grupo que se reuniu para a elaboração do texto decidiram formar um subgrupo exclusivamente de mulheres dentro do SOMOS, oficializando-o como subgrupo Lésbico-Feminista em junho de 1979. As razões para essa decisão estariam na necessidade de se dar continuidade às discussões especificamente lésbicas, episódios de machismo vivenciados nos subgrupos mistos do SOMOS e o fato de o grupo não tomar posição quanto a dupla discriminação sofrida pelas lésbicas, como mulheres e homossexuais. A partir de então, o subgrupo Lésbico-Feminista passou a desenvolver uma série de atividades autônomas, aproximando-se também do movimento feminista: elaborou um roteiro lésbico da cidade de São Paulo a partir de entrevistas sobre locais abertos às mulheres homossexuais; participou da II Semana Feminista de Campinas realizada em outubro de 1979; integrou as reuniões de organização do II Congresso da Mulher Paulista, realizado nos dias 8 e 9 de março de 1980 no Teatro da PUC-SP, onde pôde enriquecer as discussões sobre a sexualidade feminina; participou do I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados (I EBHO) e do I Encontro Brasileiro de Homossexuais, realizados nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1980, onde levantou a questão do machismo gay e da importância da formação de coletivos compostos exclusivamente por mulheres. Contudo, o acirramento das divergências com os demais integrantes do SOMOS levaram a grande maioria das mulheres do subgrupo a declarar sua autonomia em 17 de maio de 1980, dando início ao Grupo Lésbico-Feminista (LF). Por essa época, o coletivo participou das manifestações em repúdio à violência policial empreendida contra homossexuais e prostitutas no centro de São Paulo; do I Encontro dos Grupos Feministas de São Paulo (mais conhecido como encontro de Valinhos), realizado nos dias 21 e 22 de junho de 1980; e dividia uma sede localizada no bairro Vila Madalena com o grupo feminista Brasil-Mulher. Em outubro de 1980, o Grupo Lésbico-Feminista sofre um racha devido a uma série de conflitos internos, o que resulta na saída de algumas militantes. Entre as dissidentes, uma parte criaria o grupo Terra Maria – Opção Lésbica (de curta duração) e outras passariam a atuar em organizações feministas como o SOS Mulher. Mesmo reduzido e abalado por conta dessas saídas, o grupo conseguiu persistir, com altos e baixos, até meados do ano seguinte. Nos dias 8 e 9 de março de 1981, participou do III Congresso da Mulher Paulista, onde realizou o lançamento do jornal “Chanacomchana”. Em 25 e 26 de abril, participou do I Encontro Paulista de Grupos Homossexuais Organizados, realizado na Faculdade de Ciências Sociais da USP. Seguiu ainda com algumas atividades de menor relevância até julho de 1981, quando suas militantes se dispersaram. Em 17 de outubro de 1981, as remanescentes do LF Míriam Martinho e Rosely Roth (1959-1990) decidiram então fundar o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) com novas colaboradoras. O grupo retoma a publicação do periódico “Chanacomchana” em dezembro de 1982, desta vez em formato de boletim. Dividiram uma sede por três anos com o Grupo Outra Coisa – Ação Homossexualista. Em 1984, tentaram dividir um espaço com o Centro de Informação Mulher (CIM), o que acabou não funcionando. A partir de 1985, o GALF passou a reunir-se na casa de uma de suas integrantes e assim permaneceu até o seu final em 1990. Junto dos demais grupos do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), participou da campanha vitoriosa pela desclassificação da homossexualidade como transtorno e desvio sexual, adotada pelo INAMPS. Em 1990, em um novo ciclo de ativismo, integrantes do já extinto GALF (Luíza Granado e Míriam Martinho) fundaram a Rede de Informação Um Outro Olhar, que foca seu trabalho na coleta e veiculação de informações sobre lesbianidade, homossexualidade e feminismo como instrumentos de conscientização lésbica e de conquista de cidadania.

telenovela brasileira, entre as personagens Capitu e Marcela, em "Laços de Família," em 2000, gerou debates e contribuiu para a discussão sobre a representação lésbica na mídia.

A partir do início dos anos 2000, o Brasil começou a aprovar leis em apoio aos direitos homossexuais. Em 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor do reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Em 2019, o Brasil viu a primeira união civil entre duas mulheres em um cartório, um marco importante na luta pela igualdade. A militância lésbica continua a ser uma parte vital do movimento LGBTQIAP+ no Brasil. Organizações, paradas do orgulho LGBTQIAP+ e eventos culturais dedicados às lésbicas desempenham um papel importante na promoção da visibilidade e da igualdade. No entanto, é importante observar que as lésbicas no Brasil ainda enfrentam desafios, como a discriminação, a violência e a falta de visibilidade. A luta pela igualdade de direitos e a aceitação social continua, e a história das lésbicas no Brasil é uma parte essencial da história mais ampla da luta pelos direitos LGBTQIAP+.

As lésbicas, assim como outros grupos da comunidade, têm buscado ativamente espaço político e reconhecimento social em todo o mundo, inclusive no Brasil. Tem crescido o número de lésbicas, atualmente, envolvidas na política, seja como candidatas a cargos públicos, militantes ou defensoras dos direitos LGBTQIAP+. A representação política é fundamental para promover leis e políticas que protejam os direitos e a igualdade dessas mulheres. A organização das mulheres lésbicas desempenha um papel crucial na luta pelo direito de serem reconhecidas socialmente.

Outra ferramenta encontrada na luta dessas mulheres por visibilidade, reconhecimento e respeito concerne na educação, por se tratar de uma ferramenta poderosa na busca por seus direitos. Muitas lésbicas e aliados tentam contribuir na educação da população sobre questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, ajudando a combater mitos e estereótipos prejudiciais. Grupos de apoio e redes de lésbicas oferecem espaço para compartilhar experiências, buscar orientação e apoio emocional. Essas redes desempenham um papel fundamental no fortalecimento da comunidade lésbica e na promoção do reconhecimento social. A cultura e a mídia também realizam um papel importante na representação e visibilidade das lésbicas. Apesar de bastante tímida, a produção de filmes, programas de TV, literatura e arte que abordam histórias e personagens lésbicas ajuda a normalizar a diversidade sexual e tem crescido na contemporaneidade.

A luta por dispositivos legais é um componente central do movimento. Isso inclui a busca por legislações que garantam a igualdade de direitos para casais do mesmo sexo, bem como a

proteção contra a discriminação com base na orientação sexual. As paradas do orgulho LGBTQIAP+ e outros eventos culturais são oportunidades para as lésbicas se unirem, celebrarem sua identidade e reivindicarem espaço público. Esses eventos, por mais complexos que sejam servem como plataforma para chamar a atenção para questões importantes em relação às diversidades sexuais.

Percebemos que as lésbicas, muitas vezes, estabelecem alianças com outros grupos e movimentos sociais, como exemplo: o movimento feminista, o movimento negro e outros grupos marginalizados. A solidariedade entre diferentes comunidades pode promover uma sociedade mais justa, menos preconceituosa.

Lésbicas idosas têm participado cada vez mais desses eventos ao longo dos anos. Muitas delas são pioneiras no movimento LGBTQIAP+ e têm histórias importantes para compartilhar sobre a luta por direitos e visibilidade ao longo de suas vidas. A presença de lésbicas idosas nas paradas ajuda a mostrar que a diversidade da comunidade abrange todas as gerações. Além disso, a participação de lésbicas idosas nas paradas do orgulho também destaca a importância de se reconhecer as contribuições e a história de militantes mais velhas que desempenharam um papel fundamental na luta pelos direitos homossexuais no passado. No entanto, é importante notar que, embora as paradas do orgulho seja um evento inclusivo e celebratório, algumas lésbicas idosas podem enfrentar desafios relacionados à mobilidade e ao acesso a ela. Portanto, é fundamental pensar na garantia de eventos que sejam acessíveis a todas as faixas etárias, garantindo que lésbicas idosas possam participar de maneira ativa e segura.

A ausência de material científico abordando especificamente as experiências das lésbicas idosas no Brasil reflete um desafio histórico bem comum no campo da pesquisa acadêmica: à diversidade sexual e de gênero, especialmente quando se trata de grupos invisibilizados, como as lésbicas idosas, podem ser negligenciadas ou sub-representadas na literatura científica. No entanto, com o fenômeno do envelhecimento no mundo e no Brasil, é preciso que ocorra esforços crescentes para preencher essa lacuna e aumentar a visibilidade e a compreensão das experiências das lésbicas idosas no Brasil e em outros lugares. Pesquisadores, militantes e organizações estão começando a focar mais ativamente nessas questões, reconhecendo a importância de abordar as necessidades e os desafios específicos enfrentados por esse grupo.

Foi possível identificar nos estudos à elaboração deste trabalho que para que ocorra maior visibilidade e representação das lésbicas idosas na sociedade brasileira é preciso unir esforços na

tentativa de fomentar a pesquisa e a conscientização sobre a relevância da temática no país. Do nosso ponto de vista algumas medidas podem ser tomadas, a saber:

- (01) Financiamento de Pesquisa: Instituições de pesquisa e financiadores podem direcionar recursos para projetos de pesquisa que explorem as experiências das lésbicas idosas, bem como questões de envelhecimento e diversidade sexual.
- (02) Inclusão nas Agendas de Pesquisa: É importante que as universidades e instituições de pesquisa incluam as lésbicas idosas nas agendas de pesquisa e nos currículos acadêmicos. Isso pode envolver a criação de cursos e programas de estudos de gênero e diversidade sexual.
- (03) Participação: Envolver as lésbicas idosas no processo de pesquisa é fundamental. Isso pode ser feito por meio de grupos de foco, consultas públicas e colaboração direta com a comunidade.
- (04) Publicação e Divulgação: Os resultados das pesquisas devem ser publicados e divulgados para criar conscientização e promover a discussão sobre as lésbicas idosas. Isso pode envolver artigos acadêmicos, relatórios, eventos acadêmicos e divulgação em mídias diversas. Na medida em que a conscientização sobre visibilidade e representação das lésbicas idosas cresce, é mais provável que haja um aumento na pesquisa e na discussão acadêmica sobre esse tópico importante.

Capítulo 3: Impressões e considerações.

3.1 Impressões da pesquisa e considerações.

A síntese do que nos tornamos é constituída por diversos acontecimentos e pessoas. E entre o que somos e o que fazemos há uma unidade contraditória, permeada de conflitos e diferenças, afinal nossos projetos se materializam, de forma qualitativamente diversa, às vezes superior e às vezes nem tanto, àquilo que foi idealizado. Ser e fazer, portanto, é sempre unidade na diferença. Ao concluir esse trabalho percebo e apreendo isso, na medida em que recorro dos mais inocentes acontecimentos aos desafios teórico-políticos que, em alguma medida, me provocaram a curiosidade e a vontade de estudar o tema objeto desta investigação. Investigar é tarefa para muito tempo, cientificamente falando, então, é para uma vida inteira. Elaborar uma tese é apenas um fragmento deste processo, tarefa de tempo limitado, por isso sua natureza de incompletude e de aproximação é abertamente permeável às lacunas. É preciso dizer muito do que foi lido; do que foi apreendido com os sujeitos e com as fontes da pesquisa; do que foi escutado em sala de aula a partir

dos ensinamentos docentes; do que foi debatido entre os colegas; do que foi observado em congressos, seminários, oficinas e grupos de estudo. É preciso compreender as indicações valiosas de quem nos orienta, ora assimilando tudo com voraz fome de apreensão, ora filtrando diferenças teóricas e pontos de vista.

Santos (2005) diz que “investigar pressupõe não temer o objeto investigado. Ele se apresenta de variadas formas: diluído no caos; multifacetado na singularidade e carente de conexão com a totalidade social. É nesse processo rico de mediações entre universalidade, particularidade e singularidade que o objeto dimensiona seu lugar na vida social”. (SANTOS, 2005, p. 307).

Sobre a subjetividade das lésbicas apreendemos que sua consolidação mudou substancialmente na trajetória histórica das últimas quatro décadas. As mudanças efetivadas apontam para várias possibilidades de análise e carregam contradições internas que apenas poderão ser equacionadas no decurso da luta de classes. A construção da subjetividade das lésbicas idosas é tomada como ponto de inflexão e explicação a partir das sociedades pré capitalistas, as quais suprimiram a liberdade dos homens e mulheres e não concretizaram o respeito às diferenças substantivas dessas mulheres. Santos (2005) refere que a perda crescente nos processos de transformação social; ações voluntaristas se lançam na tentativa de superar a realidade de exploração e opressão, o que aniquila a possibilidade de construir uma sociedade mais livre e igual, na qual os indivíduos possam vivenciar a sua sexualidade sem cerceamento.

Identificamos na resistência das lésbicas a luta pela construção de outras possibilidades de existência, aquela possível de se experimentar a sexualidade sem conservadorismo e apelo a moralidade cristã, confrontando a globalização neoliberal, pautando a justiça e a igualdade entre os sexos, na qual a valorização da diversidade seja cultivada no sentido da conquista da liberdade e da equidade no plano das relações sociais e nos espaços cotidianos, destinados às relações de afetividade e sexualidade.

No debate teórico-político sobre as maneiras de enfrentamento do etarismo e da LGBTfobia, a questão da igualdade de oportunidade, de como garantir que essas pessoas sejam consideradas iguais a partir de suas diferenças apreendemos que nesta perspectiva as lutas se orientam na busca por mecanismos que façam com que homossexuais e heterossexuais sejam considerados iguais do ponto de vista legal. Dessa forma, toda a problemática é voltada para o caráter subjetivo: esses segmentos precisam lutar para a obtenção de igualdade de oportunidade para que sejam vistos ou considerados como iguais. A questão de perceber quais as condições para

que essa igualdade se estabeleça na vida concreta dos indivíduos acontece de maneira periférica nos debates da contemporaneidade.

As lutas já não mais se orientam para a contestação e crítica à sociabilidade capitalista, mas a procura de espaços para resistências locais e particulares e para a afirmação da identidade de grupos específicos: No exato momento em que se necessita urgentemente de uma compreensão crítica do sistema capitalista, os movimentos de lutas das pessoas LGBTQIAP+, em vez de desenvolver, enriquecer e refinar os instrumentos conceituais necessários dão amplos sinais de que pretendem abandoná-los, abraçando os princípios da fragmentação e da fixação na singularidade, disseminando uma verdadeira hostilidade a qualquer noção de totalidade, sistema, estrutura, processo e grandes narrativas.

A elaboração de uma nova hegemonia passa, certamente, pela estruturação de um novo patamar de sociabilidade que aglutine tanto as lutas contra a desigualdade social, como aquelas que se estruturam em torno da diversidade e da diferença. Não se trata de contrapor à luta de classe às determinações no campo da política da identidade. Nesse quadro o que importa é o reconhecimento dos limites da sociabilidade do capital para acolher e resolver os problemas advindos das diferenças dos sujeitos, em sua individualidade e das manifestações da diversidade seja nas relações sociais de gênero, seja na questão racial, na orientação sexual e na identidade de gênero. (SANTOS, 2005, p. 310).

Do nosso ponto de vista, não se trata mais de garantir a igualdade de oportunidades para determinados segmentos, mas de um projeto inovador que reivindique os elementos necessários à liberdade e à igualdade substantiva dos indivíduos, levando em consideração, também, as questões no campo da diversidade. Santos (2005) revela que não tem sido fácil o trânsito entre a vivência da homossexualidade e a formação do sujeito político. As particularidades da sociabilidade do capital exercem aqui papel decisivo. Considerando que o sistema vigente tem como força motriz a subordinação da vida social, incluindo os valores e as individualidades, aos ditames da acumulação e às exigências do lucro, uma de suas características se trata da indiferença às identidades dos indivíduos que estão subjugados ao sistema de exploração. A extração da mais valia precisa acontecer entre as pessoas que são formalmente livres e iguais, sendo secundário para o capitalismo às identidades específicas as quais se vinculam. Sob esse aspecto, poderíamos pensar, então, que a liberdade de orientação sexual é compatível com o sistema vigente porque este se coloca indiferente a tal questão. A situação é mais complexa que isto, pois o fato de o capital funcionar direcionado à acumulação e não para o reconhecimento de identidades, não faz dele um projeto societário aberto a essas questões. Nada escapa a sede voraz do sistema e, neste sentido, o capitalismo age de modo

flexível, ora absorvendo reivindicações dos sujeitos oprimidos, ora descartando-as. Tudo depende da sua capacidade de aproveitar em benefício próprio as formas de opressão.

A história tem mostrado até aqui que embora não tenha sido determinada pela sociabilidade do capital, a liberdade de orientação sexual é imediatamente diluída e absorvida na perspectiva do mercado. Apesar de algumas conquistas e mesmo nos países que já avançaram bastante no reconhecimento dos direitos de LGBT, podemos afirmar que permanece aberta a chave de reprodução dos preconceitos contra a homossexualidade porque a sociabilidade do capital incorpora diferenças de modo mercantil em explícita oposição à cultura política de valorização da diversidade e hostil à realização da igualdade e da liberdade substantivas. (SANTOS, 2005, p. 311).

Das lésbicas com as quais entramos em contato para a realização deste trabalho, tentamos observar suas vozes, ações, bem como as inquietações em relação as denúncias acerca de suas condições de vida marcadas por opressões, discriminações, invisibilidades e preconceitos. Com elas apreendemos o valor de suas manifestações; o sentido de suas reivindicações; o apelo político presentes nas suas documentações que, ainda se encontra longe de ser efetivamente catalogada, é reveladora de uma longa caminhada de luta, de inúmeras derrotas e várias tentativas corajosas de recomeço. A maiorias das lésbicas idosas que contribuíram para a realização deste trabalho estão organizadas em algum movimento ou instituição de defesa de seus direitos, entretanto, algumas não se encontram organizadas em movimentos sociais ou grupos, com elas foi possível compreender que fala restrita e silêncio é a maneira predominante de vivenciarem a homossexualidade. Podemos concluir de modo assertivo que os indivíduos e a comunidade LGBTQIAP+ expressam resistência e alienação em seus processos de constituição de lutas.

A desigualdade social representa o solo matrizador, produto da sociabilidade do capital, enquanto a diversidade é dimensão constituinte da individualidade humana. É, portanto, na relação dialética e contraditória entre sociabilidade e individualidade que foi possível situar e apreender os dilemas; os conflitos; as inquietações; as formas identitárias e o conteúdo opressivo presentes na vida dos indivíduos LGBT. A orientação sexual apreendida na relação sociabilidade-individualidade revelou-se como fonte de identidade, de diversidade e de opressão. No campo afetivo-sexual, os indivíduos buscam a realização dos seus sentimentos, desejos e vontades, mas se enganam se pensam que são completamente autônomos e livres. Até nesse âmbito, tão representativo da individualidade, que é a vivência amorosa, não escapa às determinações da sociabilidade do capital. Foi, portanto, uma opção e referência teórico-metodológica não enclausurar a questão da diversidade em si mesma, como se as formas de opressão e de identidade fossem autoexplicativas. (SANTOS, 2005, p. 312).

Identificamos, também, que as representações sociais em torno das lésbicas idosas brasileiras ainda possuem elementos baseados em uma visão negativa e estereotipada. Entretanto, foi possível perceber que existem representações mais acolhedoras, possivelmente fruto das diversas transformações científicas, sociais, políticas e culturais ocorridas nos últimos anos. É

perceptível a quantidade relativamente baixa de estudos no contexto brasileiro, acerca do envelhecimento das pessoas LGBTQIAP+, sobretudo das lésbicas.

A velhice, ainda nos dias de hoje, apresenta-se como uma carga negativa. Atreiam-se essa fase atributos degenerativos e incapacitantes, podendo interferir, inclusive, na forma como os próprios idosos se enxergam. É importante destacar que cada fase do ciclo de vida encontra alguns elementos, tanto nos aspectos físicos, como no campo social, logo, o envelhecimento não é exceção. Contudo, as mudanças que acontecem na infância, por exemplo, não são visualizadas com tanta repulsa como as transformações ocorridas na velhice. O mito em torno dela e seus processos acabam por difundir uma visão estereotipada dos idosos. A fragilização e a ausência de produtividade são predominantes na construção do olhar para com os indivíduos que envelhecem, contribuindo diretamente com a discriminação e para a tomada desse ciclo de vida com sinônimos retrógrados e pessimistas. Lembremos que, o processo de socialização está intrinsecamente ligado as relações sociais produzidas num determinado momento histórico, tendo como base o modo de produção daquela sociedade. Isso significa que a construção da individualidade dos sujeitos é algo, também, externa a eles, mas que influenciam diretamente na forma como as pessoas vão enfrentar o mundo e os acontecimentos da vida.

Já sabemos que o corpo da mulher jovem é alvo de objetificação, centro da sensualidade e sexualidade. Quando esse mesmo corpo é atingido pela idade inevitável, essas definições são substituídas por não-atraentes, inativos e, muitas vezes, considerados alvos de zombaria (BEAUVOIR, 1990). Com o processo de envelhecimento e suas adaptações, os indivíduos encaram dificuldades para preservar a identidade pessoal, sobretudo, sobre sua sexualidade, que a sociedade atentamente vigia e apara, quando necessário. Dessa forma, é visível que velhice e sexualidade são temas tabus, ainda mais se são apresentados juntos, o que reflete pensamentos do senso comum: Mulheres idosas não têm vidas sexuais ativas, influenciando diretamente sobre o modo de viver e exploração da sua própria sexualidade.

Esse tema acaba por ser ainda mais obscuro quando se fala da homoafetividade nas mulheres idosas: O conceito de repulso passa a ser invisível onde, lésbicas idosas não existem na sociedade. Por isso, o “sair do armário”, no caso das mulheres idosas e lésbica, acaba sendo duas vezes mais significativo: Uma por apresentar sexualidade na velhice e outra por sua orientação sexual de fato. Pode-se ressaltar, também, que a mulher idosa, muitas vezes, foi educada de forma muito diferente sobre a sua sexualidade, de maneira rígida, onde o ato sexual e erotismo eram tabus

dos quais não se podiam questionar, que haviam apenas um propósito: Procriação, sem necessidade de se obter prazer. Do mesmo modo ocorre com a homossexualidade, vista, por vezes, como algo errado e, pregado como pecado, principalmente para aquelas que cresceram em uma doutrina católica. Portanto, idosas lésbica, por vezes, crescerem sem a exploração da sua própria sexualidade, sendo atravessadas por preconceitos indiscutíveis no passado, e, pensamentos esses que ainda pode-se visualizar na sociedade atual. Destarte, as idosas lésbicas acabam sendo atravessadas em diversos tipos de preconceitos por se apresentarem e explorarem sua sexualidade de forma livre, impactando diretamente em seu próprio projeto de subjetivação, sendo, quase sempre, invalidadas ou consideradas erradas em sua vivência.

O processo de envelhecimento é diretamente afetado pelos paradigmas do senso comum, principalmente com conotações negativas. A identidade pessoal é construída a partir das relações sociais que, quando vista negativamente, o sujeito que pertence a tal grupo poderá visualizar a si mesmo de modo negativo. Ou seja, no caso do idoso, o processo de envelhecimento e seus aspectos é influenciado diretamente de acordo com o meio que está inserido, em especial se visualizado como “ruínas do ser humano”. Dentre os estigmas para a pessoa idosa que os afetam diretamente seria sua relação com a sexualidade. Suas funções biológicas sexuais são enfraquecidas pelo envelhecimento, onde considera-se que não há mais desejo sexual algum e conclui-se que são assexuados. Portanto, ainda hoje, a ideia de cenas sexuais entre idosos é considerada um escândalo, algo não natural (BEAUVOIR, 1990).

Do nosso ponto de vista, o que de fato ocorre com a relação entre envelhecimento e sexualidade é uma readequação do corpo, baseado nas alterações que se apresentam com a passagem do tempo. Ou seja, a sexualidade continua presente independente da faixa etária, e acompanha o indivíduo até sua morte. Além disso, a sexualidade é um fator importante para o bem-estar e qualidade de vida do sujeito, não considerando apenas o ato sexual ou sua genitália, mas sim, sua relação com o mundo exterior e consigo mesmo. Para Simone de Beauvoir (1990, p. 357) a sexualidade:

É uma intencionalidade vivida pelo corpo, visando a outros corpos, e que abraça o movimento geral da existência. Ela se insere no mundo, ao qual confere uma dimensão erótica. Interrogar-se sobre a sexualidade dos velhos é perguntar-se como fica a relação do homem consigo mesmo, com os outros, com o mundo, quando desapareceu na organização sexual o primado da genitalidade.

Apesar da importância da sexualidade, ainda segundo a autora, a pessoa idosa, na maioria das vezes, se comporta de acordo com que lhe é esperado, em cima dos padrões e estigmas, como

o da própria castidade, e nega seus próprios desejos, se tornando escrava “do que vão dizer”, uma vez que teme o escândalo e o ridículo, pois esses desejos fazem com que a visualizem como uma “velha devassa”, ou seja, o tabu sobre a relação entre envelhecimento e sexualidade impactam diretamente em como esses indivíduos exploram suas vontades e necessidades. Os tabus acima do envelhecimento, influenciam na individualidade dos seres, afetando a forma de expressar e explorar sua sexualidade. Quando falamos da mulher idosa esses estigmas se tornam ainda mais pesados. Desta forma, se faz necessário entender a sexualidade da mulher idosa, compreendendo seus processos de subjetivação e como esses influenciam em sua maneira de ser no mundo.

A homossexualidade feminina traz consigo estigmas por si próprio, pois foge do binarismo (homem x mulher) que a sociedade posiciona como correto. Existe uma repulsa sociocultural sobre a mulher lésbica, que tenta desqualificar esse grupo como uma “não mulher”. Principalmente em décadas anteriores, o discurso sobre a homossexualidade feminina se localizava como uma disfunção, um problema a ser curado, pois entendia-se que a heterossexualidade era o natural a ser seguido. Assim, o discurso médico buscava justificar a atração entre duas mulheres como algo patológico, uma disfunção hormonal, uma “fase”, ou uma falha genética, pois, sua relação não era pautada na reprodução, o que considerava que a impossibilidade de ter filhos fosse negativo, improvável e não natural, visto a ideia de que todas as mulheres precisam e querem ter filhos, como o objetivo de vida sendo sempre voltado ao familiar.

Dessa forma, a idosa lésbica além de fugir do que se é esperado para a velhice que tem a imagem fortemente ligada a ideia de vó, cuidadora e, principalmente, assexuada, foge do que é esperado, também, de uma mulher. Sua existência é uma forte resistência a esse padrão, expressando sua sexualidade independente da sua idade, e, conseqüente, a sociedade que passa a excluir, desvia dos papéis sociais que eram impostos, e passa a ser vista como “indigna”, ou anormal.

Apesar dos estigmas sociais presentes, dentro da comunidade LGBTQIAP+, as idosas lésbicas também podem apresentar dificuldades em se relacionar. Agostini (2020) discorre sobre o que chamam de “homonormatividade”, isto é, um padrão que o grupo apresenta, do qual o envelhecimento não cabe, passando por um duplo preconceito. Segundo a autora, a homonormatividade gera uma hierarquização e exclusão daqueles que não se encaixam, determinando estilos de vida e comportamentos a partir das “elites gays”. “Em sua juventude não era legítimo por ser homossexual, e, hoje, por ser velho e homossexual.” Portando, a mulher idosa

passa por duas realidades importantes: Ser idosa e lésbica. Quando dentro do grupo de pessoas idosas, pode ser discriminada por ser lésbica, e dentro do grupo LBGBTQIAP+, por ter a idade mais avançada. É a partir dessa histórica realidade que idosas lésbicas fazem parte de um imaginário social, marcado por invisibilidade e sofrimento. Imagens de perda física e estética, sofrimento e desvalorização no mercado erótico marcam o grupo.

De acordo com Araújo (2018), o processo de “sair do armário” para mulheres idosas é algo complexo, pois elas fazem parte de uma outra geração, que vivenciou momentos que a homossexualidade era criminalizada, e relações com pessoas do mesmo sexo eram tratadas como doença, e na velhice expor a sua sexualidade torna-se duplamente mais difícil a ação de “assumir-se gay”, a vivência da mulher idosa é alterada, principalmente dentro do seu meio social, onde, a construção da identidade que seu círculo tinha sobre a mesma forma uma ruptura com essa nova forma de se posicionar. Tal situação envolve rupturas, mágoas e angústias diante do aceitar-se homossexual e assumir-se perante a família, os amigos e a sociedade. Principalmente, que essa quebra pode vir juntamente, com diversas falas preconceituosas e violência, como “velha anormal”, “depravada”, “promíscua”.

Se assumir lésbica na velhice é um processo complexo, onde a mulher idosa passa pelos estigmas de que na velhice não existe desejo sexual, e que sua atração por alguém do mesmo sexo, é visto como algo repulsivo. Desta forma, “sair do armário” é algo que afeta seus modos de subjetivação, sendo um processo realizado duplamente, que é possuir desejo sexual e ser uma idosa desejada e desejante por outra mulher.

Nos últimos anos, vivenciamos um crescente número populacional das pessoas idosas, o que contribuiu com o número de obras a respeito dessa faixa etária, que passam a discutir novas formas de envelhecimento, mais ativo, fisicamente e socialmente. Políticas públicas a respeito desse grupo também se tornaram alvo de debate e atenção para o Estado, e, conseqüentemente, para a sociedade. Contudo, esse grupo não está próximo a visibilidade, e, dentro do senso comum, costuma ser desconsiderado por se caracterizar como “fim da vida”. Além disso, embora esse desenvolvimento ocorra em todas as pessoas, não é um fenômeno vivido igualmente a todos, e as obras e debates dedicados ao envelhecimento são, em sua maioria, dedicados ao idoso em um formato “padrão”, sem qualquer singularidade, ou seja, sem recorte de classe, etnia ou gênero. Assim, esses trabalhos desenvolvidos não compreendem a complexidade do processo de envelhecimento, ou, os compreendem de um grupo específico.

Mesmo quando há debates a respeito do envelhecimento LGBTQIAP+, geralmente, apresentam a respeito dos idosos gays, que, de fato, também merecem ser visibilizados, porém, costumam ter maior atenção e trabalhos desenvolvidos em comparação às idosas lésbicas. Este trabalho pretendeu apresentar um pequeno recorte da realidade desse grupo e suas questões e angústias durante o decorrer da vida, que perpassam em suas identidades: Mulher, idosa e lésbica. Cada um desses aspectos é considerado invisível na sociedade. É evidente que a comunidade LGBTQIAP+ tem ganhado espaço, porém, ainda existem lacunas ao se debater mulheres lésbicas, como, por exemplo, a sexualidade delas na velhice. Se, na juventude, a homossexualidade feminina é desconsiderada, o que ocorre no envelhecimento?

A invisibilidade não se limita apenas entre o senso comum e sociedade, recai sobre a quantidade de trabalhos científicos desenvolvidos, que é extremamente limitado. Assuntos sobre a atividade sexual na velhice e envelhecimento ativo, por exemplo, são em maior parte, heterossexuais. Essa infeliz realidade distancia da diversidade que envolve as expressões e experiências da velhice, que se encontra, até os dias de hoje, rodeada por tabus e estigmas. Discutir o envelhecimento em sua integralidade e inserir seus diferentes meios requer um novo movimento de estudos, focados nesses grupos considerados minoria, como gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, englobando a comunidade queer. Para que tal acontecimento seja efetivado, é preciso evidenciar sua insuficiência na complexidade do que é ser idoso.

Entender essa insuficiência inclui todos os seus aspectos, até mesmo, nas representações que a mídia produz sobre o envelhecimento feminino, onde, geralmente, é voltado a uma avó, mãe e esposa, dedicada à família, sem quaisquer evidências dos objetivos fora do seu meio. Portanto, é necessário acolher, evidenciar e ouvir as idosas lésbicas, entender suas relações e necessidades, e considerá-las ao tentar desenvolver formas mais saudáveis de se lançar no mundo para as pessoas na velhice.

4- BIBLIOGRAFIA

AGOSTINI, Adriana. **L – Lésbicas na TV: The L Word**. São Paulo: Editora Malagueta, 2010.

_____. **Do visível ao invisível [recurso eletrônico]: em busca de imagens da lesbianidade /** Adriana Agostini. – Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

ALVES, Antônio José Lopes. **A individualidade moderna nos Grundrisse**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMMG, FAFICH, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2003.

ARAÚJO, A. C. F. **Rompendo o silêncio: desvelando a sexualidade em idosos**. UNILUS Ensino e Pesquisa, v. 12, n. 29, p. 34–41, 12 fev. 2016.

ARAÚJO, L. F., & Carlos, K. P. T. **Sexualidade na velhice: um estudo sobre o envelhecimento LGBT**. Psicol. Conoc. Soc., Montevideo, v. 8, n. 1, p. 188-205, mayo 2018.

BARROCO, Lúcia. **Ontologia Social e reflexão ética**. Tese de Doutorado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1996.

_____. **“Não Passarão! Ofensiva neoconservadora e o Serviço Social”**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.º 124, 2015, p.623 a 636. Disponível em: Acesso em: 13 out. 2023.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise**. São Paulo, Boitempo, 1998.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília, DF: Editora Universidade Brasília, 1982.

CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil, 1979-2001**. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, RJ. 2014.

CHAUÍ, M. **O Que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social** São Paulo: Cortez, 2018. v. 8. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

COELHO JÚNIOR, Carlos Lacerda. **“Somos as ovelhas do Senhor”**. Uma análise sociológica acerca da vivência homossexual em uma igreja inclusiva. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Maceió, 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe – Relatório anual 2018**. Santiago: CEPAL, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DIAS, Edmundo Fernandes. Textos didáticos: **A liberdade (im)possível na ordem do capital – reestruturação produtiva e passivização**. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1997.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. **O Lugar das Mulheres nas Políticas de Assistência Social: Um Estudo sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI em Pernambuco**. 284 f. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Tradução de Leandro Konder.

FALQUET, Jules; HIRATA, Helena; LAUTIER, Bruno. **Travail et mondialisation: confrontations Nord-Sud. Cahiers du Genre**, n. 40, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FLANDRIN, J. L. **A vida sexual dos casados na sociedade antiga: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos**. In: ARIÈS, P.; BÉJIN, A. (Orgs.). **Sexualidades Ocidentais – contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 135-152.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

GONZALEZ, Lélia. 1981. **“Mulher Negra”**. Mulherio, São Paulo, Ano 1, n. 3:8-9, set.-out.

_____. 1982a. **“O movimento negro na última década”**. In: Lélia Gonzalez & Carlos Hasenbalg, Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero. pp. 09-66.

_____. 1983. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**. Ciências Sociais, Hoje. São Paulo: Anpocs. pp. 223-244.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume II – Os intelectuais. O princípio educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (a).

HIRATA, Helena. **Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais**. In: Cadernos de Crítica Feminista, ano III, nº 2. Recife: Edições SOS Corpo, 2009, p. 80-105.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2018. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010135709212012572220530659.pdf>>. Acesso em: 05/09/2023.

JESUS, Fátima Weiss de. **Igrejas inclusivas em perspectiva comparada: da “inclusão radical” ao “mover apostólico”**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

KITZINGER, J. **Focus groups with users and providers of health care**. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). *Qualitative research in health care*. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do Homem Burguês**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

_____. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta**. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LAVINAS, L. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Textos para Discussão n. 826. IPEA, Rio de Janeiro, 2001.

LESSA, Sérgio. **Sociabilidade e individuação**. Maceió: EDUFAL, 1995.

_____. **A ontologia de Lukács**. Maceió: EDUFAL, 1997.

LONDERO, Rodolfo. **Caçadores canibais e cabeças perigosas: A censura e o mercado de literatura pornográfica no regime de 64**. UFSM – Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo, nº 25, 2015.

LORDE, Audre. **Age, Race, Class and Sex: Women Redefinig Difference**. In: LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 114-123.

LUKÁCS, Georg. **Sobre el irracionalismo como fenômeno internacional del período imperialista**. In: _____. *El asalto a la razon*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1972.

_____. **A crise da filosofia burguesa**. In: _____. *Existencialismo ou Marxismo?* São Paulo: Ciências Humanas, 1979. (p. 25-58).

_____. **“A Reprodução”**. In: *Para a ontologia do ser social*. Tradução do capítulo por Sérgio Lessa. Belo Horizonte: Mimeo, 1981.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista**. São Paulo: Plexus Editora, 1998.

MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo: Xamã, 2001.

MARCELINO, Sandra Regina de Souza. **Trajetórias de mulheres negras lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e o silêncio se desfez**. In: FONSECA, Denise Rosalem da & LIMA,

Tereza Marques de Oliveira. (Orgs.). *Outras mulheres: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

Martinelli, M.L. (1999). **Pesquisa Qualitativa**. Um instigante desafio. São Paulo: Veras.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital**. Tradução de Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Editora da UNICAMP, 2002.

MOTT, Luiz. **Epidemic of Hate: Violation of Human Rights of Gay Men, Lesbians and Transvestites in Brazil** (1996).

_____. **Homofobia: A violação dos direitos humanos dos gays, lésbicas e travestis** (São Francisco: IGLHRC, 1997).

NATIVIDADE, Marcelo. **Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal**. Revista Religião e Sociedade, vol.30 no.2, Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Desviados em questão: Tipologia dos homossexuais da cidade de Salvador** (1987).

NETTO, José Paulo. **Razão, ontologia e práxis**. Revista Serviço Social e Sociedade, ano XV, nº 44. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

NOGUEIRA, C. M., **A Feminização no Mundo do Trabalho**, Autores Associados, Campinas - SP, 2004.

_____. Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAES, R. Os 'evangélicos' e a política: reflexões necessárias sobre o Brasil de hoje. **Os 'evangélicos' e a política: reflexões necessárias sobre o Brasil de hoje**. v. 158, p. 6, issn: 1678-3697, 2017.

OIT (2010). **Mais mulheres optam por trabalhar, mas igualdade de gênero no trabalho ainda está longe**. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br/content/mais-mulheres-optam-por-trabalhar-mas-igualdade-de-g%C3%A9nero-no-trabalho-ainda-est%C3%A1-longo>.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras – presença feminina na constituição do sistema fabril**. RJ: Paz e Terra, 1981.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

REBUÁ, Eduardo. **Fascistização no Brasil do tempo-de-agora**. Le Monde Diplomatique. Publicado em: 03/01/2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/fascistizacao-no-brasil-do-tempo-de-agora/>.

SAFFIOTTI, Heleieth. **Trabalho feminino e capitalismo**. In: IX Congress of Ethnological and Anthropological Sciences. Chicago, 1973.

_____. **“Violência de Gênero: O Lugar da Práxis na Construção da Subjetividade”**. In Lutas Sociais, Xamã Editora, S.P., 1997.

SALGADO, M.A. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: Sesc, 1982a. (Série Terceira Idade, n.1).

SANTOS, C.G. **“Onde estão as histórias de lésbicas?”: menopausa, envelhecimento e mulheres que se relacionam sexualmente com mulheres**. São Paulo, 2002.

SASSEN, Saskia. **Mondialisation et géographie globale du travail**. In: FALQUET, J.; HIRATA, H.; KERGOAT, D.; LABARI, B.; NICKY, L. F.; SOW, F. (Org.) Le sexe de la mondialisation: genre, classe, race et nouvelle division du travail. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.

SILVA, M.R.S. **Envelhecimento e Proteção Social: aproximação entre Brasil, América Latina e Portugal**. Serv. Soc. Soc. São Paulo, n.126, p.215-234, maio/ago.2016.

TEIXEIRA, S.M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social básica no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Marília: Mimeo (Tese de doutorado), 2001.

TRISTAN, Flora. [1837] **Peregrinações de uma pária**. Tradução Maria Nilda Pessoa, Paula Berinson. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1993.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. **Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.

Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2021/02/22/pesquisa-aponta-socializacao-como-fator-importante-para-o-envelhecimento-saudavel/> Acesso: 28/09/2023.

Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/podcasts/etarismo-afeta-mulheres-e-homens-de-formas-diferentes/> Acesso: 26/09/2023.